

**A valorização dos bairros peri – urbanos (informais) da cidade de
Huambo (Angola)**

O caso do bairro Kalundo

António Costa Sambongo

**Dissertação de Mestrado em
Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território**

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

Maior, 2016

**A valorização dos bairros peri – urbanos (informais) da cidade de
Huambo (Angola)**

O caso do bairro Kalundo

António Costa Sambongo

**Dissertação de Mestrado em
Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território**

Maio, 2016

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários a obtenção do grau de Mestre em Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território, realizada sob orientação científica da Professora Doutora Margarida Pereira e coorientação do Professor Doutor Miguel Amado.

Dedicatória

A minha formação não teria sido possível sem a ajuda da minha querida esposa, que no decorrer da formação teve de suportar os nove meses de gestação, sem a minha presença que trouxe ao mundo, o nosso querido filho “Diogo Sambongo”. Esta dedicatória é também extensiva à memória dos meus irmãos que já partiram, das minhas tias, dos meus tios, da minha querida Avó e especialmente da minha mãe “Dona Madalena”, que, ao longo da minha vida, proporcionou-me, além de extenso carinho e amor, os conhecimentos da integridade, da perseverança e de procurar sempre em Deus à força maior para o meu desenvolvimento como ser humano. Por esta razão, gostaria de demonstrar e reconhecer a vocês, a minha imensa gratidão e amor.

A Deus, dedico o meu agradecimento maior, porque tem sido tudo na minha vida.

Agradecimentos

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes”. (**Marthin Luther King**)

Ao longo do ano recebi sempre encorajamento dos meus colegas, amigos, familiares e da minha prestigiosa orientadora. Seria impossível agradecer aqui a todos. Mas este trabalho não seria possível sem as seguintes figuras: a Prof^ª. Doutora Margarida Pereira, minha orientadora, que procurou ensinar-me a pensar de forma autónoma e por ter aceitado orientar esta dissertação, e o Professor Doutor Miguel Amado, coorientador, pela disponibilização da informação que ajudou a elaborar o trabalho.

Fico intimamente agradecido pela aprendizagem nas aulas em 2014 e, depois durante esta investigação; a todos os meus professores e colegas, pela força que me deram quando chegava de Angola com dois meses de atraso; a família Roque Moço, pela receção carinhosa e acolhimento cá em Lisboa, especialmente ao meu grande amigo, Diogo Manuel Simões Roque Moço, responsável por este mestrado e por tudo quanto conheci cá em Lisboa – as novas amizades, os recantos da cidade e, pela sua sabedoria enquanto Professor e escritor; Dr. Pedro Feitor Pinto, pelo contributo dado a minha vinda cá em Lisboa; Doutora Yolanda Rivera Guerrero, orientadora da minha Licenciatura, que pela distância entre Havana e Lisboa, nunca deixou de enviar-me mensagens de encorajamento; Doutor Joca Figueiredo, Administrador Adjunto do município do Huambo, pelo seu contributo na elaboração do trabalho; Lúcia Amaro, colega exigente e estimulante; Tito Ferreira e Diana de Jesus, colegas e amigos, pelo acolhimento e companhia prestada; Letícia Lopes, a produção da cartografia, muito obrigado.

Compete-me, na qualidade de filho, agradecer ao meu Pai e a toda minha família, pela confiança depositada em mim, numa altura em que o futuro do país apresenta muitas incertezas; aos meus irmãos e companheiros de sempre, André Mateus Sambongo e Barnabé Mateus Sambongo, pelo apoio a esta causa e pela confiança que desde sempre depositaram em mim, em acreditar que um dia seria possível alcançar este objetivo. Um agradecimento especial ao meu amigo e colega de trabalho, Prof. Miguel Guilherme, pela bondade e generosidade à minha pessoa.

A todos vocês, o meu muito obrigado.

A valorização dos bairros peri-urbanos (informais) da cidade de Huambo (Angola): o caso do bairro Kalundo

António Costa Sambongo

Resumo

Nas últimas décadas o continente africano tem registado um intenso processo de urbanização. Em Angola, o longo período de guerra civil acelerou esse processo, motivando um afluxo da população do interior do país para o litoral. Luanda foi a cidade que registou maior poder de atracção, mas outras cidades foram atingidas por este processo migratório. Este afluxo das populações às principais cidades influenciou a forma do seu crescimento, que passou a ocorrer essencialmente por via de assentamentos informais, com reflexos negativos a nível do parque habitacional, das infraestruturas e equipamentos, gerando graves problemas urbanos. Esta situação coloca grandes desafios ao planeamento urbano e ao ordenamento do território no país, no sentido de superar os problemas existentes e de travar o seu aparecimento no futuro.

Tendo como referencial esta problemática, a dissertação faz um enquadramento teórico e conceptual sobre os processos de urbanização em África, o crescimento e consolidação das áreas informais, os conceitos de espaços públicos e de equipamentos coletivos. Depois é feita uma resenha dos processos de urbanização em Angola, analisadas as principais características dos principais problemas urbanos nas cidades angolanas, do sistema de planeamento nas áreas urbanas e do modelo de governança urbana. Tendo como caso de estudo o bairro Kalundo na cidade de Huambo, é feito um enquadramento geográfico do bairro, e analisados alguns dos problemas urbanos que dificultam a vida da população na perspectiva dos moradores, identificadas as propostas de intervenção das autoridades locais e as estruturas de governança. Como forma de minimizar alguns dos problemas identificados, foram apresentadas propostas para a valorização do bairro, com incidência nos espaços públicos, equipamentos e infraestruturas básicas.

Palavras - Chave: Angola, Huambo, Assentamentos informais, Governança, Governação, Planeamento urbano, Urbanização.

Valuing peri-urban neighborhoods (informal) of the city of Huambo: (Angola) the case of Kalundo quarter

António Costa Sambongo

Abstract

In recent decades Africa has experienced an intense process of urbanization. In Angola, the long period of civil war accelerated this process, encouraging an influx of population within the country to the coast. Luanda was the city that registered the highest power of attraction, but other cities have been hit by this migration process. This influx of people the major cities influenced the way of its growth, which now essentially occur by means of informal settlements, with negative consequences in terms of the housing, infrastructure and equipment, causing severe urban problems. This situation poses great challenges to urban planning and land management in the country in order to overcome the existing problems and to halt its appearance in the future.

As reference this issue, the dissertation is a theoretical and conceptual framework of the processes of urbanization in Africa, the growth and consolidation of informal areas, the concepts of public spaces and community facilities. Then it made a review of urbanization processes in Angola, analyzed the main features of the main urban problems in Angolan cities, the planning system in urban areas and urban governance model. Taking as a case study the Kalundo neighborhood in the city of Huambo, a geographical framework of the neighborhood is made and analyzed some of the urban problems that hinder people's lives from the perspective of residents identified the intervention proposed by local authorities and structures governance. In order to minimize some of the problems identified, proposals were submitted to the appreciation of the neighborhood, with a focus on public spaces, equipment and basic infrastructure.

Key - words: Angola, Huambo, informal Settlements, Governance, Governance, Urban Planning, Urbanisation.

Índice

1. Introdução	1
1.1. Motivação	1
1.2. Interesse do tema	4
1.3. Objetivos.....	5
1.4. Metodologia.....	6
1.5. Estrutura da dissertação	10
2. Enquadramento Teórico e Conceptual.....	11
2.1. Processo de urbanização em África.....	11
2.2. Crescimento e consolidação das áreas informais	19
2.3. Conceitos de espaço público e de equipamentos coletivos	21
3. Problemas da Urbanização em Angola	25
3.1. Características dos problemas urbanos.....	25
3.2. Sistema de planeamento nas áreas urbanas: objetivos e resultados.....	27
3.3. Modelo de governança urbana.....	30
4. Caso de estudo: Bairro Kalundo na Cidade de Huambo	34
4.1. Caracterização da Cidade de Huambo.....	34
4.2. As áreas informais na cidade	37
4.3. O Bairro Kalundo	39
4.3.1. Inserção no contexto da cidade	39
4.3.2. Características do bairro.....	41
4.3.3. O bairro visto pelos moradores	58
4.3.4. O bairro visto pelas autoridades tradicionais	66
4.3.5. Governança no contexto do bairro	68
4.3.6. Intervenções da autoridade municipal.....	68
5. Propostas e Orientações para a valorização do Bairro de Kalundo.....	77
5.1. Propostas para os espaços públicos	77
5.2. Propostas para os equipamentos coletivos.....	83
6. Conclusões	89
7. Referências bibliográficas	92
Anexos.....	i
Anexo I. Planta da Cidade de Huambo	ii
Anexo II. Principais problemas do bairro	iii

Anexo III. Intervenções consideradas urgente realizar no bairro pela administração	iv
Anexo IV. Tipo de intervenções feitas pela administração pública nos últimos anos	v
Anexo V. Interesse e motivação da população para trabalhar com as autoridades.....	vi
Anexo VI. Equipamentos mais necessários no bairro.....	vii
Anexo VII. Áreas da cidade onde são utilizados os equipamentos necessários	viii
Anexo VIII. Locais onde as crianças frequentam a escola	ix
Anexo IX. Melhorias que a população gostaria de ver realizadas no bairro.....	x
Anexo X. Cruzamento da idade com as questões 1 e 9.....	xi
Anexo XI. Característica dos inquiridos do bairro de Kalundo	xii
Anexo XII. Modelo de inquérito aplicado a população do bairro de Kalundo	xiii
Anexo XIII. Guião de entrevista ao Soba do bairro Kalundo	xiv
Anexo XIV. Guião de entrevista aos técnicos da Administração Municipal.....	xv

Índice de figuras

Figura 1- Metodologia da dissertação	9
Figura 2. Aumento populacional nas cidades africanas	14
Figura 3. População rural-urbana em relação % da população total, 1950/2050.....	15
Figura 4. Tendências existentes e previstas da urbanização no Norte de África 2000/2050 ...	16
Figura 5. Pobreza Urbana, Cairo- Egipto	17
Figura 6. Transito caótico na cidade de Luanda, um dos males da urbanização	19
Figura 7. Problemas urbanos característicos das áreas urbanas de Angola	26
Figura 8. Localização do município do Huambo na província do Huambo	35
Figura 9. Sobreposição entre áreas urbanas formais (1972) e informais (2011).....	38
Figura 10. Inserção do bairro no contexto da cidade	40
Figura 11. Delimitação do bairro Kalundo em zonas.....	41
Figura 13. Crescimento da malha urbana 2015	43
Figura 12. Crescimento da malha urbana 2005.....	43
Figura 14. Principais espaços de atividades económicas e de equipamentos na.....	45
Figura 15. Localização dos principais equipamentos no bairro Kalundo	47
Figura 16. Escola primária nº161	48
Figura 17. Escola primária nº2	49
Figura 18. Campo de futebol informal do bairro	50
Figura 19. Campo de futebol adaptado pelos rapazes do bairro	51
Figura 20. Escola em construção no recinto da igreja.....	52
Figura 21. Problemas do saneamento básico e algumas medidas de intervenção.....	53
Figura 22. Fontes de aproveitamento de água das zonas A e B do bairro	54
Figura 23. Sistema de distribuição de energia elétrica no bairro	55
Figura 24. Áreas de risco na zona Norte do bairro Kalundo.....	57
Figura 25. Identificação de alguns problemas relacionados com infraestruturas	61
Figura 26. Intervenções feitas pela administração municipal nos últimos tempos	70
Figura 27. Orgânica do município do Huambo.....	72
Figura 28. Espaço com valor agrícola do bairro	80
Figura 29. Espaço para a instalação de um equipamento coletivo.....	82
Figura 30. Espaço de domínio público do bairro	85

Índice de quadros

Quadro 1 - Dados gerais da província e do município do Huambo	35
Quadro 2 - Zonas delimitadas no foral da cidade de Huambo	36
Quadro 3 - Sectores e Bairros da Comuna do Huambo	39
Quadro 4 - Equipamento coletivo no Bairro Kalundo	47
Quadro 5. Característica (%) dos inquiridos do bairro de Kalundo	58
Quadro 6. Principais problemas do bairro	62
Quadro 7. Tipo de intervenções feitas pela administração pública nos últimos anos	62
Quadro 8. Intervenções consideradas urgente realizar no bairro pela administração	63
Quadro 9. Interesse e motivação da população para trabalhar com as autoridades	63
Quadro 10. Equipamentos mais necessários no bairro	64
Quadro 11. Áreas da cidade onde são utilizados os equipamentos necessários	64
Quadro 12. Locais onde as crianças frequentam a escola	64
Quadro 13. Melhorias que a população gostaria de ver realizadas no bairro	65
Quadro 14. Cruzamento (%) da idade com as questões 1 e 9	65

Lista de abreviaturas

ATL – Associação dos Taxistas de Luanda

ASS – África Subsaariana

ASTAHUA – Associação dos Taxistas do Huambo

C.F.B – Caminhos de Ferro de Benguela

CANFEU – Campo Nacional de Férias dos Estudantes Universitários

DW – Development Workshops

ENDE – Empresa Nacional de Distribuição de Energia

FAO – Food and Agriculture Organization

FMI – Fundo Monetário Internacional

FAZ – Fundo de Apoio Social

HIV/AIDS – Vírus da Imunodeficiência Humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

INOTU – Instituto Nacional de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

OGE – Orçamento Geral do Estado

ONGs – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PAE – Programa de Ajustamento Estrutural

UN – United Nation

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

PIB – Produto Interno Bruto

PDM – Plano Director Municipal

PRESILD – Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e de Distribuição

PT – Ponto de Transformação

PDU – Plano de Desenvolvimento Urbano

RSU – Resíduo Sólido Urbano

UNICEF – United Nations International Children`s Emergency Fund

1. Introdução

1.1. Motivação

Em Angola, grande parte da população rural migrou para as áreas urbanas durante os anos da guerra, quer deslocadas pelo conflito armado quer em busca de meios de vida alternativos. O fluxo de pessoas, conjugado com uma alta taxa de natalidade, favoreceu um rápido crescimento da população urbana, particularmente em Luanda¹.

O número de habitantes da cidade cresceu de menos de 500.000 em 1940 para 750.000 no final da década de 1970 e para mais de três milhões em 2000. A crescente procura de terrenos e habitações em Luanda na década de 1990, a sua limitada disponibilidade através dos mecanismos formais de mercado, assim como o custo e a burocracia dos procedimentos de aquisição de direitos, facilitou a rápida expansão de um mercado informal (Musseques) de casas e terrenos (Human Rights Watch e Sos Habitat, 2007: 15).

O sistema urbano de Angola sempre foi caracterizado por uma macrocefalia, onde sobressai o peso da capital, a cidade de Luanda, relativamente aos restantes centros urbanos do país. O seu centro concentra as principais funções administrativas e gere grande parte dos fluxos económicos do país. Consequentemente, exerce em termos de oportunidades económicas, acesso a serviços e infraestruturas uma grande atração, provocando um afluxo crescente de pessoas à capital. Este afluxo migratório causou efeitos múltiplos: subiram as rendas de casa e os custos dos terrenos para a construção, por conta da excessiva procura em relação a oferta; as infraestruturas urbanas (água, eletricidade, saneamento, etc.) não se desenvolveram ao ritmo necessário; a grande oferta de mão-de-obra e a sua deficiente qualificação levam ao subemprego; o salário, única fonte de subsistência, não acompanha o aumento do custo de vida. Nesta perspectiva, surgiram os Musseques², os quais reconfiguraram a cidade em termos de

¹ Luanda é o maior centro urbano de Angola, elevado à categoria de província devido à sua condição especial de capital do país. Com a nova reorganização administrativa, integra os seguintes municípios: Luanda; Cacuaco; Belas; Viana; Cazenga; Icolo e Bengo e Quissama. Lei nº 29/11 de 1 de Setembro – Lei de Alteração da Divisão Político-administrativa das Províncias de Luanda e Bengo.

² Musseques são áreas residenciais pobres localizadas na periferia de Luanda, que indica as zonas de areias avermelhadas situadas no planalto de Luanda. O termo assume “significado sociológico quando é utilizado para designar os aglomerados de cubatas construídas nestas áreas por indivíduos expulsos da

paisagem e provocaram transformações ao nível social, político, económico, entre outros (MONTEIRO, 1973: 24-26; RODRIGUES, 2003: 20, Cit. por Guimarães, 2010: 4).

Nas áreas mais pobres de Luanda, especialmente nas áreas agrícolas em redor da cidade, famílias de baixos recursos e pessoas deslocadas adquiriram terras através da ocupação ilegal ou da compra a anteriores residentes. Isto levou ao crescimento de áreas informais fora dos limites da cidade planeada, formando uma nova periferia urbana, na qual terrenos rurais progressivamente se foram tornando residenciais.

Nestas áreas, a fragilidade ou precariedade das residências e a falta de acesso e usufruto de infraestruturas básicas, como luz elétrica, saneamento básico, água canalizada, indiciam a vulnerabilidade nas áreas informais. Todos esses elementos afetam as condições de vida, revelando as iniquidades existentes em relação ao acesso e à utilização de serviços de qualidade. Segundo ESCOREL (2000: 145, Cit. por Guimarães, 2010: 4), *“a ausência desses serviços revela o grau de dificuldades encontradas por uns e por outros para permanecerem vivos”*.

Mas os musseques não existem apenas em Luanda. Outras cidades registam o mesmo problema, embora este surja com dimensões diferenciadas. Na cidade de Huambo, a verdadeira transformação dos pequenos núcleos de casas em bairros peri-urbanos é posterior a 1980. No início dos anos 80, a UNITA³ tinha iniciado a ocupação de municípios no Planalto Central, apertando assim o cerco sobre o Huambo.

A situação de insegurança provocou um movimento gradual, em direção à cidade, de pessoas provenientes de aldeias e municípios próximos. A área rural em torno da cidade do Huambo, a cerca de 3 a 5 km do centro da cidade, foi-se despovoando, e a população que aí vivia concentrou-se nas áreas peri-urbanas, voluntariamente ou à força, devido à insegurança aí sentida desde 1982. Os espaços que existiam entre os bairros da periferia da cidade foram ocupados. O crescimento da zona peri-urbana fez-se dentro da zona peri-urbana anterior, principalmente por duas razões: porque para fora desta zona havia lavras, que pertenciam a indivíduos que nunca tinham

cidade [centro] devido à expansão urbana, ou seja, os musseques são zonas residenciais que se formam em torno do centro urbano de Luanda, servindo de refúgio aos pobres a exemplo das favelas cariocas. Disponível em: www.repository.utl.pt > ... > DPAUD - Tese de Mestrado, acesso em: 11/06/2015 .

³UNITA (União Nacional para a Independência total de Angola), é o maior partido da oposição em Angola, fundada ao 13 de Março de 1966 em Muangai, província do Moxico. Disponível em: unitaangola.com/PT/Tableestatos1.awp?WD_ACTION...1, acesso em: 11/06/2015.

saído da cidade e porque essa zona era também mais segura pois era já habitada (Robson e Roque 2001: 32).

A 10 de Janeiro de 1993 a cidade de Huambo começou a ser bombardeada pela UNITA. Esse dia marcou o início da «guerra dos 55 dias» na cidade, que terminaria com a tomada do Huambo pela UNITA a 6 de março de 1993. O Huambo foi diretamente atingido pela guerra, e a cidade recebeu deslocados durante todos esses anos, ao mesmo tempo que outras pessoas a abandonavam. A área da cidade cresceu pouco, embora os fluxos de população tenham sido intensos e muito complexos (DW, Development Workshop, 2002: 17).

Este trágico acontecimento teve consequências a nível do tecido habitacional nas áreas peri-urbanas, fazendo com que hoje o material de construção aí dominante seja o bloco de adobe, ao qual se juntam cobertura de chapa de zinco. A presença de casas com telhas, ou com paredes rebocadas, indica um núcleo de casas mais antigas, dentro do mesmo bairro (DW, Development Workshop, 2002: 19).

O nível dos serviços mais importantes (água canalizada, energia, saneamento básico, saúde e educação por exemplo) nas áreas peri-urbanas é escasso. As instituições que prestam este tipo de serviços (Empresas de Água, Saneamento e Eletricidade, Ministério de Educação e Saúde) estão sobretudo representadas nas áreas urbanizadas das cidades e raramente têm departamentos nas zonas peri-urbanas. Motivo pelo qual, as relações estabelecidas entre moradores e estas instituições raramente são de confiança, de reciprocidade ou de transparência. As iniciativas públicas para ordenar o crescimento urbano têm-se mostrado inadequadas e incapazes de resolver os problemas que se têm agravado com o passar do tempo, atingindo dimensões insustentáveis para as populações afetadas.

Estes problemas, por si só, justificam a pertinência deste tema para a dissertação, tornando-se ainda mais interessante com os grandes desafios que se colocam a nível do Planeamento Urbano e do Ordenamento do Território.

1.2. Interesse do tema

A Constituição da República de Angola consagra no seu artigo 85.^{o4} O “*direito à habitação e a qualidade de vida a todo o cidadão*”. Mas as áreas peri-urbanas em Angola conheceram ao longo da sua história, um investimento quase insignificante.

Nos últimos anos da época colonial e nos primeiros anos da independência houve algumas tentativas de canalizar investimentos sociais para as zonas peri-urbanas. Deste modo, algumas áreas peri-urbanas mais beneficiadas estão providas de serviços, ou pelo menos de infraestruturas para a existência destes serviços, ausentes nas zonas peri-urbanas mais recentes. Por exemplo, em Luanda, em algumas áreas dos bairros Hoji ya Henda e Ngola Kiluanje, ocupadas antes de 1985, existem algumas escolas estatais e alguns chafarizes (Development Workshop, 2002: 33).

Atualmente em áreas mais distantes do centro da cidade esses tipos de infraestruturas públicas são escassos, tendo em conta a densidade populacional aí existente.

A qualidade de vida nas áreas peri-urbanas é geralmente muito baixa, e os habitantes desses bairros enfrentam grandes dificuldades no acesso aos serviços básicos, como o acesso a água, o saneamento básico ou eletricidade. Segundo o estudo de Robson e Roque (2001: 11), são indicadores das áreas peri-urbanas:

- A ausência de redes de serviços públicos coletivos: água canalizada, saneamento e recolha de lixo, telefone e estradas alcatroadas.
- A proliferação da construção não controlada de edifícios, ou seja, exterior à planificação e ao controle da urbanização pelo Estado.

Visto hoje as instituições do Estado funcionarem com algumas limitações para responder aos problemas nessas áreas, a resposta a essas dificuldades tem de ser procurada igualmente para além da eventual “capacidade em servir” das instituições estatais. Alguns desses problemas são resolvidos pelos próprios habitantes dos bairros peri-urbanos, organizados coletivamente para este efeito. No entanto, essa força coletiva, parece ser muito difícil de conseguir, quer pelos habitantes, quer quando estes são apoiados por uma entidade exterior à comunidade. As *ONG's* dizem também “*encontrar grandes dificuldades no trabalho em áreas peri-urbanas, devido a falta de solidariedade e organização comunitária.*”

⁴ Constituição da República de Angola – 2010 (art.º 85.º p. 49).

Portanto, em certos bairros as pessoas reúnem-se para realizar algumas atividades de carácter diverso. As “campanhas de limpezas” são exemplos mais citados. Estas campanhas aparecem por iniciativa de uma igreja ou de alguma figura notável do bairro ou, ainda, no caso de Luanda, solicitadas pela comissão de moradores.

Em algumas áreas peri-urbanas, também surgem por vezes grupos de pessoas que se reúnem para tentar colocar energia no bairro. Essas pessoas compram um posto de transformação em conjunto e utilizam-no. Também é comum que um indivíduo possua um posto de transformação e que depois venda a energia aos seus vizinhos⁵.

Portanto, os bairros peri-urbanos apresentam uma forte tradição histórico-cultural (ali viveram personalidades marcantes do meio político e artístico angolana e travou-se parte da luta pela independência). A sua população, descendente das primeiras gerações urbanas angolanas, está muito enraizada em todos os locais da vida socioeconómica e política do país. Este fator também pode justificar a predominância de intervenções para a valorização urbana nestes bairros.

1.3. Objetivos

Objetivo geral

Atendendo às desigualdades sócio espaciais entre o centro urbano e as áreas peri-urbanas informais que marcam as cidades angolanas desde a sua génese, a dimensão dessas áreas e a ausência de condições para a sua substituição integral, o objetivo principal da dissertação é discutir as formas de valorização dos bairros informais, nomeadamente através de intervenções no espaço público e de instalação de equipamentos coletivos.

Objetivos específicos

- Caracterizar os bairros informais da cidade de Huambo e identificar os seus problemas, com particular incidência no espaço público e nos equipamentos coletivos.
- Analisar os instrumentos de planeamento aplicáveis e as orientações daí decorrentes para a intervenção nos bairros informais.

⁵ Robson, P. Roque, S (2001), aqui na cidade nada sobra para ajudar. Development Workshop, Ocasional Paper no.3 Luanda.

- Identificar as formas de atuação no bairro do Kalundo por parte da Administração Municipal.
- Auscultar a população residente sobre os problemas do bairro e as prioridades de intervenção que defendem.
- Desenvolver propostas de qualificação do bairro com incidência nos espaços públicos e nos equipamentos coletivos de proximidade.

1.4. Metodologia

De uma maneira geral o trabalho seguiu uma abordagem mista.

A pesquisa está centrada na problemática dos processos de urbanização em África, com particular enfoque nas áreas informais. O aprofundamento do tema está apoiado na consulta de bibliografia da especialidade e de organismos internacionais. Foram ainda analisados vários instrumentos de planeamento territorial que abordam a temática em causa.

Para a realização desta dissertação foi feito um enquadramento da problemática, posteriormente foi realizada uma visita ao local, na cidade de Huambo, que permitiu recolher informação, assim como a realização de um registo fotográfico para uma melhor compreensão dos processos de aparecimento, crescimento e de transformação desses bairros.

No mesmo sentido, para além da diversidade de dados levantados como suporte técnico da investigação levada a cabo, a pesquisa teve início com um levantamento urbanístico do bairro do Kalundo, onde procuramos saber o número de equipamentos escolares existentes, equipamentos desportivos, equipamentos de saúde, ou centro médico, equipamentos comerciais, religiosos, indústrias, serviços, mercados informais etc.

Para conhecer a perspetiva dos moradores sobre a sua área de residência, foi feito um inquérito tendo como finalidade identificar os principais problemas do bairro, o interesse e motivação da população em trabalhar com as autoridades para melhorar as condições de vida no bairro, e os melhoramentos que a população gostaria de ver no bairro.

Amostra

O inquérito foi realizado entre maio e junho de 2015 e abrangeu a totalidade do bairro, tendo sido inquiridos indivíduos com idade igual ou superior a dezoito anos. Foram realizados cento e sessenta e seis (166) inquéritos, dos quais 85 (51,2%) a indivíduos do sexo masculino e 81 (48,7%) a indivíduos do sexo feminino, representando uma população de 1052 pessoas – correspondente a 2,8 % da população do bairro (quadro 5).

Dada a dimensão e complexidade do bairro, fomos obrigados a realizar os inquéritos nos seguintes dias de semana: Segunda-feira, Quarta-feira e Sexta-feira; das 10h às 14h; aos Sábados, das 9h às 12h e aos Domingos, das 14h às 16h.

A preocupação que tivemos de abordar os chefes de famílias (o Pai ou a Mãe), é pelo facto de querer adquirir informação mais credível e rigorosa que sustentasse a pesquisa. Só, em situações excepcionais, foram inquiridos os filhos mais velhos, que estavam em casa.

Também foram realizadas entrevistas a técnicos da Administração Municipal, para uma melhor compreensão sobre algumas das seguintes questões: Como a autoridade municipal está a intervir no bairro?; Que tipo de estratégias têm implementado para regular o índice de crescimento urbano acelerado e desordenado nos últimos anos?; Que políticas existem para controlar o uso e ocupação ilegal do solo no Bairro?; Como lidam com a complexidade de problemas sociais que daí resultam e que influenciam negativamente a dinâmica da cidade?.

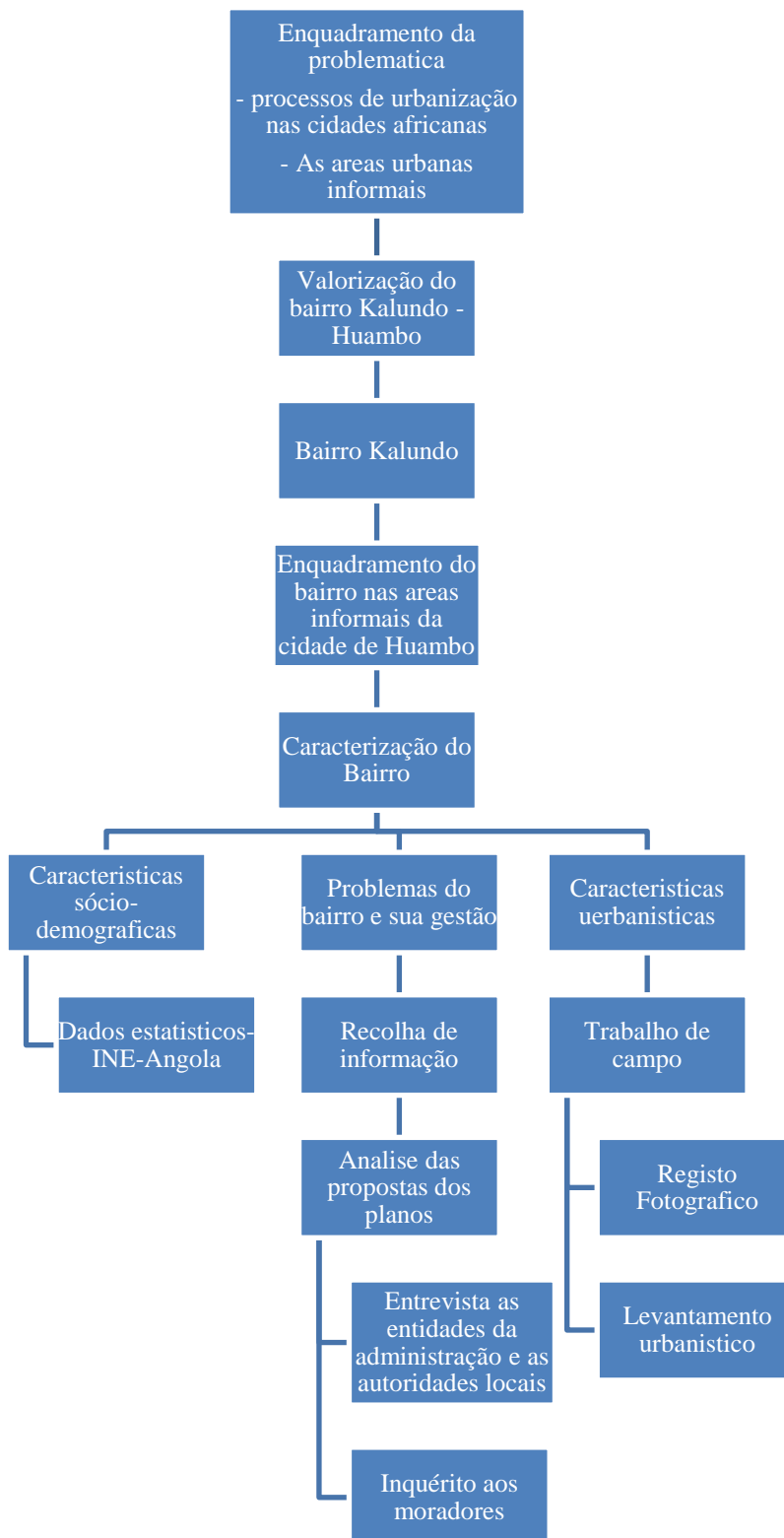
Posteriormente, no dia 06/04/2015, foi feita uma entrevista às autoridades tradicionais do bairro, especialmente na pessoa do senhor Domingos Avelino Camongua de 73 anos de idade, “soba do bairro Kalundo”, para abordar questões relacionadas com os problemas do bairro e os mecanismos para a resolução de conflitos, que muito têm contribuído para o enfraquecimento da comunidade local.

No que diz respeito às entrevistas, falamos com a administração municipal, as autoridades tradicionais do bairro, Serviços de Proteção Civil e Bombeiros da cidade de Huambo, e por último com o INOTU, com o intuito de apurar algumas questões que ajudaram a orientar a pesquisa.

Por último foi feito uma análise dos instrumentos de planeamento com incidência no bairro bem como das medidas de intervenção aí propostas.

A metodologia encontra-se esquematizada na figura seguinte:

Figura 1- Metodologia da dissertação



Propostas para a valorização da área urbana – Bairro Kalundo – Cidade de Huambo

1.5. Estrutura da dissertação

Esta investigação estrutura-se em seis capítulos.

O primeiro capítulo - é a introdução, que enquadra o estudo, explicita os objetivos e a metodologia e a estrutura da dissertação.

O segundo capítulo – faz uma revisão crítica da literatura, onde o autor destaca os Processos de Urbanização em África, o crescimento e a consolidação das áreas informais bem como apresenta e discute diversas definições para o Espaço Público e para os Equipamentos Coletivos.

O terceiro capítulo - trata dos problemas da urbanização em Angola, apresentando as características dos problemas urbanos, o sistema de planeamento nas áreas urbanas, os objetivos e os resultados até agora obtidos.

O quarto capítulo - está focado no caso de estudo, o Bairro Kalundo na Cidade de Huambo. É feita uma caracterização geral da cidade e das suas áreas informais. Depois, de forma mais específica, é analisado o bairro no contexto da cidade, as suas principais características, a intervenção das autoridades municipais e, por último, o resultado do inquérito feito aos moradores tendo em vista conhecer a sua perspetiva sobre o bairro e os problemas aí existentes.

O quinto capítulo – contém as propostas e orientações para a valorização do bairro de Kalundo, direcionadas para os espaços públicos e para os equipamentos coletivos.

O sexto capítulo – apresenta as conclusões deste trabalho.

2. Enquadramento Teórico e Conceptual

2.1. Processo de urbanização em África

“Os processos de urbanização em África, têm ocorrido de forma diferente em relação ao que aconteceu por exemplo com a Revolução Industrial na Europa durante o século XVIII e a Industrialização da América a partir de meados do século XIX, factor que proporcionou a rápida urbanização nessas regiões” (Tetty, 2005: 8).

Nesta altura, as fábricas precisavam de trabalho e o aumento das atividades comerciais criou as oportunidades necessárias nas áreas urbanas. A população em seguida, mudou-se das áreas rurais para as áreas urbanas à procura de emprego que era um trampolim para a vida melhor.

No entanto, *“o crescimento urbano, que foi condição e fator de progresso e desenvolvimento económico e social, ocorreu em paralelo com a emergência de fenómenos de desorganização social, carência habitacional e más condições de vida e com uma profunda transformação das paisagens rurais e urbanas” (Fadigas, 2010: 52).*

Segundo Medeiros (2006: 2), África vive um processo de urbanização iniciado na década de 1950. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o consumo de matérias-primas e de combustíveis fósseis aumentou e o continente passou a exportá-los. A infraestrutura criada para suprir essa demanda e escoar os produtos concentrava-se nas maiores cidades e, naquela época, ainda era bastante precária. Nas décadas seguintes, diversos países conquistaram a sua independência e integraram a nova ordem económica vigente, o que resultou no crescimento de muitas regiões. As cidades tornaram-se locais de concentração e afirmação dos novos poderes. Desta forma e, através de amplos programas de cooperação internacional, a sua importância económica e política foi reforçada.

Para a mesma autora, os projetos «industrializastes», as infraestruturas e os equipamentos realizados; a expansão dos serviços públicos e das representações internacionais; a realização dos símbolos materiais da afirmação do novo Estado; a «africanização» dos quadros, abrindo novas oportunidades de emprego e criando meios de promoção social foram entre outros aspetos, poderosas alavancas de captação desproporcionadas das «forças vivas» de regiões mais ou menos distantes. A queda do muro de Berlim, em 1989, também influenciou nessa transformação. Com a supremacia do

modelo capitalista e a posterior globalização, as cidades africanas passaram a se desenvolver cada vez mais. A população rural começou a migrar em busca de melhores oportunidades de emprego e ascensão social.

Têm sido sublinhadas as motivações «económicas e socioculturais» dos migrantes, as forças de atração e sedução do mundo urbano (oportunidades de acesso a novos bens de consumo e de produção e a novas relações sociais) e os fatores de «repulsão» do mundo rural (crise agrícola, baixos rendimentos e salários, desemprego, insuficiência de serviços, pobreza, rigidez e hierarquia social) que se articulam com políticas de desenvolvimento rural contraproducentes, com guerras e catástrofes naturais (Raposo, 2010: 2).

Altas concentrações populacionais vão ocorrendo em toda a África, ou seja, em áreas de alta investidora de recursos, atividades económicas e as capitais administrativas e centros dos países dentro do continente. Estas concentrações populacionais têm implicações diferentes sobre o ambiente urbano, incluindo habitação, população, saúde, saneamento e proliferação urbana. A atual fuga das populações das zonas rurais para as cidades está a mudar o mapa demográfico do continente africano e anuncia o século XXI como o século das cidades.

Perante a falta de uma política agrária eficaz, os jovens fogem do campo para a cidade, mas as cidades não têm capacidade para albergar tantas pessoas, os empregos escasseiam, o desemprego é muito alto e a criminalidade sobe. Nas cidades o fosso entre os ricos e os pobres é evidente, a superpopulação acarreta vários problemas e riscos, como o sofrimento, o desemprego, a falta de condições de habitabilidade e salubridade, a exploração e a morte. A mão-de-obra barata e a escravatura imperam nestas cidades africanas, não contribuindo para que a vida destas pessoas melhore, intuito com o qual migraram para as cidades (Ebah, 2013).

Uma característica importante do processo de urbanização em África é que, ao contrário da Ásia e da Europa, grande parte do crescimento está ocorrendo na ausência de expansão industrial significativa. Porém, apesar do rápido progresso da urbanização as megacidades⁶ (com 10 ou mais milhões de habitantes) são poucas. Segundo Commins (2011-1), a rápida urbanização de África é um novo e desvalorizado fator que

⁶ Lagos integrou recentemente a fileira das megacidades do Mundo – segunda da África depois de Cairo e Kinshasa, com mais de 10 milhões de habitantes em 2014. Mais três são esperadas em 2030 como Dar es salaam (Tanzânia), Joanesburgo (África do Sul) e Luanda (Angola) (United Nation 2014b: 14).

contribui para a fragilidade dos estados no continente. Fomentados pelas perspectivas de oportunidades económicas, os êxodos relacionados com conflitos e as pressões ambientais nas zonas rurais, as cidades africanas crescem a um ritmo estimado de 15 a 18 milhões de pessoas por ano. Com mais de 40 por cento de africanos de idade inferior a 15 anos, muitos dos quais destituídos de meios de subsistência, as cidades africanas tornaram-se centros densamente povoados de jovens desempregados.

O mesmo autor diz que estas condições criam uma mistura explosiva que pode intensificar o crime violento, a atividade de bandos de delinquentes, o tráfico ilícito, ligações aos sindicatos internacionais de crime organizado e a instabilidade política. As repercussões afetam potencialmente todos os países do continente. Os Bairros de lata de Kibera⁷ (Nairobi), Kru (Abuja), Soweto (Joanesburgo), Kamp Luka (Kinshasa), Bonaberi (Douala) e outros locais, são já em grande medida zonas “no-go” (a não entrar) para as forças de segurança estatais. E com a aceleração da urbanização os problemas de segurança tenderão a agravar-se.

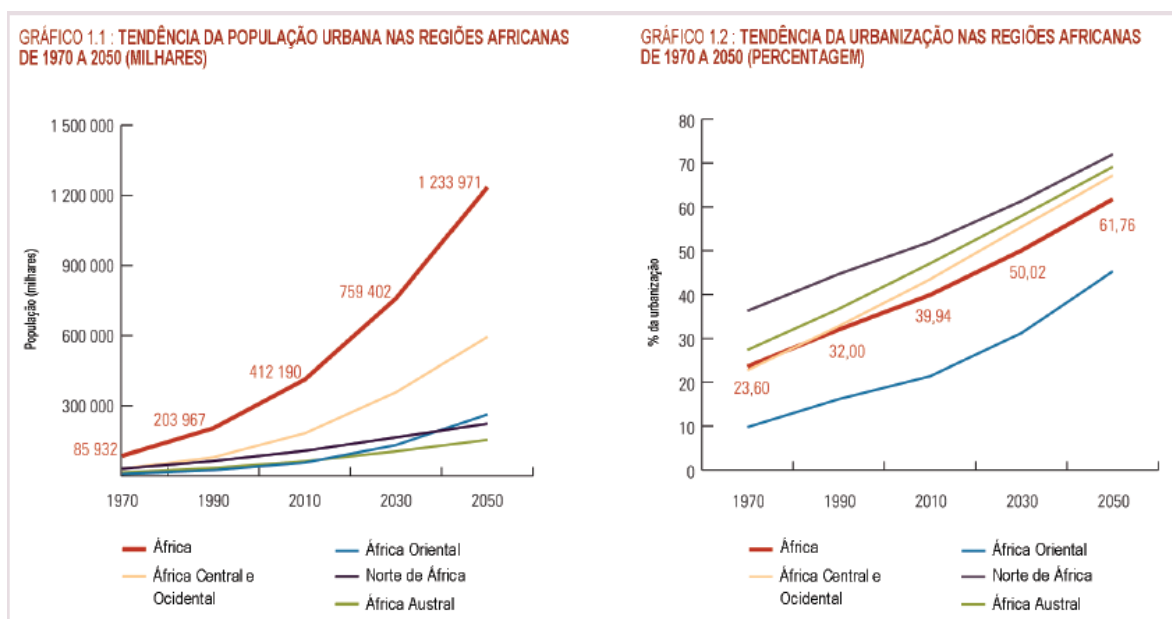
A nível mundial, estima-se que a população urbana, de aproximadamente 3,3 mil milhões duplique até 2050. No entanto, prevê-se que em África a população urbana mais do que duplique o seu nível atual, de 373 milhões, até 2030 (gráfico 1.1). Ou seja, em 2030, 760 milhões de africanos viverão em cidades, mais que o total atual dos habitantes de cidades de todo o hemisfério ocidental.

A região da África Oriental tem a estimativa de duplicação da população urbana mais rápida do mundo: em menos de nove anos prevê-se uma evolução dos atuais 50,6 milhões para cerca de 106,7 milhões em 2017 (figura 2) (Commins, 2011: 3). Será que este crescimento previsto da população da África Oriental piore com os problemas sociais, nomeadamente a violência, a insegurança urbana, a fome, o desemprego, a falta de equipamentos coletivos, o saneamento básico?

⁷ Kibera foi fundada por volta de 1918, quando o Quênia ainda estava sob o domínio inglês. Com uma densidade demográfica de 2.000 pessoas por hectare, Kibera, localizado nos arredores de Nairobi, no Quênia (na África Oriental), é um dos assentamentos informais urbanos mais densamente povoados do mundo, segundo a UN-Habitat (Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos). O local abriga um terço dos habitantes da capital queniana. Ainda de acordo com a (UN-Habitat, Kibera 2014), sua população total é superior a 200 mil pessoas, o que faz da favela a segunda maior do continente africano e a maior da África Subsaariana. Os Núbios que vivem ali há mais de cem anos querem que Kibera fique registada como território de sua comunidade, mas suas intenções chocam com as de muitos quenianos que se assentaram ali nos últimos 60 anos. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00751833>.

Não unicamente. Normalmente em África quando se questiona as causas dos problemas que o continente atravessa, o discurso não esconde a culpa atribuída ao crescimento acelerado da população dos últimos anos. Por isso, é preciso saber que a ineficiência das instituições públicas, a corrupção generalizada, a má distribuição dos recursos, o acesso restrito ou desigual das oportunidades económicas, contribuem para o fomento dos problemas em África.

Figura 2. Aumento populacional nas cidades africanas



Fonte: ONU-HABITAT

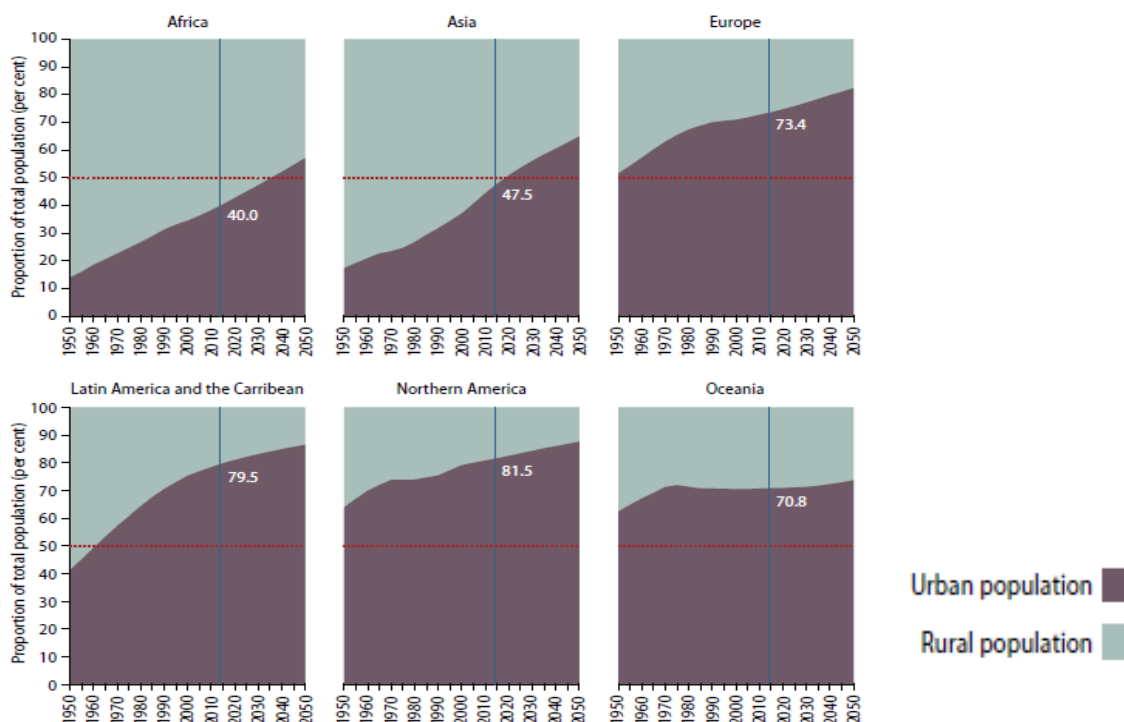
Dados da UN-HABITAT (2014: 146) apontam que a população da Sub-Região da África Oriental foi estimada em 292,7 milhões de habitantes em 2011. Destes, 63,5 milhões (21,7%) viviam em áreas classificadas como urbana e 229,1 milhões (78,3%) em áreas rurais. Em 2011 a região permaneceu a menos urbanizada do mundo, com projetado crescimento urbano a uma média anual de 5,35% sobre a década de 2010-2020, e é, de longe a que mais se urbaniza no mundo. Desde 1960 a população urbana do continente aumentou de 53 milhões para mais de 400 milhões. Em nenhuma outra região do mundo a população urbana cresceu tão rapidamente (FAO, 2013: 13).

Segundo a mesma fonte, as últimas projeções das Nações Unidas, entre 2010 e 2030 o número de africanos que vivem em cidades terá um acréscimo de 345 milhões.

Um aspeto muito curioso da urbanização africana, é que apesar desse robusto crescimento populacional, o continente não contribuiu na melhoria do bem-estar social básico. Isto contradiz a ideia segundo a qual, a urbanização oferece oportunidades de

emprego, serviços sociais básicos, segurança social etc. Esta é uma das fragilidades que afeta o continente em matéria de desenvolvimento. Em vez disso, em muitos países africanos, a percentagem de pessoas com acesso a serviços não acompanhou o crescimento da urbanização. Por outras palavras, os países africanos apesar de terem sido “urbanizadores tardios”, acolhem um dos bairros de lata mais pobres e instáveis do mundo (Commins, 2011: 3).

Figura 3. População rural-urbana em relação % da população total, 1950/2050



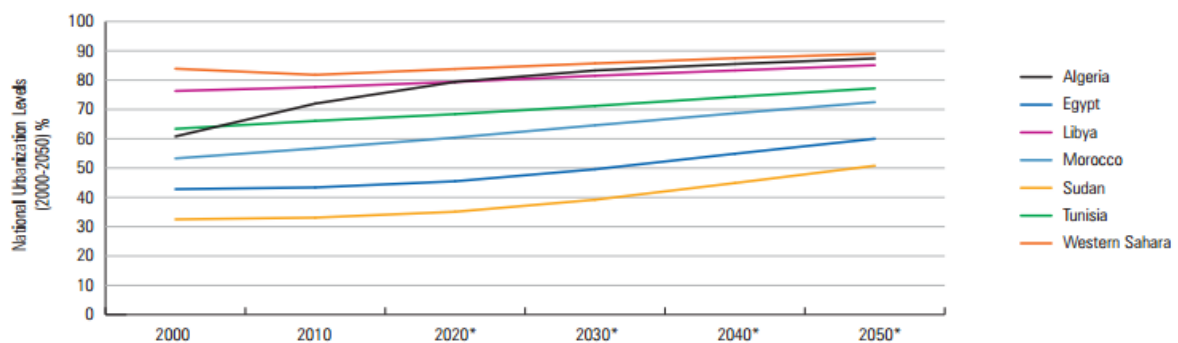
Fonte: United Nation (2014: 8)

Hoje, as regiões mais urbanizadas incluem a América do Norte (82% vive em áreas urbanas em 2014), na América Latina e no Caribe (80%) (figura 3) e Europa (73%). Em contraste, África e Ásia permanecem na maior parte rurais, com 40 % e 48 % de suas respectivas populações vivendo em áreas urbanas (figura 3). Todas as regiões são esperadas para serem urbanizadas ao longo das próximas décadas. África e Ásia estão sendo urbanizadas mais rápido do que as outras regiões e são projetadas para tornarem-se 56 % e 64 % urbanas, respetivamente, em 2050 (figura 3) (United Nations, 2014b: 8).

A sub-região do Norte de África inclui sete países: Argélia, Egípto, Líbia, Marrocos, Sudão, Tunísia e Western Sahara. A alta participação da migração Rural-Urbana no crescimento da população urbana dos anos 1980-1990, em grande parte já

diminuiu no Norte de África. A maioria da população do Norte de África hoje vive em cidades (figura 4), exceto no Egito (43,4%) e no Sudão (33,1%). A população da sub-região aumentou de pouco menos de 200 milhões em 2010, para 202,7 milhões em 2011. Destes, 104,4 milhões (51,5%) viviam em áreas classificadas como urbanas e 98,3 milhões (48,5%) rurais. Como resultado das condições em grande parte áridas e desérticas da sub-região, suas cidades são bastante repartidas de forma desigual com a maioria dos assentamentos urbanos localizados ao longo da orla costeira do mediterrâneo Sul e no vale do rio nilo e delta. Especificamente o vale do nilo e delta concentra 35,0 % da população urbana da sub-região ao passo que 82,5 milhões de habitantes do Egito representam mais de 40% da população total da África do Norte (The State of Africa Cities 2014: 62)

Figura 4. Tendências existentes e previstas da urbanização no Norte de África 2000/2050



Fonte: UN-HABITAT (The State of Africa Cities 2014: 63)

Apesar da redução ou eliminação de favelas urbanas, as cidades do Norte de África continuam a enfrentar muitos desafios: ainda precisam produzir casas acessíveis bem como os serviços básicos associados para atender à demanda futura (The State of African Cities 2014: 63).

As maiores áreas urbanas da África já apresentam tais problemas (figura 5). Segundo dados da United Nations (2014: 26), as maiores aglomerações urbanas do continente africano são, respetivamente, os entornos das seguintes cidades:

- Cairo (Egipto), com 18 milhões de pessoas;
- Lagos (Nigéria), com 12 milhões, perspetivando assumir o primeiro lugar em breve;
- Kinshasa (República Democrática do Congo), com 11 milhões;
- Joanesburgo (África do Sul), com 9 milhões de pessoas;

- Luanda (Angola), com 7.000.000 milhões de pessoas (Resultados Definitivos do censo 2014).

Todas essas cidades apresentam mais de 70% de suas populações urbanas concentradas em guetos, favelas e áreas irregulares ou marginalizadas.

“Um dos fenómenos mais interessantes na geografia do continente africano, em particular na África ao Sul do Sahara (ASS), é a dinâmica rápida, tardia (a partir sobretudo dos anos 1950) e multiforme dos processos de urbanização” (Medeiros, 2006: 1).

Cerca de 43% dos habitantes urbanos da África Subsaariana são pobres e sobrevivem com menos de 1 dólar por dia. Entre 1990 e 2010 o número de pessoas que vivem em favelas na África Subsaariana quase dobrou, de 102 milhões para 199, 5 milhões (FAO, 2013: 13). Normalmente são zonas com habitações precárias, construídas, a margem das normas de planeamento, em terras sem serviços, geralmente públicas por moradores de baixa renda.

Figura 5. Pobreza Urbana, Cairo- Egipto



Fonte: United Nations (2014: 16)

A África Subsaariana (SSA) continua a enfrentar desafios de desenvolvimento em relação a qualquer outra região do mundo. Apresenta uma parte crescente da população mundial que vive na condição de pobreza absoluta. A pobreza urbana tem aí um significado abrangente de privação e perda, caracterizada por condições de vida miseráveis, os riscos de saneamento para a saúde, poluição do ar, as catástrofes naturais e deslocamentos, redes tradicionais, e segurança da comunidade.

A urbanização não está necessariamente ligada à industrialização e crescimento económico. Ela seguiu uma lógica que afetou negativamente a agricultura e o

desenvolvimento rural. As elevadas taxas de crescimento da população têm contribuído para a expansão rápida e não planeada de assentamentos de renda baixa na periferia de muitas cidades.

A urbanização corresponde historicamente a um processo de concentração populacional em espaços reduzidos, que deu origem aos aglomerados urbanos. Na realidade é um processo de modelação do território, caracterizado pela transferência de população rural para a cidade e pela sua progressiva adaptação a novas atividades e modos de organização social (Fadigas, 2010: 19). O crescimento das cidades com o aumento da sua população, correspondeu ao aumento da degradação das condições de vida e a uma continuada redução do espaço disponível. Era evidente que algo se estava a perder definitivamente neste processo de urbanização acelerada (Fadigas, 2010: 34).

Muitas razões explicam o processo de urbanização acelerada:

- A insegurança alimentar e a falta de emprego nas zonas rurais.
- O crescimento natural da população (mais nascimentos do que mortes).
- A degradação da terra e a desertificação.
- A fuga à discriminação, por exemplo HIV / AIDS.
- O aumento de emprego na indústria e serviços.
- A disponibilidade de melhores serviços (hospitais, escolas, etc.).
- As causas sociais e culturais, tais como a atração da vida moderna nas cidades.

Uma das consequências desse crescimento urbano acelerado é o trânsito intenso, já que não há oferta adequada de transporte público. Sofrem com ele, por exemplo, a Cidade de Lagos na Nigéria, Kinshasa, na República Democrática do Congo, a cidade do Cabo, na África do Sul, sem esquecer a cidade de Luanda, em Angola.

Figura 6. Trânsito caótico na cidade de Luanda, um dos males da urbanização



Fonte: Revista África21 Online

Embora haja particularidades, a urbanização da África repete alguns padrões já vistos em outros lugares do mundo. Nos países desenvolvidos da Europa e da América do Norte, a urbanização acelerada, sobretudo no período da Revolução Industrial, causou problemas sociais graves nas cidades, que em parte, só foram resolvidos com as posteriores reformas urbanas e a melhoria nas condições de renda da população. Já nos países emergentes (incluindo o Brasil), ainda se vivem as consequências de urbanização acelerada realizada ao longo do século XX, com a formação de favelas, guetos e a constituição da segregação sócio espacial.

2.2. Crescimento e consolidação das áreas informais

Em África, as pressões que levam a migração para as cidades têm agravado os problemas da pobreza urbana e aumentado a necessidade de abrigo de baixo custo (Nairobi, 2014: 1). Assim, vão surgindo e crescendo assentamentos informais precários, com elevadas densidades, que fornecem um refúgio útil para os pobres, mas são incompatíveis com as normas da administração civil, saúde pública, equidade social e sustentabilidade ambiental. Assim, dada a dimensão do problema (em crescimento), é necessário encontrar abordagens inovadoras para reduzir os desafios associados com estes assentamentos informais, mas a complexidade e a dimensão da tarefa tem-se traduzido em progressos lentos e pouco expressivos.

Em algumas cidades angolanas foi especialmente paradoxal. Em Angola este processo foi motivado com o colapso da autoridade portuguesa, a perda sem precedente de vidas humanas, a desordem provocada pela guerra civil, bem como o êxodo da maior

parte da população europeia até finais de 1975, que de maneira generalizada, contribuíram para destruir a economia angolana.

Segundo Oliveira (2012: 35), *“em Luanda durante o período pós-independência e, até 1991 (liberalização da economia), não se registaram investimentos no sector habitacional, causando um problema de difícil solução”*.

Para ultrapassar esse défice habitacional, as populações começaram a construir à margem das normas legais de licenciamento urbano em todos os locais possíveis, sem ter em conta aspetos como o escoamento dos esgotos e do lixo, a instalação da rede elétrica ou de abastecimento de água, levando ao alargamento da cidade para a periferia e ao aumento dos musseques.

Na cidade de Huambo, mais ao centro do país, a guerra civil iniciada em 1993 (de janeiro a Março), incitou uma migração sem precedentes para as zonas urbanas (DW, 2005: 14). O Huambo ficou sob proteção da UNITA até novembro de 1994 com a conquista da cidade pelas forças armadas do governo, nas vésperas da assinatura do protocolo de paz em Lusaca. Isto aumentou as pressões urbanas, pois as pessoas estavam desesperadamente à procura de oportunidades de emprego, acesso à saúde e à educação na cidade. A cidade colonial herdada dos portugueses não previa essa afluência, e os novos migrantes começaram a se instalar nas áreas informais, promovendo assim o seu crescimento.

Esse crescimento foi agravado pela ausência de mecanismos e instrumentos de planeamento e gestão do solo urbano, insuficientes recursos humanos e financeiros, a fraca capacidade de fiscalização entre outros aspetos.

De maneira geral e, especialmente na África Subsaariana (ASS), a consolidação das áreas informais foi motivada pelo agravamento da pobreza urbana na década de 1980.

Com efeito, *“o impacto económico dos PAE’s durante os anos 1980, em conjunto com as secas prolongadas, o aumento do preço do petróleo, a disparada dos juros e a queda dos preços das mercadorias, foi mais grave e duradouro que a grande depressão”* (Davis, 2004: 205). O mesmo autor acrescenta que *“nos anos 1980 – quando o FMI e o Banco Mundial usaram a alavancagem da dívida para reestruturar a economia da maior parte do terceiro mundo, foi a época em que as favelas se tornaram um futuro implacável não só para os migrantes rurais pobres como também para*

milhões de habitantes urbanos tradicionais, desalojados ou jogados na miséria pela violência do ajuste". Tais medidas repercutiram-se negativamente no plano social, criando múltiplos disfuncionamentos, particularmente no quotidiano da maior parte dos cidadãos (Medeiros, 2006: 194).

2.3. Conceitos de espaço público e de equipamentos coletivos

A UN-HABITAT (Project for Public Spaces, 2014: 1) considera que muitas favelas do mundo em desenvolvimento carecem de necessidades básicas como água limpa, eletricidade e cuidados de saúde, mas refere que os grandes espaços públicos são ainda mais importantes para lugares como Kibera, em Nairobi e Dharavi, em Mumbai, porque eles permitem que muitas questões sejam abordadas de uma só vez.

Nos países mais desenvolvidos da Europa, da Ásia e da América, os espaços públicos se traduzem em um parque ou uma praça. Na maioria dos países africanos, as ruas são verdadeiramente os espaços públicos, e as pessoas estão fora o dia todo a vender, a mendigar e negociar. As pessoas fazem as suas vidas, vivem as suas vidas nas ruas.

“A ideia de espaço público está estreitamente ligada à realidade da cidade, aos valores da cidadania e ao horizonte da civilização” (Innerarity, 2010: 107). Uma cidade pode enfrentar a desigualdade através da disponibilização de espaços públicos inclusivos, seguros e acessíveis. Garantir densidade adequada é importante no apoio a formação de capital social.

As autoridades locais, por vezes, ignoram o uso do espaço público por parte dos pobres, embora o espaço público é a sala de estar do homem pobre, é importante para a recreação, desenvolvimento social, cultural e económica dos grupos vulneráveis *United Nations* (2015: 3). Nesta lógica, Seixas (2011: 210) define o espaço público como:

“a componente do território urbano que maior capacidade tem (para o bem e para o mal) de evidenciar, em larga escala, os resultados materiais ou intangíveis das transformações a que a cidade, enquanto organismo vivo, está sujeita”.

São várias as definições que se podem atribuir ao conceito de espaço público, mas, neste contexto, importa potenciá-lo como “principal património do domínio coletivo e como referência na estruturação do mapa mental que cada um constrói para se reconhecer, orientar e identificar em meio urbano. Ou, em síntese, o espaço público

como espaço «construtor» e agregador de identidade (s) da e na cidade” (Seixas, 2011: 210).

No mesmo sentido, para a *United Nations* (2015: 1), “os espaços públicos são todos os lugares públicos ou de uso público, acessível e agradável por tudo de graça e sem fins lucrativos”. Isso inclui ruas, espaços abertos e instalações públicas.

Na convicção de que a cidade é o lugar por excelência, Innerarity (2010: 107), define o espaço público como “*o espaço cívico do bem comum, por contraposição ao espaço privado dos interesses particulares*”.

O espaço público é um conceito que tem evoluído na sua significação.

Segundo Fátima (2008: 3), do ponto de vista histórico, ele surge como espaço reservado e seletivo, próprio das elites sociais do séc. XVIII. Porém, a expressão espaço público passou a traduzir uma noção de espaço participado, que se afigura como um espaço de bem-estar, de cultura urbana, de participação e de qualidade de governação, nos finais do séc. XX. A mesma autora, destaca que as revoltas políticas do séc. XVIII e XIX, transformaram estes espaços circunscritos da cidade na esfera pública democrática.

A Cidade do Cabo, na África do Sul surge como exemplo prático a esta questão. A transição do regime do apartheid para a democracia, em 1994, promoveu uma ampla campanha de melhoria da qualidade de vida dos habitantes das áreas peri-urbanas, com prioridade no acesso à água e à construção de rede de esgotos, bem como a criação de um espaço público de boa qualidade para os seus habitantes.

O caso angolano é outro exemplo, ou seja, após anos de guerra e de repressão, já é possível ver de novo os angolanos encontrarem-se e conversarem no espaço público comum, o que não era possível anteriormente devido ao sentimento de insegurança e de medo que os mesmos ofereciam.

Hoje, o espaço público, entendido no seu sentido mais amplo enquanto espaço de convivência e atmosfera pública, encontra-se sujeito a tensões fragmentárias. Entre os fatores sociais que mais têm contribuído para esta tendência, destaca-se o atual sistema de consumo, e os modernos sistemas tecnológicos diversos.

A relação equilibrada dos equipamentos com o espaço público, e com outras funções urbanas pode contribuir para o equilíbrio social, tendo o planeamento um papel

determinante nesse objetivo. Vale a pena, a este propósito, transcrever a definição de Costa Lobo (1995: 86) Cit. Por (Mateus, e Serdoura 2010: 3).

Os equipamentos coletivos, *“são elementos essenciais na estruturação do tecido urbano e social. O seu papel fundamental é satisfazer as necessidades das populações e contribuir para a evolução permanente das áreas urbanas em que se inserem, resultado do progresso tecnológico e do desenvolvimento socioeconómico”*.

Os equipamentos coletivos contribuem para a estruturação e organização do espaço, introduzindo novas dinâmicas na gestão e ordenamento do território.

Em África, regra geral estão mal distribuídos, mal-organizados, ou seja, estão numa fase em que se começa a redesenhar as suas redes para responder à demanda da população que vai aflorando o continente. Apesar das dificuldades, é indispensável fazer aqui uma chamada de atenção: haverá em África mais realizações e mais equipamentos públicos do que as informações disponíveis nos têm transmitido.

“Em Angola por exemplo, dada a reduzida dimensão de alguns aglomerados, também os equipamentos assumiam a mesma escala” (Fonte 2010: 316).

Mas atualmente, com o crescimento acelerado da urbanização, e pela necessidade crescente de uma cidade mais inclusiva e atrativa, a sua projeção na cidade tem vindo a aumentar, ocupando lugares centrais na estrutura urbana, relativamente nas zonas habitacionais. Cada tipologia assume um lugar específico na cidade. Os equipamentos administrativos, estão associados ao poder institucional, as igrejas são referências ao poder religioso, e os equipamentos de ensino, saúde, os mercados, ou qualquer equipamento ligado ao lazer, assumem papel de relevo na cidade, o mais perto das populações.

Definir hoje a cidade, ou melhor, as diferentes e distintas formas de vida urbana, é cada vez mais difícil. Neste mundo onde o quotidiano é regido por um lufa-lufa imensurável, onde é dada a primazia ao tempo e não ao espaço, não há lugar para a cidade tradicional, aquela que a maior parte de vós vivenciou na sua meninice (Andrade, 2011: 46).

Para Almeida (2015: 17), as cidades são organismos vivos e dinâmicos em constantes mutações. No entanto, nelas podemos encontrar alguns elementos essenciais para a evolução do seu desenho urbano, caracterizados entre outros aspetos, pela sua durabilidade ou permanência.

Nas cidades, os equipamentos coletivos ocupam lugar de destaque pelo seu papel público, e encontram-se em diversas tipologias, consoante as necessidades que apresentam (saúde, desporto, segurança pública, educação, religiosos etc.). A sua distribuição é definida em função do número de utentes para o qual é programado, ou em função da sua escala geográfica.

3. Problemas da Urbanização em Angola

3.1. Características dos problemas urbanos

Em Angola, os problemas urbanos não são muito diferentes daqueles que caracterizam o continente africano (Oliveira, 2012: 34).

A guerra civil que devastou o país durante quase trinta anos, juntamente com os fracos resultados alcançados na política macroeconómica, a presença de pesados aparelhos burocráticos, implementação de programas de ajustamento estrutural, má governação e dívidas externas, conduziram o país a uma deterioração das condições de vida da população em geral e ao aumento galopante dos problemas urbanos. Esta situação complexa e de resolução difícil, está na base dos problemas que caracterizam as cidades angolanas nos dias de hoje.

As tendências em curso remetem-nos para explicações complexas onde os efeitos da guerra, nomeadamente nas infraestruturas viárias e no povoamento, a insegurança, a falta de equipamentos coletivos, o retorno de angolanos no pós guerra e a imigração proveniente dos países vizinhos (sobretudo dos que conhecem perturbações sociais, económicas e políticas importantes), as mudanças climáticas que atingem algumas áreas urbanas (sobretudo a seca no Centro e Sul do país⁸) se vêm somar o êxodo rural e ao saldo natural da população, reforçando os problemas que caracterizam a rede urbana de Angola (Ramos, Neto, Ferreira, 2004: 210).

⁸ Milhares de cabeças de gado estão ameaçadas pela seca no Cunene – a seca que assola a província do Cunene desde o início do ano 2015, coloca em risco a sobrevivência de 68.776 cabeças de gado bovino na comuna de Ondjiva, sede do município do cuanhama, informou dia 28/10/2015 o Soba grande da circunscrição. Venâncio Kaindume disse que a estiagem afeta 185.649 caprinos e 320.901 habitantes da região. Acrescentou que a agricultura não foi poupada. Informou ainda que as autoridades tudo têm feito para minimizar a carência que se regista, distribuindo água e alimentos (Angonoticias – Notícias de Angola em tempo real, acesso em 29/10/2015).

Figura 7. Problemas urbanos característicos das áreas urbanas de Angola



Fonte: Google, acesso em 22/10/2015

O desemprego juvenil em números elevados | A delinquência motivada pela falta de ocupação da juventude | Dificuldades no acesso a casa própria | A seca e a escassez de água que afetam o território nacional, principalmente o Sul do país, são problemas comuns à generalidade dos aglomerados urbanos do país.

A prolongada crise económica que sacudiu o país durante a guerra civil, com a falência quase completa da agricultura e atividades conexas e mesmo da indústria transformadora, apesar de se localizar totalmente nas cidades, agudizou os problemas urbanos que desde sempre caracterizaram o país (Relatório Social de Angola 2013: 22).

Cerca de 36% da população vive abaixo da linha da pobreza e o desemprego, um dos principais problemas urbanos, permanece elevado (24,2%).

Pela descrição do mesmo documento, a distribuição geográfica da população também influencia muito neste processo, ou seja, o panorama da repartição geográfica da população continua a ser de excessiva concentração – cerca de 18. 513. 994 Pessoas, correspondente a cerca de três quartos da população (72%), concentra-se em apenas 7 províncias do País. Entre estas, 5 situam-se na região centro sul do País com 10 059 909 habitantes, correspondente a dois quintos da população do País (39%), a que corresponde uma densidade de atividade económica de quase 90% (PIB, negócios, comércio, banca e seguros) (Resultados Definitivos do Censo, 2014: 32).

Esta circunstância repercute-se no emprego, sendo estas províncias as de maior localização e preferência de mão-de-obra.

Para minimizar essa situação é necessário a deslocalização dos investimentos (públicos/privados) e uma maior aposta no OGE no combate contra as assimetrias regionais, para se levar o investimento económico ao interior do país e criar emprego para todos. A globalização também exerce a sua influência, ou seja, a grande

mobilidade internacional da força de trabalho provoca, em consequência, um aumento da concorrência no mercado de trabalho nacional.

Outro problema pela qual as cidades angolanas se deparam reside na desigualdade social. Ora, segundo o Papa Francisco, Cit. Por (Rocha, 2014: 12), “a desigualdade é a raiz do mal social”, significando que a desigualdade é um problema e que é preciso fazer alguma coisa para o solucionar.

Todos esses problemas e os demais acima citados, têm sido acompanhados com muita atenção por parte do executivo nacional através do Plano Nacional de Desenvolvimento (2013-2017, 2012: 83). Em Angola os jovens têm merecido maior atenção do Estado, sendo eles considerados personagem principal da modernização, da mudança de mentalidade da reprodução social e da recuperação do atraso estrutural do país constituindo, o maior potencial para o seu desenvolvimento.

Nas últimas décadas, a intervenção nesta esfera tem sido orientada pelo Plano Executivo do Governo de apoio à Juventude, em parceria com diversas instituições, empresas e sociedade civil, com um impacto significativo na redução da taxa de desemprego dos jovens, no melhoramento das condições de vida e na sua participação ativa no processo de reconstrução e desenvolvimento do país.

3.2. Sistema de planeamento nas áreas urbanas: objetivos e resultados

Em Angola, o Sistema de Planeamento Urbano tem sido implementado para promover um desenvolvimento sustentável de curto, médio e longo prazo nas suas variadas escalas de intervenção: nacional, regional e municipal. Segundo a Lei n.º 3/04 de 25 de junho, o crescimento das cidades e muito em particular, o das grandes cidades, após a independência, mercê, quer de fatores de atração das cidades, quer do êxodo rural por pressão da guerra, colocou e coloca problemas graves e específicos da gestão do espaço urbano, com uma gama complexa e especializada de questões a apelarem soluções que, de forma integral, global e coordenada, passam por instrumentos de gestão sistemáticos de planeamento.

No artigo 24º da Lei 2/06 de 23 de janeiro, os Planos territoriais fixam os objetivos qualitativos e quantitativos que sustentam a coerência, harmonia e equilíbrio das diversas funções do sistema urbano e caracterizam a estrutura de ocupação espacial urbanística. Para efeitos do disposto no mesmo diploma, as principais opções de

Ordenamento Territorial Nacional e os Planos Provinciais de Ordenamento Territorial, bem como os Planos Territoriais Interprovinciais devem definir os princípios e diretrizes que nas respetivas áreas territoriais assegurem uma distribuição equilibrada das funções de vias de comunicação, de habitação, serviços e lazer, de espaços verdes e arborizados bem como dos equipamentos e infraestruturas coletivas, aliadas a diretrizes de preservação da qualidade do ambiente urbano.

Não obstante podemos apontar aqui alguns objetivos específicos do Planeamento Urbano, conforme consagra o artigo 4.º da mesma Lei:

- a) “Aproveitar racionalmente a terra como recurso finito, através da correcta localização das actividades produtivas e não produtivas, assim como a qualificação e classificação dos solos de acordo com as suas características;
- b) Contribuir para o melhoramento da qualidade de vida da população, em especial o acesso a empregos, os serviços e equipamentos urbanos;
- c) Alcançar o desenvolvimento territorial equilibrado entre as regiões, os assentamentos populacionais, no campo e na cidade, e no âmbito urbano de cidades e povoações;
- d) Utilizar os recursos naturais, conservar a natureza assim como proteger e reabilitar o meio ambiente não só natural como o urbano para atingir o desenvolvimento sustentável, prevendo desastres naturais e tecnológicos;
- e) Preservar o território para o uso social;
- f) Proteger e reabilitar o património imobiliário, histórico e cultural, velando pela qualidade arquitectónica, urbanística e paisagística dos projectos a construir em áreas urbanas e rurais;
- g) Propiciar a participação de todos os sectores implicados nas actividades de planeamento etc”.

Em 2004 o governo angolano adotou o programa de combate à pobreza que apontava sectores prioritários de intervenção tais como: Segurança alimentar, Desenvolvimento Rural, Combate ao VIH/SIDA, Educação, Saúde, Reabilitação de Infraestruturas Básicas, Emprego, Formação Profissional (Ministério do Planeamento, 2004: 18). Graças ao crescimento económico desde 2002, e de um Sistema de Planeamento Nacional, o Índice de Desenvolvimento Humano, que é uma referência comparativa entre os países do mundo, e que inclui indicadores sobre esperança média de vida, taxa de escolarização da população e rendimento per capita (além de outros

como pobreza, igualdade de género, PIB, sustentabilidade ambiental) tem estado a melhorar em Angola, especialmente nos últimos anos.

Entre os 187 países avaliados, Angola situa-se na 149ª posição com um índice de 0,526 (Relatório de Desenvolvimento Humano, 2014: 168). Em 2000, dois anos antes do alcance da paz, este índice era de 0,375 e Angola estava nos últimos países do ranking. Em 2015, subiu para 0,532 embora com a mesma classificação de antes (Relatório de Desenvolvimento Humano, 2015: 34). Esses resultados devem-se a avanços conseguidos especialmente:

- No plano educativo, onde a taxa de cobertura escolar subiu de 35% para cerca de 85% desde 2002 (total de 7156600 alunos do ensino geral) decorrentes da expansão da rede escolar, e de melhorias qualitativas na formação de professores, nas instalações e equipamentos e na reforma educativa.
- A taxa de alfabetização de adultos subiu para 70%;
- O país conta hoje com um número significativo de quadros, profissionais e técnicos com formação média e superior;
- Existem atualmente 7 universidades públicas e 22 privadas que atendem mais de 150 mil alunos, contra os 60 mil em 2002 (Muangolé, 2013: 10).
- Incremento do número de salas de aulas (9%);
- Rápido crescimento do número de alunos matriculados (68%) e de docentes do ensino superior (21%);
- Aumento do número de bolsas internas (200%) e de bolsas externas (21%) (“Exame nacional 2015 da Educação para todos: Angola”).

- No plano da saúde, onde se deu uma expansão dos serviços, o que contribuiu para a melhoria do acesso aos cuidados de saúde, embora se registem incidências preocupantes de doenças endémicas como a malária, diarreias, má nutrição, parasitoses (UNICEF, 2015: 19).

Desde o fim da guerra civil em 2002, relevantes progressos foram alcançados:

- A esperança de vida é agora de 51,9 anos contra os 43 de há 13 anos;
- A taxa de mortalidade materna reduziu de 57,1% para 600 mortes em 100 mil nascimentos;
- A taxa global de mortalidade infantil reduziu de 20%, para um em cada cinco;
- A má nutrição reduziu, tendo caído de 35% para 23% da população;

- A prevalência de crianças com baixo peso diminuiu de 37% para 16%;

Apesar desses esforços, o impacto sobre resultados de saúde tem sido moderado. Isto deve-se principalmente devido baixa taxa de cobertura e da falta de qualidade dos serviços. Há também uma discrepância entre o forte investimento em infraestruturas de saúde, isto é, hospitais, centros de saúde, e a distribuição geográfica desigual de profissionais de saúde (“Exame nacional 2015 da Educação para todos: Angola”).

- No plano habitacional e infraestruturas, está em curso um plano de construção de habitações sociais e a criação de novas centralidades em todas as províncias de Angola, que permite resolver, em partes, a procura de habitação pelos jovens, e da mobilidade dos cidadãos, de modos a cumprir com as suas responsabilidades sociais. Apesar do momento menos bom da economia do país, têm sido constatadas a nível do plano habitacional, diversas famílias de vários pontos do país, a beneficiarem dos vários projetos habitacionais do Governo de Angola designado “o sonho da casa própria”, que tem resolvido o problema habitacional de muitas famílias ao relento.

3.3. Modelo de governança urbana

O conceito de governança tem presença desde os primórdios da independência angolana (Luciano, 2012: 27). Nesta lógica, entende-se a governança como uma interação entre estruturas, processos e tradições que determinam como é exercido o poder e a responsabilidade, como são tomadas as decisões, e como os cidadãos e os *Stakeholders* dão a sua opinião. Ou seja, é um conjunto de princípios que influenciam novas formas de governação.

A ideia de governança na Angola pós-independência é muito recente, concorrendo para este processo, o saldo negativo da guerra civil que o país viveu antes e depois de 1992.

Em função do fim da guerra em pouco menos de 15 anos, da baixa do preço do petróleo no mercado internacional, envolvendo o défice democrático, ausência de investimento público, dívida externa e enfraquecimento do sector estatal em geral, o governo tem sentido crescentes pressões nas áreas urbanas, principalmente no sentido de adequar as suas políticas a este novo contexto de um mundo cada vez mais globalizado. Com a crise económica, aumentaram os problemas urbanos – nas cidades, as ruas tornaram-se aterros sanitários, o desemprego é muito alto, a inflação tomou

conta do mercado, a criminalidade aumentou, ou seja, vive-se um elevado ambiente de pobreza.

Da mesma maneira, os gestores urbanos como as administrações municipais e comunais, as organizações não-governamentais, comissões de moradores, comunidades tradicionais etc., sofrem grandes pressões por parte das respetivas comunidades locais que vivem a margem do desenvolvimento económico. Como resposta a este flagelo, o estado tem procurado políticas mais eficazes para mitigar os problemas sociais junto das comunidades. Desta forma, procurou aumentar as instituições do ensino superior para criar mais espaços de debate com as populações e promover a participação pública. Para tornar isto mais efetivo, é necessário que os gestores urbanos tenham competências administrativas que implicam a necessidade de criar condições favoráveis para que as transformações urbanas possam ocorrer, e pontes de consenso possam ser construídas.

Nos termos do artigo 12.º, 45.º e 71.º da Lei 17/10 de 29 de julho, compete a entidade provincial, municipal⁹ e comunal:

1. “No domínio do desenvolvimento urbano e do ordenamento do território:

- a) Promover, apoiar e acompanhar o desenvolvimento de programas de autoconstrução dirigida e de habitação social;
- b) Autorizar a transmissão ou a constituição de direitos fundiários sobre terrenos rurais, agrários ou florestais nos termos da Lei;
- c) Elaborar e aprovar projectos urbanísticos e o respectivo loteamento para as áreas definidas para a construção nos termos da Lei etc.

2. No domínio do desenvolvimento cultural e social:

- a) Garantir assistência social, educacional e sanitária, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população;
- b) Garantir as condições organizativas e materiais para a educação para todos, a alfabetização e o ensino primário universal;
- c) Garantir as condições organizativas e materiais para o desenvolvimento do desporto e da ocupação dos tempos livres da juventude e da população em geral;
- d) Apoiar e promover a criação de infra-estruturas de recreação e de desporto e incentivar a prática desportiva etc.

3. No domínio da segurança pública e da polícia:

⁹ Ver ponto 14.6.2 Formas de actuação no município.

- a) Assegurar a protecção dos cidadãos nacionais e estrangeiros e a propriedade pública e privada;
- b) Desenvolver acções de protecção civil e de epidemiológica;
- c) Tomar medidas para combater a delinquência, à especulação e ao açambarcamento e ao contrabando, à sabotagem económica e à vadiagem;

4. No domínio do ambiente:

- a) Promover acções, campanhas e programas de criação de espaços verdes;
- b) Promover o saneamento e o ambiente, bem como a construção de equipamento rural e urbano;
- c) Promover campanhas de educação ambiental etc”.

Os órgãos da administração local do estado classificam-se em órgãos colegiais e órgãos singulares.

1. São órgãos colegiais:

- a) o Governo Provincial;
- b) a Administração Municipal;
- c) a Administração Comunal.

Este último, é o órgão desconcentrado da Administração do Estado no Município que visa assegurar a realização das funções do Estado na Comuna. Na execução das suas competências, a Administração Comunal reponde perante a Administração Municipal.

O seu papel abrange vários domínios:

1. “No domínio do planeamento e do orçamento:

- a) Elaborar a proposta do orçamento da Administração Comunal, e remetê-la à Administração Municipal, com vista a sua integração no Orçamento Geral do Estado.

2. No domínio do saneamento e do equipamento rural e urbano:

- a) Promover a construção, a manutenção e o controlo dos mercados;
- b) Gerir, conservar e promover a limpeza dos balneários, lavatórios e sanitários públicos;
- c) Conservar e promover a reparação de chafarizes e fontanários;
- d) Controlar, acompanhar e apoiar a autoconstrução dirigida;
- e) Promover a abertura de caminhos vicinais etc.

3. No domínio do desenvolvimento social e cultura:

- a) Promover campanhas de educação cívica junto das populações;
- b) Preservar os edifícios, os monumentos e os sítios classificados como património histórico nacional e local” (artigo 71º. Lei n.º 17/10 de 29 de julho).

O funcionamento pleno destas entidades dentro das áreas urbanas e peri-urbanas da cidade, provocam um grande impacto na vida dos seus moradores, e quando de forma articulada, promovem espaços de envolvimento com as respetivas comunidades locais.

As entidades tradicionais desempenham um papel fundamental nas áreas peri-urbanas e rurais no tocante a governança, e as suas competências não diferem de outras entidades, ou seja, a sua autoridade ganha peso a medida em que nos deslocamos do centro para a periferia da cidade. Para recordar, o Soba é o representante legítimo do governo no bairro, e deve manter uma relação de reciprocidade com a administração da comuna, na gestão urbana da respetiva área geográfica.

Existe nas administrações municipais e comunais, um espaço (Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social) que integram representantes dos partidos políticos, das autoridades tradicionais, do sector empresarial público e privado, das organizações não-governamentais, do concelho municipal da juventude etc. Neste espaço, estas entidades podem exprimir ideias e dar pareceres acerca do desenvolvimento do município (artigo n.º 57, Lei 17/10 de 29 de julho).

O estado tem procurado ser eficiente e transparente na implementação das políticas públicas (Luciano, 2012: 30).

Recentemente terminou na cidade do Namibe, a 14ª edição do Campo Nacional de Férias dos Estudantes Universitários (CANFEU) – uma iniciativa da Jota MPLA e do Governo Central, como formas de envolver as populações e os jovens do País, e encontrar soluções para ultrapassar o mau momento que atravessa a economia nacional. A troca de experiências e a promoção do diálogo juvenil é outro objetivo do campo.

Em Angola, Luanda afigura-se uma cidade referência no tocante a governança urbana com o envolvimento das populações na manutenção, limpeza e segurança na cidade. Um exemplo ilustrativo de governança urbana é o município de Cazenga em Luanda, onde foi criado um website “Fórum Cazenga”, um espaço digital para o diálogo entre comunidades e a administração municipal acerca de planeamento e

desenvolvimento local. Este website é uma plataforma de partilha de informação sobre os serviços básicos no município e foi criado através da contribuição dos membros do fórum por meio do mapeamento participativo e avaliações urbanas com os moradores.

Cazenga é o segundo município mais populoso de Luanda com uma população de 1. 250. 000 moradores. O fórum é composto por organizações da sociedade civil e associações comunitárias, que têm estado a trabalhar para reduzir a pobreza por meio da extensão dos serviços básicos como água, saneamento básico, serviços sociais de educação e saúde numa zona de Luanda que continua a expandir-se rapidamente.

4. Caso de estudo: Bairro Kalundo na Cidade de Huambo

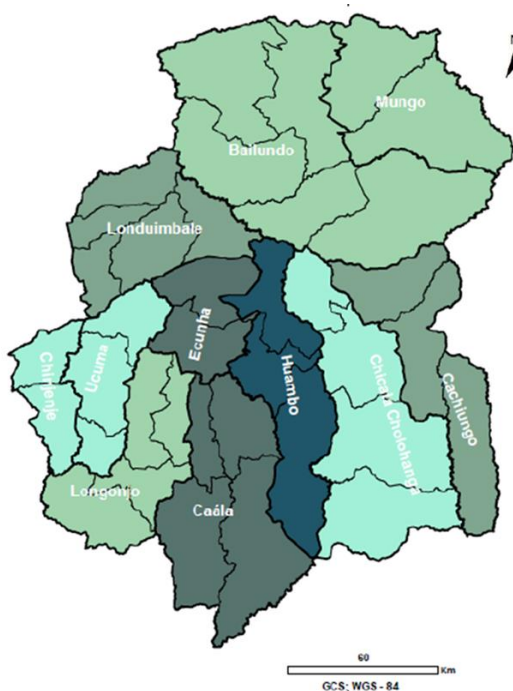
4.1. Caracterização da Cidade de Huambo

A cidade do Huambo, enquanto sede da província, constitui o núcleo urbano de maior importância, não só de um ponto de vista político-administrativo, económico e social, mas igualmente como centro urbano de referência (também simbólica) na projeção externa da imagem da província e na captação de investimento estrangeiro¹⁰.

A cidade do Huambo localiza-se no principal nó rodoviário Centro/Sul do país, com quatro eixos de ligação interprovincial: Lobito-Benguela, Lubango, Cuito/Menongue e ligação a Luanda.

¹⁰ Ver mais informações em PDM, Huambo 2011 – VOL1-T1.3

Figura 8. Localização do município do Huambo na província do Huambo



Fonte: Dados preliminares do censo 2014

Assim, no domínio das acessibilidades, existe uma rede de infraestruturas rodoviárias que, progressivamente, tem vindo a ser reabilitada e modernizada e que permite, na generalidade, boas ligações a nível intermunicipal. É limitada a Norte pelo município do Bailundo, a Este pelo município de Tchikala Tcholohanga, a Sudoeste e Oeste pelos municípios da Caála e Ekunha (figura 8). A província tem uma população estimada em 2.000.000 de habitantes, dos quais cerca de 727. 574 (36,3%) residem na sede do município¹¹ (quadro 1). A rede rodoviária do interior da cidade do Huambo apresenta uma hierarquia bem definida, que se estende das estradas primárias regionais às estradas locais.

Quadro 1 - Dados gerais da província e do município do Huambo

Huambo	População	
Município	727. 574	36,3%
Província	2.000.000	100%

Fonte: Adaptado de PDM do Huambo (2011)

¹¹ Resultados Definitivos do Censo 2014

A cidade é servida por duas estradas principais, ambas com pistas duplas de três faixas:

- Uma estabelece o acesso entre o Aeroporto Albano Machado e o centro da cidade (Avenida Governador Geral Horácio Rebelo);

- Outra estabelece a ligação entre a Praça Manuel de Arriaga e o Hospital Central de Fátima e a Igreja de Fátima (Avenida Norton de Matos).

A cidade tem a configuração de um círculo, do qual irradiam nove faixas (tais são as avenidas principais) que, saindo de uma rotunda, correspondem ao cruzamento das estradas, uma das quais, diretamente ligada com o C.F.B, ficando a linha férrea do lado Norte, isto é, do lado das encostas do rio Cussavi, para o qual, a cidade não se deve expandir (anexo I).

A Cidade do Huambo subdivide-se, ainda, em sectores e em bairros, elencados no (Quadro 3) e cujo contorno é apresentado em anexo. No Foral da Cidade do Huambo, a sede municipal encontra-se dividida em duas zonas distintas: a zona urbana e a zona suburbana (Quadro 2).

Quadro 2 - Zonas delimitadas no foral da cidade de Huambo

	Área
Zona urbana	21.342 ha
Zona suburbana	30.891 há
Total	52.233 ha

Fonte: PDM do Huambo (2011)

A base económica está apoiada na agricultura, mas o sector industrial está em emergência em resultado do esforço de reabilitação das infraestruturas preexistentes, à guerra civil que aqui foi violenta. A cidade foi construída já no século XX. As avenidas principais são muito largas e arborizadas, o jardim central é amplo (permitindo lazer diversificado), atravessado por uma linha de água da qual se tirava partido para embelezar o conjunto. Os edifícios, bairros e praças são ao gosto da arquitetura colonial da época, a par de alguns edifícios de cariz modernistas do final da década de 60 e início de 70 do século XX (Ramos, Neto e Ferreira, 2004: 214-215). A guerra deixou intensos sinais na cidade e em toda a província, mas a vontade política e o empenho da

sociedade, estão a trazer de volta a beleza que desde então caracterizou a cidade do Huambo no contexto do país.

Hoje, tendo em conta os esforços empreendidos, é visível na cidade a reconstrução de edifícios que no período colonial acolhiam importantes equipamentos coletivos, a repavimentação de estradas e ruas, a reconstrução e funcionamento pleno dos comboios dos Caminhos de Ferro de Benguela, a extensão e qualificação dos sistemas de abastecimento de água, a reconstrução da albufeira do Ngove, que desde a sua entrada em funcionamento, melhorou o fornecimento de energia elétrica na cidade, e bairros peri-urbanos informais que anteriormente era difícil ou mesmo impossível o acesso a este recurso, o melhoramento dos níveis de ensino, a atração de quadros qualificados, a fixação da população jovem, dando-lhes esperanças num futuro com qualidade e vida melhor. É, sobretudo, uma cidade onde se sente o início de uma vida nova.

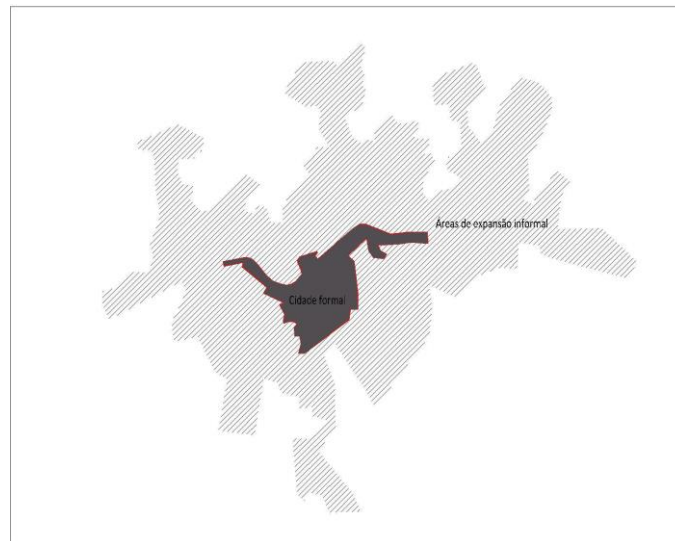
4.2. As áreas informais na cidade

O Plano geral de urbanização de Nova Lisboa foi elaborado pelo Gabinete de Urbanização do Ultramar em 1947/1948. Este plano reflete o modelo de cidade-jardim, e aponta de forma inequívoca a relação entre a cidade branca e a cidade negra, baseado nos princípios do urbanismo colonial, assente na premissa da separação – a população negra serve a população branca logo, deve estar perto, mas nunca no mesmo espaço urbano; daí resultam os bairros indígenas nos arredores da cidade (Fonte, 2010: 176).

Também não deixemos de parte a ideia de que o surgimento dessas áreas ao redor da cidade decorreu da necessidade básica de alojamento, face à impossibilidade de acesso ao mercado normal. Mas, devido ao modo como foi fundada e se desenvolveu a cidade do Huambo, a divisão entre a cidade urbanizada e os bairros peri-urbanos sempre foi mais clara do que em Luanda.

O crescimento da parte urbanizada raramente levou ao contacto «físico» entre os dois espaços. O estado colonial manteve sempre os “bairros de nativos” mais afastados do “centro”, deixando um espaço vazio para a expansão da cidade branca. Além disso, o crescimento da cidade nunca foi tão frenético como no caso de Luanda (Robson e Roque, 2001: 72). Assim, o limite entre as partes urbanizadas e peri-urbanas na cidade é bem visível (Figura 9).

Figura 9. Sobreposição entre áreas urbanas formais (1972) e informais (2011)



Fonte: PDM (2011)

Em geral, os bairros peri-urbanos situam-se em torno da zona urbana, existindo entre as duas áreas um espaço marcando uma mudança no tipo de construção (Robson e Roque, 2001: 72). Em alguns sítios existe uma barreira florestal, que marcava o limite entre as duas partes na época colonial. Atualmente com a escassez do solo na cidade e a procura cada vez maior em relação a oferta, a população recorre às áreas peri-urbanas da cidade onde o acesso à terra é mais barato. Como consequência, os campos agrícolas e certas cortinas de eucalipto que marcavam a separação entre os dois ambientes, vão sendo progressivamente destruídas, o que tem causado conflitos entre o cidadão e as autoridades locais.

A imagem das áreas peri-urbanas na cidade do Huambo, melhorou consideravelmente comparando com a década de 90 por exemplo, onde era difícil observar construções de tijolo ou bloco de cimento, por se tratar de um período de grande instabilidade política e económica no país. Hoje, é mais frequente as construções tradicionais (feitas de adobe, pau-a-pique, chapas de zinco etc.), coabitarem com construção moderna de características unifamiliares: de tipo «vivenda», «rés-do-chão primeiro andar», próprio das áreas urbanas. Ainda nestas áreas, nota-se a presença de algumas casas mais antigas, com telhas, tijolos ou cimento que datam desde a génese das áreas informais, e outras casas mais recentes. A densidade populacional não é tão alta como em Luanda, mas alguns moradores já reclamam que “o bairro está muito cheio”.

A sobreposição, apresentada na figura 9, entre áreas urbanas consolidadas assinaladas no PDU de 1972 e áreas contíguas a estas ocupadas na atualidade mostram a relação entre umas e outras e a real dimensão territorial deste fenómeno (PDM, 2011: 143).

Quadro 3 - Sectores e Bairros da Comuna do Huambo

Sectores	Bairros
Cassilhas	Cacilhas, Bom Pastor, Camussamba, Fátima, Capilongo Baixo, Capilongo Alto e Aeroporto.
Comte. Bandeira	Bairro do Comércio, Benfica, Brigada, Colemba, Canhe, Frederico, S. Teresa Epandero, Carilongue, Lumato, Camunda Sede, Cacareua e Estêvão.
Comte. J. Kapango	Cidade Alta, Bairro da Casa dos Rapazes, Bairro de Fátima, Bairro Azul, Bairro Académico, Cidade Baixa, Bairro de S. Luís, Cavongue Centro, Capango, Santo António, Cavongue Baixo, Lugar de Mukulonda e Cidade Alta Sul.
Comte. Vilinga	Bairro de S. José, Bairro de S. João, Canata, Santa-iria, Sandangote, Bomba Baixa, Bomba Centro, V. Graça, Tchiva, Quilombo, Kandjaya e Calilongue da cuca.
Comte. Ch. Samacau	Bairro de S. Pedro, Licima, Catumanda, Aviação, Mungonane, Amidos, Calombringo, Lufefena, Lugar de Carilongue, S. Bento, Kalundo, Kakelewa, Chivela e Munda.

Fonte: PDM do Huambo (2011)

Em relação de escala entre um e outro tipo de ocupações – em que as áreas de expansão informal correspondem a cerca de onze vezes a área formalmente urbanizada (Quadro 2) – demonstra bem, por um lado, como esta oposição constitui um traço fundamental dos processos de concentração urbana em curso e, por outro, a necessidade de uma perspetiva urbanística realista no sentido da orientação e regulação de um fenómeno desta dimensão (PDM, 2011: 143).

4.3. O Bairro Kalundo

4.3.1. Inserção no contexto da cidade

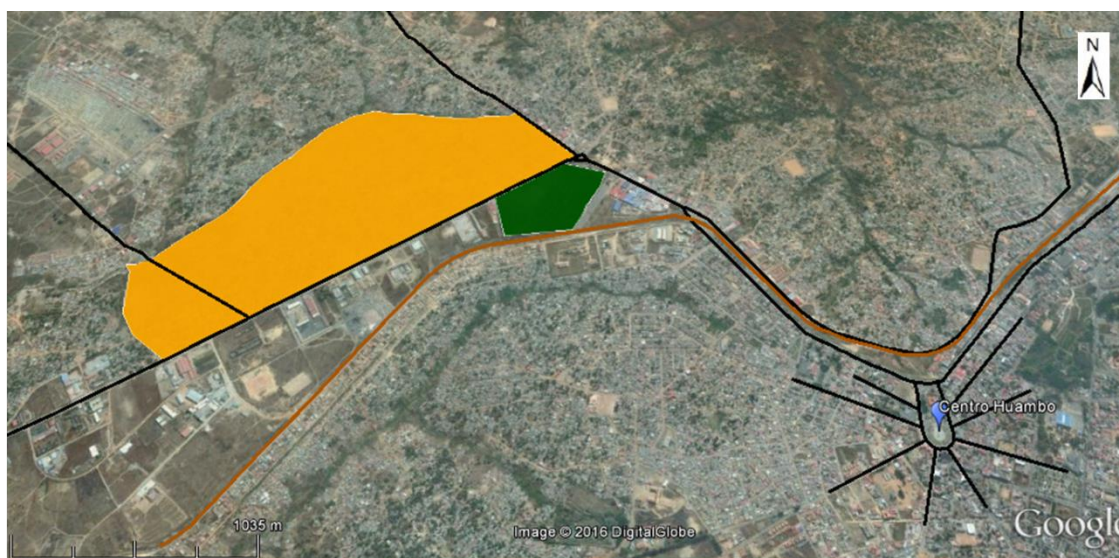
O bairro Kalundo está localizado a Oeste da cidade do Huambo, junto do Cemitério Municipal e da loja Nosso-Super da rede de supermercados de Angola (PRESILD). Faz fronteira a Norte com os bairros da Kakelewa e Chivela Teixeira, a Sul com os bairros de Calombringo e Amidos, tendo a Este os bairros de Kalilongue e São Bento, e no Oeste o bairro de Lufefena.

À semelhança de outros bairros, a sua localização privilegiada próximo ao centro da cidade e paralelamente à estrada nacional que liga o município satélite da Caála e a vizinha província de Benguela, das vias de acesso ao maior mercado informal da cidade do Huambo – contribui para a grande mobilidade urbana e comercial da cidade. A sua envolvente é toda informal, mas rodeada de urbanidade (figura 10).

O crescimento acentuado da população nos últimos anos, causou profundas transformações na organização da cidade. A expansão da área urbana informal trouxe problemas sociais graves, com o aumento da violência e da criminalidade na cidade. A criminalidade de que o bairro está sujeito, é uma ameaça diária para muitos habitantes da cidade. Esta criminalidade deve-se a muitos fatores nomeadamente a pobreza da maioria da população e a sua proximidade ao centro.

Apesar das suas características urbanas como um bairro informal, tem grande importância económica para a cidade, visto que, agrega no seu exterior, atividades económicas diversificadas que contribuem de forma generalizada para a economia da cidade.

Figura 10. Inserção do bairro no contexto da cidade



Legenda:

- Vias rodoviárias principais
- Via ferroviária

- Cemitério Municipal
- Bairro Kalundo

Fonte: Elaboração própria

Por outro lado, tem um valor histórico-cultural que faz parte da historicidade da cidade, principalmente quando se coloca em causa o próprio cemitério municipal do Huambo. Para recordar, o próprio nome «Kalundo», é originário da língua Umbundo que em língua portuguesa significa «cemitério». Com os seus 94 anos de existência, gerado por angolanos, sofreu profundas transformações ao longo dos anos, tanto em sua configuração urbana como em práticas sociais e locais. Esta sucessão temporal deixou elementos históricos que remetem ao passado desde o período colonial, levando-o a fazer parte do que podemos denominar de património histórico-cultural da cidade.

4.3.2. Características do bairro

A caracterização do bairro visa clarificar os processos e dinâmicas associadas as formas de intervenção e o seu impacto no seio da população residente e no território, como assunto para a reflexão sobre a relação que estabelecem com os fenómenos da pobreza, de segregação e exclusão sócio espacial.

Geograficamente, existe uma divisão do bairro feita pelo Sobado, que contempla as seguintes áreas: Zona A, Zona B, Zona C e a Zona D (figura 11).

Figura 11. Delimitação do bairro Kalundo em zonas



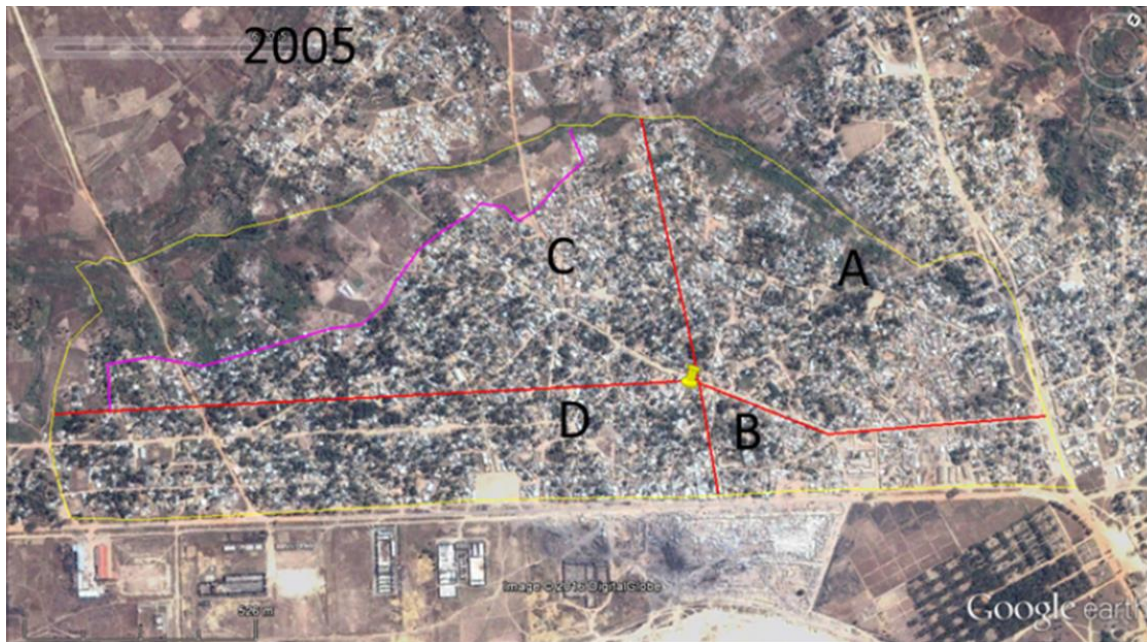
Fonte: Elaboração própria

Segundo o Soba do bairro, “a Zona A e a Zona B, são as mais antigas do bairro e as que mais crescem em termos económicos” – para recordar, o próprio bairro começou a crescer a partir do cemitério municipal, ou seja, nas zonas A e B (Zonas localizadas frontalmente ao cemitério municipal), para as Zonas C e D – estas últimas, as que mais crescem em termos demográficos (figura 13).

As Zonas C e D, são áreas relativamente recentes. Em 2005, o grau de dispersão urbana do bairro era mais acentuado em relação o atual momento (figura 12). Essa fase é marcada por uma pequena desertificação urbana na Zona C, ou seja, vê-se na imagem que a área não construída representa quase a totalidade da Zona B. A dispersão do solo permitia inúmeros espaços abertos, que posteriormente vinham sendo ocupados por pequenas hortas urbanas e plantações. Atualmente já não é assim, a figura 13 mostra que provavelmente esta zona foi a que mais cresceu nos últimos dez anos, fruto de uma imigração urbana causada por longos períodos de guerra civil. A velocidade com que o bairro cresce sobretudo no limite marcado pela linha de água, é parte daquilo que caracteriza o país e a província em particular.

Este crescimento demográfico verificado nas Zonas C e D, para além do consumo acelerado e desproporcional do solo que causa ao bairro, tem o lado positivo porque é aí onde se concentra a maioria da juventude do bairro.

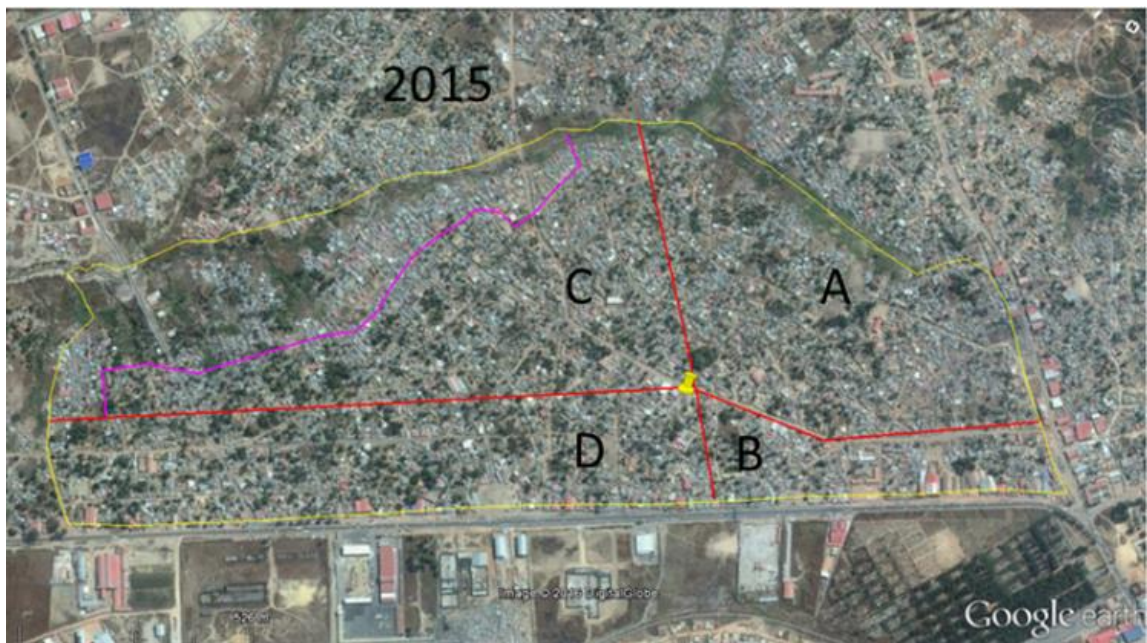
Figura 13. Crescimento da malha urbana 2005



Fonte: Elaboração própria

As Zonas A e B em termos cronológicos, diferenciaram-se bastante pelo crescimento económico, ou seja, o volume de negócios e de investimento verificados na Zona B ao longo de dez anos, não é o mesmo verificado na Zona A. Portanto, são estas duas particularidades que marcam a diferença entre ambas as zonas, o crescimento demográfico e o crescimento económico.

Figura 12. Crescimento da malha urbana 2015



Fonte: Elaboração própria

O bairro Kalundo é um dos bairros peri-urbanos mais antigos da cidade do Huambo, apresentando por isso uma forte tradição histórico-cultural. Implantado numa zona periférica da cidade, tem vindo a crescer nos últimos anos, principalmente em termos demográficos e económicos, por estar localizado numa zona industrial com forte comércio informal de proximidade e próximo do maior mercado informal da cidade do Huambo. A sua população, de aproximadamente 37 mil habitantes, tem como atividade de subsistência a agricultura cultivando o milho, a batata-doce, o feijão e outras hortícolas, existindo também residentes a trabalhar em negócios no maior mercado informal da província, vulgo Alemanha. A maioria da população é pobre, vivendo em habitações precárias sem quaisquer condições de habitabilidade.

O bairro está inserido numa zona industrial da cidade (zona consolidada), que tem vindo a recuperar das ruínas provocadas pela guerra, e próximo de uma linha dos Caminhos de Ferro de Benguela, que traz muita vantagem a população do bairro quando se trata de transportar grandes quantidades de pessoas e mercadorias ao longo da via Huambo/Benguela, até ao Luau. Os pequenos eixos de venda ambulante, os mercados informais/formais e os armazéns grossistas/retalhista localizados na periferia do bairro, caracterizam a economia do bairro. Economicamente o bairro está minimamente servido, ou seja, na periferia do bairro (zona industrial de S. Pedro), encontram-se alguns serviços e comércio formal:

- A associação dos taxistas do Huambo (ASTAHUA);
- Fábrica de reciclagem de Pneus (Monte Car Pneus);
- Fábrica da Toyota – Venda de automóveis e reparação;
- A administração municipal do Huambo (saneamento público e espaços verdes, EcoHuambo, Gestão ambiental e ecológica);
- Fábrica da Filtubo – Venda e prestação de serviços;
- Agência de viagem interprovincial (AngoAustral) etc.

Comércio:

- Supermercado Nosso Super, da rede de Supermercados de Angola (PRESILD);
- Bomba de abastecimento de gasolina etc.

A relação entre o bairro e a sua envolvente é complexa e ativa, evidenciada pelos múltiplos fluxos de trocas que, com intensidades diversas, entre elas se produzem por ação dos muitos e variados fatores económicos, sociais, culturais e ambientais que

marcam cada uma das realidades que assim se organizam e estruturam (Fadigas, 2010: 27).

Figura 14. Principais espaços de atividades económicas e de equipamentos na envolvente do bairro



Fonte: Elaboração própria

Para o mesmo autor, o território envolvente das cidades sempre foi um território em transformação e sujeito a múltiplas pressões. A cidade como instrumento de modelação do território cria uma pressão de uso sobre as envolventes rurais/urbanas e representa um fator de consumo intenso e rápido dos recursos naturais disponíveis.

No interior do bairro não existe um eixo de comércio forte, para além de produtos de consumo regular existentes na zona B, como a carne ou o peixe, e produtos de consumo diário, como o pão, o leite, o carvão e outros produtos hortícolas. A maioria do comércio concentra-se na periferia do bairro, com destaque para o comércio grossista/retalhista, e o comércio excecional que permite, por exemplo, a compra de um automóvel ou de um objeto de arte.

O transporte público não serve o interior do bairro. Mas, a existência de uma rede viária estruturante que atravessa o bairro entre a Zona A e a Zona B (Figura 25) permite que os transportes privados (viaturas de marca Hiaces¹², moto/táxi etc.) cheguem ao bairro para servir a população. São os Hiaces que abastecem a população

¹² Os hiasses (expressão luandense que designa os Toyota Hiaces, marca predominante nas viaturas semioficial, usualmente utilizada para designar a generalidade desses veículos) tornaram-se um elemento omnipresente na paisagem automóvel luandense, facilmente identificáveis, a partir da constituição da Associação de Taxistas de Luanda (ATL), pela ostentação maioritária das cores azul e branca (Lopes, 2004: 3).

da cidade o essencial em termos de transporte, quer de passageiros quer de mercadorias, entre as residências e o local de trabalho. O bairro encontra-se entre duas redes viárias estruturantes, onde os autocarros públicos passam para servir a população local.

O bairro não tem espaços públicos. Ou seja, as ruas são verdadeiramente os espaços públicos, sobretudo as que têm asfalto e iluminação pública (é aí onde as pessoas se agrupam e se concentram para conversar e se socializar). Este é o cenário mais frequente não apenas no bairro Kalundo, mas na maioria dos bairros peri-urbanos da cidade. O défice de espaços abertos, largos entre outros, deve-se à falta de regras na ocupação do solo. Esta homogeneidade e heterogeneidade urbana, pressupõe que, havendo um planeamento urbano, as probabilidades de se encontrar mais espaços disponíveis para futuras intervenções serão maiores. Os espaços públicos são lugares onde os problemas são interpretados, onde as tensões são experimentadas e o conflito se converte em debate, onde é encenada a problematização da vida social (Innerarity, 2010: 10). No interior do bairro, especificamente na zona D, existe um espaço aberto de domínio público, mas sem condições para responder ao conceito de espaço público: porém, urbanisticamente oferece condições de intervenção urbana no bairro (figura 30).

Os equipamentos no bairro estão mal distribuídos (figura 15). Algumas zonas do bairro estão mais beneficiadas, com os pequenos equipamentos que o bairro dispõe, em relação a outras que não têm qualquer equipamento. Esta desigualdade é particularmente evidente a nível dos equipamentos de saúde, devido à sua quase inexistência no bairro, o que obriga a população a deslocar-se até à periferia e outros pontos da cidade para a sua utilização. Em relação aos equipamentos escolares, a zona B do bairro é a mais beneficiada dispondo de quatro equipamentos escolares. Esta má distribuição faz com que haja sobrelotação nas escolas, e em muitos casos as crianças são obrigadas a deslocar-se para a periferia à procura de vagas para poderem matricular-se. Estes problemas agravam-se ano pós ano, à medida que o crescimento natural se torna cada vez mais elevado. Para dar resposta a estes problemas, tem havido um consenso entre as escolas, os encarregados de educação, as igrejas e as autoridades tradicionais, na medida de se poder unir esforços financeiros, e com a participação dos alunos, avançar para a construção de algumas salas de aulas e minimizar o défice de equipamentos.

No bairro Kalundo predomina a função residencial, enquanto no bairro de Casseque mais adiante, também de característica informal, já se encontram

equipamentos ligados ao desporto, saúde, citando alguns dos mais destacados. Embora os bairros informais da cidade se destacam pela ausência de infraestruturas, nos últimos anos tem-se verificado um incremento à medida que estas áreas se vão tornando mais urbanas.

Os equipamentos de utilização coletiva são elementos-chave no planeamento e ordenamento do território, essenciais à estruturação e socialização dos espaços urbanos (Cachado e Baía, 2012: 63).

Figura 15. Localização dos principais equipamentos no bairro Kalundo



Legenda

-  Escola – ensino primário 1ºCiclo
-  Escola – ensino básico 2ºCiclo
-  Clínica de saúde
-  Igreja
-  Campo de futebol informal

Fonte: Elaboração própria

Quadro 4 - Equipamento coletivo no Bairro Kalundo

Designação	Zonas do Bairro				
	Zona (A)	Zona (B)	Zona (C)	Zona (D)	Total
Equipamentos					
Ensino	2	4	1	0	7
Saúde	X	1	X	X	1
Desporto	X	X	X	1	1
Cultural	X	X	X	X	X
Religioso	3	1	1	0	5

Fonte: Levantamento funcional realizado entre Abril e Maio de 2015

Equipamento de ensino

No bairro Kalundo existem 7 equipamentos de ensino (na sua maioria do ensino primário, que funcionam na condição de extensões da escola Nº 161 do bairro, uma creche, e um colégio do 2º Ciclo do ensino secundário). A sua distribuição espacial é muito desequilibrada: a Zona A e a Zona B, apesar da proximidade aos bairros adjacentes, melhor equipados em termos de equipamentos de ensino, estão melhor servidas; as Zonas C e D, apesar da distância aos locais de maior acesso aos equipamentos, possuem apenas um único equipamento.

Figura 16. Escola primária nº161



Fonte: Imagens do autor

A relação entre o número da população do bairro com a quantidade e qualidade dos equipamentos de ensino no bairro, é inversamente proporcional para uma população estimada em 37 mil habitantes (última contagem realizada pelo Sobado em 2013). Portanto, isto pressupõe que existe menos equipamentos de ensino do que o necessário. A escola do ensino primário Nº 161 do bairro de Kalundo – Huambo (figura 16), localizada no centro do bairro, frontalmente a estrada principal, construída pelo FAS em 2003, possui 52 salas de aulas no somatório de todas as extensões existentes (construídas pela comunidade do bairro, com a participação dos alunos), e tem uma frequência de 3.627 alunos, representados na sua maioria por meninas (2.077) e rapazes (1550), distribuídos em cada sala de aulas por 70 alunos. O seu regime de funcionamento é o desdobrado - manhã/tarde. Esta escola, uma vez que suporta a maioria das crianças do bairro, necessitaria de mais espaços com melhor qualidade. Segundo a diretora da escola, um dos problemas que lhe preocupa na gestão da escola, é a falta de passadeiras na proximidade da escola, por isso, os automobilistas excedem a

velocidade, o que tem causado acidentes com certas crianças. Outro problema esta relacionado com a falta de campo desportivo para o desenvolvimento de atividades desportivas com as crianças.

A escola do ensino primário N° 02 do bairro de Kalundo – Huambo (figura 17), construída no tempo colonial, localizada na periferia do bairro, frontalmente ao Cemitério municipal do Huambo, apresenta bom estado de conservação comparada com as demais escolas do bairro, devido a uma intervenção feita pela administração municipal em conformidade com a direção provincial de educação. Trabalha num regime desdobrado – manhã/tarde, com uma frequência de 2.056 alunos em 49 salas de aulas. Cada sala de aula suporta 50 alunos representados na sua maioria por meninas (1044) e por rapazes (1012).

Figura 17. Escola primária nº2



Fonte: Imagens do autor

Equipamento de saúde

O sector da saúde é caracterizado pela deficiência de equipamentos ausentes no bairro. Apenas existe um equipamento de carácter particular na Zona B do bairro, em fase final de construção. Em casos de emergência, a população desloca-se à periferia do bairro onde existe um posto de saúde que atende outros bairros adjacentes ao Kalundo.

Segundo alguns moradores, “*é difícil, ou seja, até mesmo impossível socorrer um doente durante a noite devido à situação de insegurança no bairro*”. Para recordar, «no bairro Kalundo não se circula durante a noite sob o risco de serem assaltados e perderem as suas vidas». Apesar de o bairro estar ladeado de farmácias com características informais, a população necessita de equipamentos de saúde que

respondam à demanda da comunidade, devido às altas taxas de natalidade e doenças diversificadas que se manifestam constantemente. A malária é a principal causa de mortalidade infantil devido à falta de higiene, ou seja, o saneamento básico é débil.

Segundo o Soba, *“no bairro existe muito lixo exposto ao ar livre sem recolha por parte da administração, nem formas de enterrá-lo há por parte dos moradores, como tem-se feito noutras bairros, devido a falta de espaço disponível para o devido efeito”*. É desta forma que a malária e outras doenças se manifestam constantemente no bairro.

Equipamento desportivo

A falta de equipamento desportivo no bairro representa um dos principais problemas dos jovens. Segundo o Soba do bairro, *“os jovens ficaram muito afetados quando as autoridades locais disponibilizaram o único campo de futebol (informal), para a instalação de uma unidade industrial – o que nunca veio a acontecer”*. Atualmente o espaço continua em desuso e abandonado, à espera de ordens superiores (figura 18).

Figura 18. Campo de futebol informal do bairro



Fonte: Imagens do autor

Hoje, devido às necessidades de equipamento desportivo no bairro, as crianças e os jovens procuram adaptar os espaços que anteriormente eram ocupados por pequenas hortas urbanas – num equipamento informal com funções recreativas, que tem grande expressão cultural na comunidade para a prática do futebol (figura 19). Num bairro que prima pela ausência de equipamentos coletivos, as hortas cumprem essa função, convertendo-se em espaços privilegiados de socialização (Cachado e Baía, 2012: 63). Esta evasão dos rapazes sobre as hortas urbanas do bairro é mais visível ao longo da via

asfaltada, onde a população tende a se concentrar mais. Esta situação torna-se mais interessante, uma vez que no bairro existe e sempre existiu uma equipa de futebol já com grande tradição denominada “onze bravos do Kalundo”, que tem participado em todas as edições do campeonato designado “Gira Bairro¹³”, disputado no município do Huambo. Anteriormente esta equipa do bairro praticava futebol no campo acima citado, mas após a privatização do mesmo, a equipa viu-se obrigada a procurar outro espaço disponível fora do bairro, onde atualmente disputam os seus jogos.

Figura 19. Campo de futebol adaptado pelos rapazes do bairro



Fonte: Imagens do autor

Equipamento religioso

Depois dos equipamentos de ensino, os equipamentos religiosos são os mais “omnipresentes” no bairro, facto confirmado durante o trabalho de campo e pelo depoimento dado por alguns entrevistados. A zona A do bairro é a melhor servida, com três igrejas, todas católicas. Segundo o depoimento de alguns moradores, *“o número de igrejas continua a crescer, mas devido à falta de financiamento para a construção de igrejas formais, e pelo facto de existir um decreto presidencial recente que autoriza o encerramento de todas as igrejas e ceitas religiosas não legalizadas, as pessoas vão se reunindo em alguns quintais para fazerem orações, facto que tem incomodado muito os vizinhos”*.

Devido aos índices de pobreza no bairro e a falta de esperança nas autoridades para a mudança de vida das famílias, as pessoas buscam essa esperança nas igrejas. Para além desta razão, uma outra motivação nas igrejas está relacionada com o facto de estas serem um lugar de aquisição de valores – os valores de «educação cívica», para

¹³ É um torneio de futebol amador em Angola “a taça do presidente”, promovido pelo Movimento Nacional Espontâneo, que procura promover valores no futebol de massas.

coabitarem com outras pessoas. Aparentemente, as igrejas oferecem um espaço único no ambiente peri-urbano: um espaço de comunidades, de relações humanas amáveis e cordiais e onde a comunicação entre as pessoas é mais fácil (Robson e Roque 2001: 143). As igrejas desempenham variados papéis no seio das populações das áreas peri-urbanas, principalmente na mudança de comportamento, apelando as famílias a viverem num ambiente unido, os jovens longe das drogas, das bebidas alcoólicas, da delinquência, da prostituição etc. Outra atividade de relevo desempenhada pelas igrejas no bairro Kalundo, ancoradas nas boas relações com as escolas e autoridades tradicionais, é o apoio escolar, onde actualmente a igreja disponibilizou uma parcela de terra dentro do seu recinto para a construção de quatro salas de aulas, um corredor, uma

Figura 20. Escola em construção no recinto da igreja



Fonte: Imagens do autor

secretaria, um gabinete do director, e seis casas de banho, devido a falta de espaços disponíveis no bairro (figura 20).

Saneamento básico

O saneamento básico, um dos mais importantes meios de prevenção de doenças, é débil no bairro. Segundo o Soba do bairro, “a maioria das habitações, incluindo a sua, possuem uma fossa séptica fora da casa, ou seja, no quintal de casa utilizada como casa de banho, mas nem todas estão devidamente cobertas – fator que o preocupa bastante porque na época chuvosa, as fortes chuvas que caem na cidade destroem algumas coberturas, enchem as câmaras subterrâneas e a matéria orgânica fica ao ar livre, provocando muito cheiro, muita mosca e com o número de crianças que tem o bairro, é extremamente perigoso a saúde”.

Figura 21. Problemas do saneamento básico e algumas medidas de intervenção



Fonte: Imagens do autor

O lixo a porta de residências no interior do bairro | Contentores superlotados de lixo na periferia do bairro | Tapa buraco e pavimentação de ruas no interior do bairro para prevenir águas residuais | Charco de águas paradas

Para o Soba, *“isto constitui uma das grandes preocupações das autoridades tradicionais, por isso, têm vindo a apelar à população no sentido de manterem as fossas devidamente cobertas e seguras”*. O facto da maioria da malha urbana ser orgânica, dificulta o escoamento das águas residuais, pluviais e aumenta os charcos de águas paradas responsáveis pelo desenvolvimento do mosquito causador da malária, uma das principais causas de mortalidade infantil. Por este motivo, tem havido envolvimento entre moradores e autoridades tradicionais no combate ao mau estado das ruas (figura 21).

A remoção do lixo é um dos problemas mais prementes do bairro e de todo o município do Huambo. Na década de 80/90 a gestão do lixo urbano no município era da responsabilidade da câmara municipal e das comunidades locais organizadas em comissões de moradores. Atualmente, uma operadora privada de pequena escala gere o lixo da zona urbana e peri-urbana da cidade, com uma demanda populacional de 727.574 habitantes. A situação do bairro Kalundo é preocupante.

No interior do bairro, o uso residencial é responsável pela maioria dos resíduos gerados, e a sua composição é tão diversificada quanto maior é a sua demanda populacional. Quanto à frequência de recolha, antes da crise económica atual, o intervalo mais comum de recolha de resíduos era quinzenalmente. Segundo informações levantadas, o envolvimento da comunidade neste processo, é quase insignificante, comparando com as décadas de 80 e 90 quando a vida associativa era mais forte nas áreas urbanas, ou seja, na época, a população das diferentes zonas urbanas, organizava-se em grupos e partiam para uma campanha de limpeza, depois, organizava-se todo o lixo, e posteriormente a câmara municipal passava de rua em rua para recolher.

Atualmente já não é assim, e alguns moradores do bairro dizem que o lixo fica acumulado nos contentores mais de dois meses (atualmente no interior do bairro já não existe contentor algum de resíduo sólido como nos mostra a figura 21, ou seja, os mesmos foram retirados do bairro pela empresa responsável, sem qualquer esclarecimento a população local. Isto significa que atualmente o lixo é armazenado no interior do bairro).

Na periferia do bairro, o uso comercial é responsável pela maioria do lixo produzido, e a sua composição compreende folhas de papel, resíduos de alimentos, latas, vidros, ferro, madeira, trapos (porque estes pontos de recolha de resíduos estão localizados numa área de forte concentração comercial) etc.

A água

Sem água nenhuma cidade pode viver e o fator da qualidade é tão importante como o da quantidade (Garnier-Beaujeu, 2010: 308). As necessidades no bairro são extremamente variadas: as zonas A e B são alimentadas na sua maioria por manivelas construídas pelo Fundo de Apoio Social, e por uma conduta de água feita pela Administração Municipal, que alimentava o único chafariz localizado na zona A (o chafariz que outrora cobria grande parte do bairro, necessita de assistência técnica) (figura 22).

Figura 22. Fontes de aproveitamento de água das zonas A e B do bairro



Fonte: Imagens do autor

A pequena rede de distribuição localizada entre a zona A e a zona B, é bastante irregular, mas a falta de informação de alguns moradores faz com que muitos continuam à apresentar problemas na obtenção da água, ou seja, a mesma conduta constitui oportunidades de ligações no interior de residências dos moradores. Portanto, os mais

informados sobre o assunto, a partir do ramal de ligação fizeram a ligação no interior das suas residências, e o restante acham que é da responsabilidade da administração municipal.

Nas zonas C e D não existe manivelas, e o problema da água passa pela compra em cisternas, aos agentes revendedores, e captação da água das chuvas e furos tradicionais feitos individualmente dentro dos quintais. Desta maneira, o défice de água associado à seca que nos últimos anos tem afetado a cidade, estão na base dos problemas de água que os moradores apresentam.

Energia elétrica

O abastecimento de energia elétrica surge, igualmente, como uma das maiores necessidades da população do bairro. Mas a situação é ainda mais diversificada do que em relação à água. A sua distribuição é muito irregular no interior das residências, beneficiando algumas famílias durante algumas horas por dia, enquanto à noite, muita das vezes é desligada sem qualquer aviso prévio. Na maioria das residências do bairro, o método mais utilizado para a distribuição de energia elétrica tem sido o sistema pós-pago, muito utilizado atualmente na maioria dos bairros peri-urbanos da cidade. Este sistema é baseado num contrato celebrado entre o morador e a empresa de eletricidade, através de uma pintura na parede ou no portão da residência (figura 23) com a sigla da empresa, testemunho de que o contrato foi celebrado entre as partes. Após o contrato, a ligação é feita através de uma “puxada directa” do poste para a residência (figura 23), sem um quadro eletrónico na residência para controlar o consumo de energia.

Figura 23. Sistema de distribuição de energia elétrica no bairro



Fonte: Imagem do autor

Mas alguns moradores não querem pagar a energia por esta via, por isso, optam por fazer ligações clandestinas a partir do poste, obrigando a ENDE (empresa nacional de distribuição de energia) a fazer os respetivos cortes no bairro.

Na zona D por exemplo, a iluminação pública tem sido mais eficiente em relação às residências – o grande problema passa pelas puxadas anárquicas, que causam avarias técnicas de longa duração. Atualmente, o bairro encontra-se sem iluminação pública devido a problemas técnicos. Nesta altura, os índices de delinquência são elevados, aumentando a insegurança da população local. Para recordar, a qualidade na prestação dos serviços públicos é diretamente proporcional a participação dos cidadãos nestes processos. Mas a população das áreas peri-urbanas, na sua maioria, não colabora e nem facilita o trabalho das autoridades municipais, causando grandes constrangimentos que merecem muita atenção por parte do executivo municipal.

Acessibilidades

O bairro, apesar da sua informalidade urbanística, apresenta boas condições de acessibilidade. Grande parte da rede viária é composta por vias largas não planeadas de terra batida. As condições da circulação variam muito consoante a disposição dos elementos naturais, as características do tecido urbano, a qualidade das vias de acesso, o poder financeiro da coletividade, os hábitos sociais, etc.

A situação das chuvas, torna as condições da circulação particularmente constrangedora. Os charcos e os cursos de água são obstáculos naturais em todo o bairro. Em muitos casos, as ruas não passem de lamaçais, na estação chuvosa, e campos de poeira, na estação seca. É também o que caracteriza a maior parte dos bairros peri-urbanos da cidade do Huambo.

Rede viária estruturante

Na maioria das cidades o traçado das vias de comunicação converge para o centro. É um fator favorável à unidade urbana, à mistura da população, ao encontro dos indivíduos, à intensidade de trocas e à qualidade de serviços, dada a máxima acessibilidade que proporciona (Garnier-Beaujeu, 2010: 182). É também o caso do bairro Kalundo, onde a rede viária interna, partindo do maior mercado informal da cidade, atravessa o bairro, em direção ao centro da cidade. Em qualquer dos casos, trouxe ao bairro grande mobilidade, permitindo que os transportes privados possam chegar ao interior do bairro sem problema. Outra observação feita sustenta que o asfalto

trouxe aos moradores uma outra forma de encarar o bairro – nas áreas servidas pelo asfalto, é muito frequente observar um tipo de construção mais moderna, própria das áreas urbanas, maiores movimentações de pessoas, aglomeração de taxistas, abertura de novos espaços comerciais etc.

Zonas de risco

Segundo os serviços de Proteção Civil e Bombeiros da Província de Huambo, os principais fenómenos relacionados a desastres naturais na cidade, são os desabamentos de moradias, provocados principalmente por ravinas devidamente identificadas em alguns bairros da cidade, porque as pessoas continuam a construir próximo das valas de drenagem, das linhas de água, de rios etc. Trata-se de uma zona que atravessa a área em estudo no sentido transversal ao bairro da Chivela, e que se encontra bastante húmida sobretudo na estação chuvosa. Contactado o INOTU no Huambo, podemos aferir que apesar de existirem no bairro Kalundo zonas de risco propensas a desabamentos de casas (figura 24), este não é prioridade do município no combate as zonas de risco com fragilidade estrutural, por apresentar uma condição menos crítica à ocorrência de eventos destrutivos no período de um ciclo chuvoso.

Alguns moradores, sobretudo os que vivem na proximidade as linhas de água, dizem que as fortes chuvas que atualmente caem na cidade, têm alterado o caudal do pequeno rio, tornando intransitável a ponte que liga o bairro Kalundo ao bairro da Chivela, pondo em risco as casas que ali se encontram, a vida de muitas famílias e a destruição das hortas urbanas ali presentes. Para além de ser uma zona menos segura do ponto de vista urbanístico, faz com que os estratos herbáceos e arbustivos da envolvente sejam mais diversificados, pois beneficiam da humidade presente na linha de água.

Figura 24. Áreas de risco na zona Norte do bairro Kalundo



Fonte: Imagens do autor:

Foto 1 e 2. Linhas de água paralela as zonas residenciais | Foto 3 e 4. Situação das moradias e das crianças muito próximas às áreas com fragilidade estrutural

4.3.3. O bairro visto pelos moradores

O inquérito à população do bairro foi desenvolvido com a intenção de saber; quais eram os principais problemas que apresentavam as famílias. Para recordar, o objetivo principal da dissertação, é discutir as formas de valorização dos bairros informais, nomeadamente através da intervenção no espaço público e da instalação de equipamentos coletivos. Por isso, a contribuição de cada um dos inquiridos, foi um dos pontos mais altos do processo, de modos a que juntos, possamos refletir e responder positivamente sobre os problemas apresentados. Foram elaboradas nove questões, que refletem a maneira como as famílias vivem e o modo como as autoridades municipais intervêm para a resolução de problemas e conflitos.

Características dos inquiridos

Quadro 5. Característica (%) dos inquiridos do bairro de Kalundo

Categorias	Designação	Zonas do bairro				Total (%)
		A (%)	B (%)	C (%)	D (%)	
Género do chefe de Família	Masculino	8	7	19	17	51
	Feminino	17	19	5	8	49
Idades Grupos etários do Chefe de família	18-29	8	19	19	9	55
	30-44	14	6	4	1	25
	45-59	12	0	0	3	15
	60 e + anos	2	3	0	0	5
Situação perante O trabalho	Trabalhador por conta própria	20	11	18	17	67
	Trabalhador por conta de outrem (entidade privada/pública)	5	7	4	5	21
	Desempregado	2	7	1	2	12
Dimensão média das Famílias	De 1 a 3 pessoas	0	0	0	0	0
	3 a 6 pessoas	7	15	11	6	39
	6 a 9 pessoas	14	7	11	15	47
	9 a 12 pessoas	4	2	1	1	8
	12 a 15 pessoas	0	1	2	3	6
Tempo de residência No bairro	De 1 a 5 anos	0	1	1	0	2
	5 a 10	1	3	2	1	7
	10 a 20	12	6	4	6	28
	20 a 30	7	13	12	4	36
	30 a 69	5	2	5	8	20
	Desconhecem	1	0	2	4	7

Situação perante a Habitação	Habitação própria	17	17	20	23	78
	Arrendamento	8	8	4	2	22
Situação perante o Terreno construído	Terreno do próprio	3	10	15	2	30
	Não do próprio	22	15	10	23	70

Fonte: inquérito realizado entre Abril e Maio de 2015

O inquérito realizado permitiu compreender que as zonas mais antigas do bairro são as zonas A e B: não só, é aí onde se encontra a população mais envelhecida do bairro, mas também as habitações mais antigas e a maior parte dos equipamentos. Já nas áreas mais recentes, ou seja, as zonas C e D, é onde se encontra a população mais jovem, com mais crianças e adolescentes e onde os equipamentos são escassos. A nível da situação perante o trabalho, a população que trabalha por conta própria, é a que tem maior expressão com 67%, seguido dos trabalhadores por conta de outrem com 21% e dos desempregos com 12%. Porém, a situação é diferenciada por zonas. Em relação a dimensão das famílias, as famílias mais numerosas são dominantes. Em relação à habitação, as zonas C e D, apresentam a maioria da população que vive em casas próprias com 78%. Em relação ao terreno construído, as zonas B e C, apresentam a maioria da população que construiu em terreno próprio com 30%.

Problemas do bairro

Como dizia um dos inquiridos, “neste bairro existe todo o tipo de problema que uma pessoa pode imaginar”. Mas a nossa questão de partida era saber: quais os principais problemas do bairro? Importa sublinhar que houve um consenso na maioria das respostas sobre os problemas existentes, que vão dos físicos aos socioeconómicos, embora os problemas apresentados variem de Zona para Zona do bairro.

A partir das condições de habitabilidade dos moradores, facilmente se identifica a pobreza em que vivem os habitantes do bairro Kalundo, numa situação idêntica à que ocorre em outros bairros adjacentes.

Na investigação levada a cabo, abordamos indivíduos de diferentes personalidades e, numa conversa sobre o dia-dia do bairro, um dos inquiridos em gesto de desabafo, dizia:

“A maioria dos moradores deste bairro, passam seus dias nos mercados informais para vender, ou seja, a maioria dos moradores desse bairro são

comerciantes¹⁴ porque temos grandes dificuldade em conseguir emprego seguro. Quando dizemos que vivemos no bairro de Kalundo, somos logo mal interpretados e vistos como delinquentes”. Ainda acrescenta dizendo: “no centro da cidade falar em Kalundo, cria logo tumulto. Por vezes somos obrigados a mentir a nossa própria morada para não sermos discriminados. Esta situação baixa muito a nossa auto-estima, e estamos preocupados com o futuro dos nossos filhos”. [Avelino Dias, 2015]

Continuando com o fenómeno da delinquência, uma das moradoras ilustrava o seguinte:

“A delinquência neste bairro passou dos limites, nós mulheres por exemplo, não conseguimos arranjar namorado que não seja de cá do bairro, porque ninguém aceita entrar aqui, principalmente de noite. Na escola quando fazes amizade com alguém, bastava-lhe dizer que vivo no Kalundo, é o suficiente para não continuar com a conversa”. A sua amiga ao lado dizia: “por favor! vocês não conseguem nos arranjar um quarto na cidade para viver com a minha amiga?, já não aguentamos mais com essa vida. Neste bairro, depois das 18 horas ninguém entra e ninguém sai mais”. [Alice e Arlete, 2015]

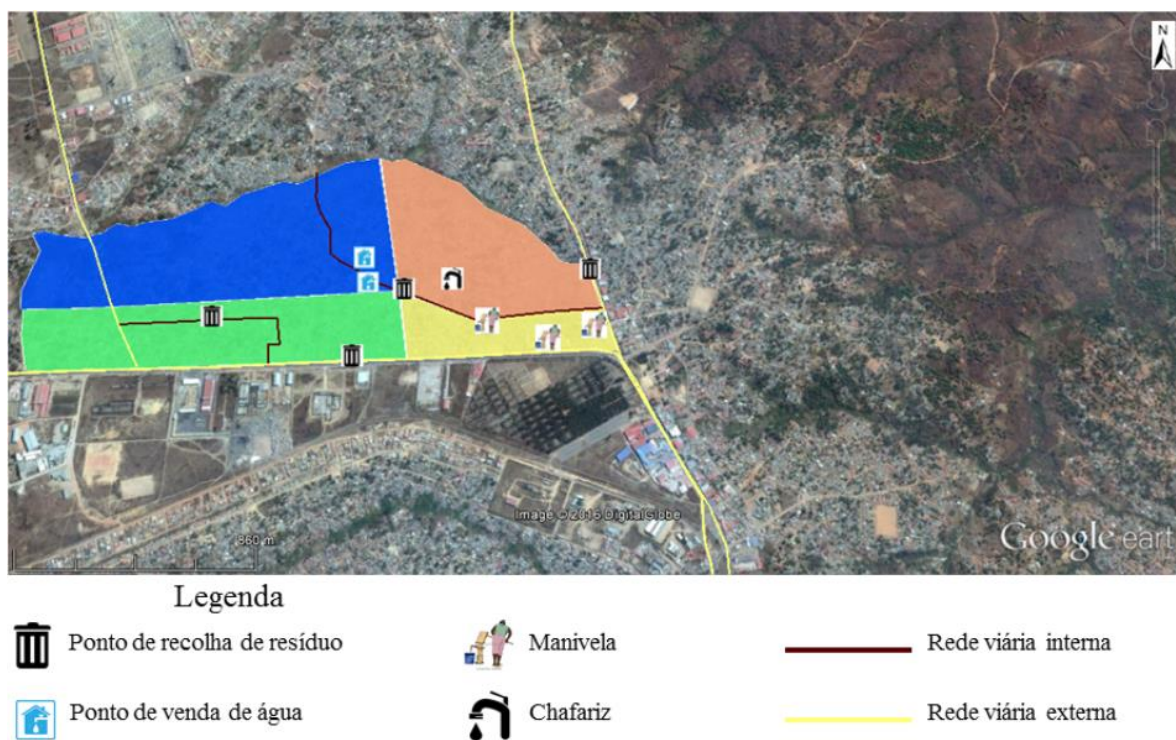
Os quotidianos presentes nas narrativas de vida recolhidas são de discriminação e pobreza. À medida que os problemas se transformavam em necessidades crescentes da população, foram se formando dentro do bairro, grupos de jovens delinquentes que controlavam o bairro e atuavam no centro da cidade, sobretudo nas escolas e nas atividades músico/cultural – daí resultava assaltos, agressões físicas e atualmente vão se registando mortes constantes dentro do bairro, segundo alguns moradores. E quando a polícia reage para apurar factos no local onde os meliantes vivem, reagem com armas de fogo contra o efetivo policial, deixando a cidade em alerta. Portanto, o somatório dos crimes registados ao longo do tempo reflete-se muito na discriminação que alguns populares vão sofrendo na cidade.

Os problemas no bairro podem ser agrupados em físicos e socioeconómicos: os problemas de carácter socioeconómicos, como a delinquência por exemplo, foi mais destacada pelos inquiridos, por colocar em risco diariamente a vida da maioria das famílias do bairro, comparando com os de carácter físico (reduzida cobertura dos

¹⁴ A população de maior recurso, vende no maior mercado informal da cidade e outros na periferia do bairro: os mais pobres, vendem à porta de casa sobre uma bancada, produtos de consumo imediato como rebuçados, pastéis fritos, frutos, carvão etc.

contentores de lixo, deficiente abastecimento público de água e energia, esporádica recolha de RSU e mau estado das vias de circulação), por se tratar de situações de nível básico, isto é, a sobrevivência diária.

Figura 25. Identificação de alguns problemas relacionados com infraestruturas



Fonte: Elaboração própria

Para alguns moradores, as infraestruturas constituem um dos principais problemas do bairro. Grande parte da população questiona o facto de as fontes de aproveitamento de água no bairro estarem concentradas nas zonas A e B. Estas desigualdades geram conflitos, ciúmes e um clima de superioridade/inferioridade entre moradores. Vivendo no bairro há 15 anos, um morador exprime a sua desolação pela má distribuição das infraestruturas de água no bairro: *“é injusto o que se fez, porque beneficiaram a minoria da população”*.

Todos os moradores entrevistados clamam por uma intervenção da administração neste sentido, porque entendem que o tempo seco se avizinha, e nesta fase a água torna-se mais escassa e mais cara nos agentes económicos.

A recolha e a implantação dos contentores de resíduos sólidos são outros problemas que preocupam os moradores do bairro, devido à falta de gestão dos mesmos. A recolha de resíduos é feita apenas nas áreas alimentadas pelo asfalto (figura 25) mas com grandes dificuldades devido ao número muito inferior de contentores em cada

ponto (dividindo 37 000 habitantes por 4, teremos uma média de 9250 pessoas por cada zona do bairro). Isto significa que existem quatro contentores de resíduos sólidos para 9250 pessoas. Esta situação responde em linhas gerais, às imagens apresentadas na figura 21.

A nível das vias principais e secundárias, enumeram-se as principais vantagens exprimidas pelos moradores: proximidade entre o bairro e os locais de serviço, oferta de emprego com a atividade de táxi, fácil acessibilidade ao centro da cidade etc. Ou seja, a melhoria das acessibilidades do bairro ao maior mercado informal e ao centro da cidade, trazida pelo asfalto e pelos transportes rodoviários, permitiu o desenvolvimento do sector comercial. As lojas e firmas vão-se implantando em todo o bairro e ao longo das áreas alimentadas pelo asfalto.

Quadro 6. Principais problemas do bairro

Designação	Zonas do bairro				
	Zona A (%)	Zona B (%)	Zona C (%)	Zona D (%)	Total (%)
Problemas do bairro					
Energia	9	9	7	8	33
Água	4	4	5	6	19
Delinquência	9	9	9	8	35
Recolha de RSU	3	3	3	2	11
Contentores de RSU	0	0	1	1	2
Vias de Circulação	0	0	0	0	0
Total					100

Fonte: Inquérito realizado entre abril e maio de 2015

A maioria significativa dos inquiridos considera que a delinquência é o principal problema do bairro, correspondendo a 35% do total de problemas, sendo este problema sentido com idêntica intensidade em todas as zonas do bairro. Ao contrário, e apesar da situação caótica verificada no local relativamente ao acumular de resíduos na via pública, apenas 2% dos inquiridos apontou os contentores de RSU como um problema.

Quadro 7. Tipo de intervenções feitas pela administração pública nos últimos anos

Designação	Zona (A) (%)	Zona (B) (%)	Zona (C) (%)	Zona (D) (%)	Total (%)
Energia	4	3	5	6	17
Água	4	5	3	3	15
Estradas	9	9	8	8	35
Escolas	8	8	8	8	33
Total					100

Fonte: Inquérito realizado entre abril e maio de 2015

Sobre as intervenções feitas no bairro pela administração municipal nos últimos anos, verifica-se que as estradas representam 35% das respostas (mas referidas nas zonas A e B), seguida da intervenção nas escolas (33% das respostas). As intervenções sobre as redes de água e de energia foram muito menos citadas (respetivamente 15% e 17%).

Quadro 8. Intervenções consideradas urgente realizar no bairro pela administração

Designação	Zona (A) (%)	Zona (B) (%)	Zona (C) (%)	Zona (D) (%)	Total (%)
Segurança	12	10	10	10	42
Energia	9	8	6	9	32
Recolha de Lixo	2	1	1	3	7
Distribuição de água	4	3	3	4	14
Contentores de lixo	1	0	1	0	1
Vias de circulação	1	0	1	0	2
Escolas	1	0	1	0	2

Total

100

Fonte: Inquérito realizado entre abril e maio de 2015

Em concordância com a dimensão do problema de segurança, percebe-se que os moradores dão particular destaque às intervenções ligadas com a segurança (42%), transversal a todo o bairro. Em plano secundário estão as intervenções associadas com o reforço da iluminação pública (32%) e com a distribuição da água (14%). Mais uma vez surpreende a pouca valorização dada às intervenções associadas com os resíduos sólidos urbanos (quadro 8).

Quadro 9. Interesse e motivação da população para trabalhar com as autoridades

Designação	Zona (A) (%)	Zona (B) (%)	Zona (C) (%)	Zona (D) (%)	Total (%)
Sim	14	11	15	14	54
Não	11	14	10	11	46

Total

100

Fonte: Inquérito realizado entre abril e maio de 2015

A maioria da população do bairro mostra interesse e motivação para trabalhar com as autoridades municipais para melhorar as condições do bairro, representando 54%. É na zona C do bairro que a disponibilidade da população é mais elevada (15%) (quadro 9).

Quadro 10. Equipamentos mais necessários no bairro

Designação	Zona (A) (%)	Zona (B) (%)	Zona (C) (%)	Zona (D) (%)	Total (%)
Centro de Saúde	8	5	5	8	26
Quadra Desportiva	3	8	8	4	23
Hospital	5	6	4	5	20
Escola	3	1	6	4	14
Campo de Futebol	2	4	5	6	17
Total					100

Fonte: Inquérito realizado entre abril e maio de 2015

Os problemas de saúde pública existentes no bairro justificam a elevada percentagem de referências aos equipamentos de saúde. Se forem considerados conjuntamente o centro de saúde e o hospital, ambos reúnem 46%. As escolas são o equipamento menos referido, embora haja situações contrastadas entre zonas: na zona B, as referências apenas representam 1% (pelo facto de existir nesta área uma escola do 2ºCiclo do ensino secundário), subindo esse valor para 6% na zona C.

Quadro 11. Áreas da cidade onde são utilizados os equipamentos necessários

Designação	Zona (A) (%)	Zona (B) (%)	Zona (C) (%)	Zona (D) (%)	Total (%)
Bairro de Kakelewa	14	8	13	13	49
Centro da Cidade	3	6	6	4	18
Bairro do Casseque	9	13	4	6	32
Total					100

Fonte: Inquérito realizado entre abril e maio de 2015

O bairro vizinho da Kakelewa apresenta-se como alternativa à utilização de equipamentos inexistentes no bairro Kalundo, com 49%, sendo a zona A do bairro a mais destacada com 14%, dada a sua proximidade ao bairro. O centro da cidade é pouco utilizado da população do bairro (18%), devido à distância e aos custos do transporte, sendo a população residente na zona A do bairro a que menos utiliza com 3%. É preciso fazer referência ao bairro do Casseque (que tem maior importância para a população da zona B) (quadro 11).

Quadro 12. Locais onde as crianças frequentam a escola

Designação	Zona (A) (%)	Zona (B) (%)	Zona (C) (%)	Zona (D) (%)	Total (%)
Dentro do bairro	20	17	21	17	76
Fora do bairro	5	8	4	7	24
Total					100

Fonte: Inquérito realizado entre abril e maio de 2015

A maior parte das crianças frequenta escolas dentro do bairro (76%), o que é um indicativo de que a nível dos equipamentos de ensino primário está a crescer no bairro. São as crianças das zonas B e D que mais se deslocam para fora do bairro (quadro 12).

Quadro 13. Melhorias que a população gostaria de ver realizadas no bairro

Designação	Zona (A) (%)	Zona (B) (%)	Zona (C) (%)	Zona (D) (%)	Total (%)
Segurança	13	11	10	10	44
Energia	9	8	6	9	33
Recolha de RSU	2	2	1	3	8
Distribuição de água	4	3	3	5	15
Total					100

Fonte: Inquérito realizado entre abril e maio de 2015

A melhoria pelas condições de vida humana, é desejo de todos os moradores do bairro Kalundo. A segurança surge como prioridade (44%), com maior referência na zona A (13%). A energia, essencial ao reforço da segurança no bairro, representa 33%, com destaque para as zonas A e D (9% simultaneamente). Os RSU voltam a surpreender na zona C (1%), e a água com diferentes opiniões (15%).

Análise estatística cruzada

Procurou-se com esta análise, identificar as divergências de opiniões dos inquiridos, com base na variável idade, principais problemas do bairro e melhorias desejadas. Esta análise resultou do estudo comparado dos dados, de acordo com os cruzamentos estatísticos com diferenças significativas, segundo à amostra independente e de análise de variância simples.

Quadro 14. Cruzamento (%) da idade com as questões 1 e 9

Designação	Idades				Total
	18-29	30-44	45-59	60 + anos	
Quais são os principais problemas do bairro?					
Energia	17%	9%	6%	2%	34%
Água	9%	4%	5%	1%	19%
Delinquência	20%	9%	5%	1%	35%
Recolha de RSU	7%	2%	2%	0	11%
Contentores de RSU	0	0	0	0	0
Vias de circulação	1%	0	0	0	1%
Total					100%
O que gostaria ver melhorado no bairro?					
Segurança	23%	12%	7%	1%	43%
Energia	14%	10%	7%	3%	34%
Distribuição de água	7%	3%	4%	1%	15%

Recolha de RSU	4%	2%	2%	0	8%
Total					100%

Fonte: Inquérito realizado entre abril e maio de 2015

O quadro 14 revela que a população mais jovem do bairro (18-29 e 30-44 anos de idade) encara com maior preocupação os problemas do bairro em relação à população mais velha. Relativamente ao total de problemas referenciados, a delinquência foi destacada pelos mais jovens, como o principal problema do bairro, com 20% e 9% respetivamente, totalizando 35% com o somatório dos outros grupos etários.

Em concordância com o atrás referido, a segurança foi a melhoria mais destacada pelos mais jovens (18-29 e 30-44 anos de idade), como a intervenção de maior interesse, representando 23% e 12% respetivamente, totalizando 43% com a inclusão das outras classes etárias.

4.3.4. O bairro visto pelas autoridades tradicionais

A autoridade máxima do bairro, é o senhor Domingos Avelino Kamongua «Soba do bairro Kalundo» de 73 anos de idade, que é auxiliado por um Sekulu (seu conselheiro e ajudante, que não exerce nenhuma autoridade sobre o bairro) com conhecimento e experiência suficiente sobre o trono. Para o Soba, o bairro é grande, e a sua dimensão populacional preocupa o Sobado, que pede ao executivo municipal, maior atenção com os problemas que daí podem surgir. A entrevista ao «Soba do bairro» permitiu-nos obter com maior detalhe à situação de vida que atravessam os moradores do bairro.

Portanto, no dia 24 de junho de 2015 abordamos o Soba da circunscrição, no sentido de obter a seguinte informação:

1. Quais são as orientações do Soba no que respeita a ocupação ilegal de terra?

Segundo o Soba, *“foram orientados pela administração para denunciar casos dessa natureza, juntamente com as construções anárquicas e ilegais que surgem. No caso de um indivíduo que compre um terreno ou uma casa, o Soba deve passar uma declaração de compra e venda, com assinaturas dos indivíduos envolvidos no negócio, e de uma testemunha presente naquele acto”*.

2. Quais são os problemas que mais enfrenta na governação do bairro?

O Soba: *“são particularmente os de carácter social como feitiçaria, roubo, adultério, injúrias, bruxaria etc. Outros que estão para além das nossas competências, transferimos para a administração da comuna”*.

3. Que avaliação faz das intervenções da administração no bairro?

O Soba: *“é positivo porque as intervenções vão sempre de encontro as necessidades da população, principalmente a extensão da rede elétrica no bairro melhorou bastante, agora espera-se que as próximas intervenções tenham mais impacto a nível da distribuição da água e da segurança”*.

4. Que problemas afetam mais o bairro em termos de infraestruturas?

O Soba: *“as construções ilegais preocupam-nos bastante. Outro problema do bairro é o saneamento básico e a escassez da água”*.

5. Porque é que a energia e a água abrangem apenas uma parte do bairro?

O Soba: *“existe duas cabines no bairro, cada uma sustenta uma parte do bairro, portanto, a cabine que sustenta o nosso lado, sofre poucos cortes, o outro lado tem muitas ligações anárquicas por isso, a administração corta sempre. No caso da água, existe essa desigualdade porque na altura da implantação das manivelas e do chafariz, o bairro era praticamente a zona A e B. A zona C e D, são muito recentes e a população que lá vivia era muito pequena”*.

6. O que se tem feito para combater a delinquência no bairro?

O Soba: *“temos levado casos no comando policial mais próximo, e pedir junto da administração que colocassem no mínimo, esquadras policiais móveis nas áreas mais atingidas pelos delinquentes, assim, têm feito sempre que solicitamos”*.

7. O Soba já apresentou uma proposta na administração para a construção de mais escolas, centro de saúde, esquadra policial, tendo em conta os problemas que a falta destes meios causa a população?

O Soba: *“já apresentamos várias propostas à administração municipal, indicamos alguns locais, nomeadamente onde estava o antigo mercado informal de S. Pedro, para construir uma escola que apoiaria a juventude do bairro, um centro de saúde etc. Mas por motivos desconhecidos não foi possível, e até hoje nunca mais se falou no assunto”*.

8. Neste momento, o que mais lhe preocupa no bairro?

Para o Soba, *“a principal preocupação no bairro, é à ausência de infraestruturas desportivas, nomeadamente de um campo de futebol, fator potenciador da delinquência e de outros crimes cometidos pelos jovens. A outra preocupação é a dificuldade na obtenção de água, ou seja, o facto de saber que, em poucos dias começará a compra de água em cisternas que passam diariamente pelo bairro, preocupa-lhe bastante”*.

4.3.5. Governança no contexto do bairro

O bairro Kalundo administrativamente está inserido na Comuna Comandante Xavier Samacau (que está sob a influencia do partido no poder). A gestão do bairro é assegurada pelo poder tradicional, representado pelo Sobado, e pela administração comunal que atuam de forma conjunta e complementar.

Portanto, em matéria de governança, uma das medidas adotadas pelo poder tradicional local para a integração e envolvimento da população do bairro na tomada de decisão, foi a criação de coordenadores de zonas que trabalham diretamente com o Soba e concederem à população das diferentes zonas do bairro o direito de participarem nas diversas atividades e reuniões organizadas pelo Sobado.

Mas devido à quase inexistência de instituições públicas articuladas entre si, que intervêm no desenvolvimento de projetos a nível local, a participação pública e a ação coletiva dos habitantes tem sido pouco notabilizada. Por isso, raras vezes têm sido as formas de diálogo existentes entre elas e a comunidade. Em geral, a população envolve-se mais na tomada de decisão, em situações pontuais e problemas mínimos.

4.3.6. Intervenções da autoridade municipal

O bairro Kalundo é composto por um centro não urbanizado e por um vasto espaço que se estende sobre si, designado por zona peri-urbana da cidade do Huambo, com diferentes níveis de urbanização, principalmente com habitações informais da capacidade económica das famílias e do estilo de vida dos seus habitantes e uma grande diversidade de usos do solo. A zona A e a zona B, onde se encontra a maioria da população de maiores recursos, com habitações mais modernas e um estilo de vida mais urbano, ocupam a menor parte do território do bairro. Cerca de 97% da população vive em habitações precárias, ocupadas por uma população geralmente pobre, sem condições de habitabilidade, com baixos níveis de escolaridade, uma vez que o território está numa

zona industrial da cidade e a escassos quilómetros da cidade centro. No dia 15 abril de 2015, realizou-se uma entrevista com técnicos da Administração Municipal, especificamente da Repartição Municipal de Urbanismo e Ordenamento do Território, para esclarecer as seguintes questões:

1. Quais são as políticas municipais que existem para o bairro de Kalundo?

Nesta questão, o técnico dizia: a *“Administração Municipal não tem uma política específica para cada bairro e muito menos para o bairro de Kalundo, mas que existe uma política a nível do município do Huambo, onde a Administração está a desenvolver programas no sentido de requalificar os bairros antigos, ou seja, ordenar os novos bairro – fazer novas aberturas para depois se pegar nos bairros antigos e fazer a requalificação, ou seja, para o técnico, o bairro Kalundo não tem um plano por isso, é difícil implementar políticas de urbanização”*. Segundo o mesmo, *“são bairros que provavelmente serão requalificados e nessa requalificação, haverá necessidades de se tirar as pessoas para outros locais e fazer os devidos arruamentos. Infelizmente por falta de meios financeiros, atualmente não está a se implementar, e o Kalundo está no centro das atenções, ocupando o topo da lista dos bairros abrangidos”*.

2. Que estratégia tem implementado o município nos últimos anos para regular o índice de crescimento urbano desordenado no bairro?

Segundo o técnico, a *“administração vetou qualquer possibilidade de concessão e licenciamento de terra para o bairro Kalundo, e por outra, está a se criar novos bairros, ou seja, estão a urbanizar novos bairros no sentido de conter esse crescimento desorganizado e prevenir outros acontecimentos futuros, mas os bairros que estão a ser urbanizados já têm normas propícias para o efeito”*.

3. Sendo um bairro que nos últimos dez anos tem apresentado grandes problema sociais que têm influenciado negativamente a dinâmica da cidade, como é que a administração lida com isso?

O técnico: *“é preocupante e é por causa destes problemas que o Governo Provincial do Huambo e a Administração Municipal estão preocupados no sentido de urbanizar novas áreas, porque só é possível acabar com os problemas que o bairro tem, ordenando – fazer arruamentos para ter acesso a todas as casas e em todos os cantos do bairro, porque pode haver um acidente dentro do bairro – um incêndio por exemplo, os serviços de bombeiros não conseguem chegar em todos os cantos, a*

ambulância não consegue chegar lá, é muito preocupante, mas o país está a poucos anos de paz, não é possível de uma só vez fazer tudo, porque só para desalojar um bairro como o Kalundo, vai se fazer quatro ou cinco bairro idênticos para pôr todas as pessoas. Por isso é preciso organizar meios financeiros e técnicos para pôr fim aos problemas da população”.

Para o técnico, as intervenções até aqui feitas no bairro Kalundo foram desenvolvidas no sentido de acudir alguns problemas prementes que afetam diretamente a vida da maioria da população. Neste contexto, com o fim da guerra em 2002, desenvolveu-se um programa de fomento ao ensino primário, e requalificou-se a escola de base nº 2 que foi construída no tempo colonial, e foi ampliada para poder receber mais crianças, o FAZ em 2003 construiu no centro do bairro a escola de base nº 161, numa parceria com a administração municipal.

Asfaltou-se uma estrada no meio do bairro para facilitar a livre circulação de pessoas e bens, construiu-se um chafariz e algumas manivelas para facilitar o abastecimento de água, e atualmente está-se a trabalhar no sentido de estender em todo o bairro a iluminação pública que faz parte do programa estratégico do governo 2013/2017 que está quase concluída, mas tem havido muitos problemas com o fornecimento por causa das puxadas anárquicas – alguns moradores não querem pagar a energia, não honram com os seus compromissos por isso, optam pelas puxadas clandestinas e o PT não suporta. Esta situação justifica os constantes cortes de energia no bairro.

Figura 26. Intervenções feitas pela administração municipal nos últimos tempos



Fonte: Imagens do autor 30/10/2015

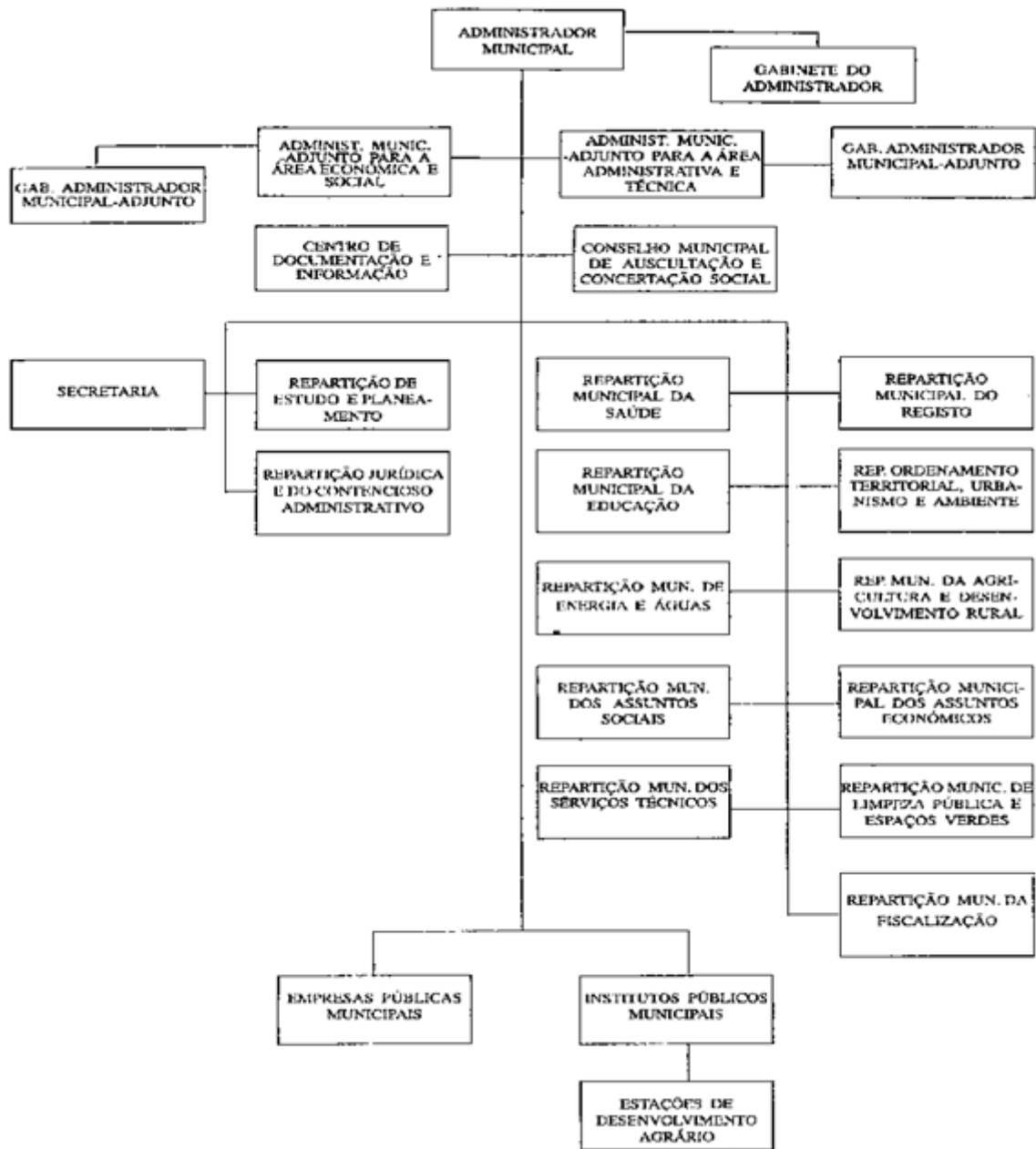
Foto 1. Estrada asfaltada no interior do bairro | Foto 2. Escola reabilitada e ampliada | Foto 3. Postes de iluminação pública no interior do bairro | Foto 4. Postes de iluminação pública na periferia do bairro.
Foto 5. Chafariz de água avariado e abandonado | Foto 6. Manivelas como alternativa ao chafariz

De modo geral, a administração tem feito esforços no sentido de intervir nas áreas peri-urbanas da cidade, para minimizar alguns conflitos desencadeados pelas respetivas populações, principalmente pelos jovens. No âmbito do programa de combate à fome e à pobreza desenvolvido pelo executivo angolano, a Administração Municipal, em conformidade com o Governo Provincial do Huambo, construiu em todos os bairros da cidade, cujas características lhes conferem o estatuto de zona urbanizada, determinadas “quadras polidesportivas” cuja gestão e manutenção, está a cargo das comunidades locais, organizadas em comissões de moradores.

4.3.6.1. Orgânica municipal

A orgânica do município do Huambo é uma ferramenta básica responsável pela coordenação dos aspetos políticos, económicos e sociais do município.

Figura 27. Orgânica do município do Huambo



Fonte: Decreto executivo nº 311/08 de 30 de outubro (Diário da República, I Série – N.º 205)

O Administrador Municipal é o representante do Governo Provincial no município, a quem incumbe dirigir a Administração Municipal, assegurar o normal funcionamento dos órgãos da administração local, respondendo pela sua atividade perante o Governador Provincial. Nas suas competências, faz-se representar diretamente pelo seu gabinete, e verticalmente para além de coordenar todo aparelho administrativo local, responde diretamente pela área técnica como: Secretaria da Administração

Municipal; Repartição de Estudos e Planeamento e Repartição Jurídica e do Contencioso Administrativo.

O Administrador Municipal Adjunto para a área económica e social, horizontalmente tem ligação direta com o seu gabinete que lhe faz representar, e verticalmente coordena as Repartições Municipais de Saúde, de Educação, Energia e Águas, Assuntos Sociais e do Registo.

O Administrador Municipal Adjunto para a área administrativa e técnica, faz-se representar horizontalmente pelo seu gabinete, e verticalmente coordena as Repartições Municipais do Ordenamento Territorial, Urbanismo e Ambiente, da Agricultura e Desenvolvimento Rural, dos Assuntos Económicos, de Limpeza Pública e Espaços Verdes, e de Fiscalização.

Portanto, todo este aparato político, social e técnico do município, não surte o efeito desejável que poderia ter junto das populações. Isto pressupõe que vários aspetos ainda devem ser melhorados, com destaque para o nível social, a rede de abastecimento de água e a rede de equipamentos hospitalares. Também não deixemos de salientar que grande parte da população da cidade já dispõe de certos benefícios, nomeadamente:

- O alargamento da rede de iluminação pública à maioria dos bairros periféricos;
- O alargamento do asfalto à maioria dos bairros periféricos, transformando o Huambo numa das cidades mais alcatroadas do país;
- O saneamento básico concentra-se na cidade-centro, não tendo havido obras de alargamento devido à crise económica;
- A construção e o melhoramento dos equipamentos de ensino etc.

No âmbito das competências do planeamento, o Governo Provincial e a Administração Municipal aprovaram o PDM do Huambo, onde constam orientações para a intervenção das áreas informais a nível do município e não concretamente para o bairro Kalundo. Tendo em conta a dimensão dessas áreas na cidade e as suas características heterogéneas, pensamos que as orientações ali contidas são muito subjetivas (as probabilidades quanto as incertezas são maiores). Por isso, definindo prioridades, ou seja, apontando bairros prioritários, seria ao nosso entender o mecanismo mais viável e claro, para o alcance dos objetivos.

Tais orientações destacam-se particularmente:

- Na requalificação urbana das áreas já ocupadas em condições mais precárias, designadamente nas áreas periféricas da cidade;
- A instalação de equipamentos estruturantes (como as universidades), e de base local (escolas, esquadras, pequenos equipamentos desportivos, etc.);
- A reconversão das áreas de urbanização mais precárias;
- A oferta de novas habitações;
- A reserva e ordenamento de novas áreas para a atividades empregadoras (indústria, mas também comércio e serviços) (PDM, 2011: 12).

Muitas orientações aqui apontadas, já se materializam a nível da cidade, por exemplo a instalação do Polo Universitário José Eduardo dos Santos, encontra-se já em fase avançada de construção.

Do meu ponto de vista, enquanto residente da cidade de Huambo, o modo como se desenvolvem e se executam os projetos, a organização funcional do município corresponde as necessidades da população.

4.3.6.2. Formas de atuação no município

A Lei 17/10 de 29 de julho, no seu artigo 43.º, define Administração Municipal, como um órgão desconcentrado da administração do Estado na província que visa assegurar a realização de funções executivas do estado no município, e revoga a Lei n.º 2/07 de 03 de janeiro. Na execução das suas competências, a Administração Municipal responde perante o Governo provincial.

Nas suas atribuições, cabe a Administração Municipal do Huambo atuar nas mais diversas esferas da sociedade – económicas, sociais, culturais, políticas, entre outras, como adiante nos apresenta o Decreto executivo n.º 311/08 de 30 de outubro.

Neste contexto, compete à Administração Municipal do Huambo:

1. “No domínio do planeamento e orçamento:

- a) Elaborar a proposta de plano de desenvolvimento do município e remetê-lo ao Governo Provincial para aprovação e integração no plano de desenvolvimento provincial;
- b) Garantir a execução do plano de desenvolvimento do município e dos planos anuais de actividades da Administração Municipal e submeter os respectivos relatórios de execução ao Governo Provincial para efeitos de monitoria e avaliação;

- c) Elaborar a proposta de orçamento da Administração Municipal nos termos da legislação competente e remetê-la ao Governo Provincial com vista a sua integração no Orçamento Geral do estado;
- d) Promover e apoiar as empresas e actividades económicas que fomentem o desenvolvimento socioeconómico do município etc.

2. No domínio do desenvolvimento urbano e ordenamento do território:

- a) Elaborar o projecto de plano municipal de ordenamento do território e submetê-lo ao Governo Provincial para aprovação;
- b) Organizar os transportes urbanos e suburbanos, intermunicipais e intercomunais de passageiros e cargas;
- c) Promover o ordenamento e sinalização do trânsito e estacionamento de veículos automóveis nos aglomerados populacionais;
- d) Promover a iluminação, sinalização rodoviária, toponímia e cadastro;
- e) Licenciatar terras para diversos fins, nos termos da lei, bem como dinamizar, acompanhar e apoiar a autoconstrução dirigida;
- f) Autorizar a concessão de terrenos até 1000m², bem como observar e fiscalizar o cumprimento no disposto na Lei de Terras e seus regulamentos.

3. No domínio do desenvolvimento económico e social:

- a) Estimular o aumento da produção e da produtividade nas empresas de produção e de prestação de serviços a nível municipal;
- b) Desenvolver programas de integração comunitária de combate a pobreza;
- c) Licenciatar, regulamentar e fiscalizar a actividade comercial retalhista e de vendedores ambulantes;
- d) Assegurar a assistência social, educacional e sanitária, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população;
- e) Preservar os edifícios, monumentos e sítios classificados como património histórico nacional e locais situados no território do município;
- f) Assegurar a manutenção, distribuição e gestão da água e electricidade no município, podendo criar-se, para o efeito, empresas locais.

4. No domínio do saneamento, equipamento rural e urbano:

- a) Garantir a recolha, tratamento do lixo e embelezamento dos núcleos populacionais;
- b) Assegurar o estabelecimento e gestão dos sistemas de drenagem pluvial;
- c) Assegurar o estabelecimento, manutenção e gestão de cemitérios municipais etc.

5. No domínio da agricultura e desenvolvimento rural:

- a) Superintender as estações de desenvolvimento agrário, e os perímetros irrigados;
- b) Fomentar a produção agrícola e pecuária;
- c) Assegurar a aquisição e distribuição de insumos agrícolas e assistência aos agricultores e criadores etc.

6. No domínio da segurança pública e polícia:

- a) Assegurar a protecção dos cidadãos nacionais e estrangeiros, assim como a propriedade pública e privada;
- b) Tomar medidas de protecção ao consumidor, bem como o combate à especulação e açambarcamento etc.

7. No domínio da coordenação institucional:

- 1. Assegurar a orientação, o acompanhamento e a monitoria das administrações comunais e superintender nos institutos públicos e empresas públicas de âmbito local com sede no município;
- 2. Assegurar em coordenação com os órgãos competentes a realização do registo eleitoral e demais operações legais inerentes as eleições presidenciais, legislativas e autárquicas;
- 3. Realizar o recenseamento dos cidadãos com 18 anos de idade, residentes na sua área de jurisdição etc”.

5. Propostas e Orientações para a valorização do Bairro de Kalundo

A intervenção nas áreas informais é fundamental, dada a diversidade de problemas que as afetam, ou seja, não têm condições de habitabilidade, e a maioria da população residente é pobre, merecedora de uma mudança de paradigma no estilo de vida urbano. As intervenções propostas são no sentido de criar condições mínimas de habitabilidade às populações. Apesar da dimensão e carácter multidimensional dos problemas, pensamos que uma das formas de os atenuar é intervir em dois grandes domínios: i) introdução de benefícios para melhorar o espaço público; ii) melhoria dos equipamentos e das infraestruturas básicas.

5.1. Propostas para os espaços públicos

O espaço público é, por excelência, o local onde ocorrem as múltiplas mobilidades, onde se dá o encontro entre pessoas de todas as idades e culturas. Por isso, é preciso introduzir nele benefícios que melhorem as suas condições físicas.

As propostas apresentadas no espaço público têm incidência em:

- Na rede viária;
- Nas hortas urbanas;
- Nos espaços abertos do bairro.

Rede viária

O bairro é servido por uma via pública principal que partindo do maior mercado informal da cidade atravessa o bairro no sentido Norte/Leste, em direção à cidade-centro. Tem cerca de 1 km de comprimento, e é servida nas suas extremidades por uma diversidade de usos:

- Habitacional;
- Comercial;
- E uma escola primária e do 1ºCiclo central ao bairro, que acolhe a maioria das crianças ali presentes.

As crianças na sua maioria não têm acompanhamento de um adulto para chegarem a escola, ou seja, é comum ver crianças ao longo da via sozinhas em direção à escola ou de regresso. Várias informações nos foram transmitidas a cerca da gestão

interna dessa escola, fazendo referência aos perigos que a estrada representa para muitas crianças que se deslocam de casa sozinhas, existindo já muitas vítimas de atropelamento. No entanto, toda atenção dada a sinalização da via e ao comportamento dos automobilistas merece destaque.

A via apresenta algumas limitações que importa destacar:

- Falta de passadeiras;
- Falta de plataformas elevadas (“quebra-molas”);
- Falta de sinalização vertical e horizontal com aproximação de escolas;
- Falta de lancis;
- Falta de passeios para a passagem de peões etc.

Estes elementos são indispensáveis no dimensionamento das vias, principalmente na proximidade das escolas, tendo como objetivo principal reduzir a velocidade praticada pelos veículos motorizados.

Portanto, para evitar situações de sinistralidade, ou que impedem o seu atravessamento e/ou colocam em causa a segurança das crianças, propõe-se a criação de passadeiras junto das escolas, e a introdução de plataformas elevadas, que obrigam a redução de velocidade.

Outra situação que merece atenção a nível da rede viária, é o facto de saber que o bairro oferece condições de tornar algumas ruas alcatroadas, para além das já existentes. Ou seja, a nível da rede viária, propõe-se a melhoria de algumas vias dentro de cada zona do bairro. As zonas B e D oferecem mais condições de intervenção neste domínio, devido a profundidade que oferecem em termos longitudinais. Já nas zonas A e C não existe muita profundidade devido ao condicionalismo causado pela linha de água que limita o bairro na parte norte.

No fundo o que se pretende é criar condições de circulação para abrir o bairro ao exterior, alcatroando as suas principais ruas, o que permitiria mais abertura à circulação dos transportes (público ou privado), à instalação de comércio local, à mobilidade pedonal e, automaticamente, estava-se a criar mais condições de segurança no bairro.

Hortas urbanas

A horticultura urbana é essencialmente um sistema “local”, que fornece às populações locais uma ampla variedade de produtos hortícolas – principalmente frutas e hortaliças, mas também ervas, raízes, tubérculos, plantas ornamentais e cogumelos, cultivados nas cidades e seus arredores (FAO, 2013: 18). Hoje, é objeto de estudo e projetos promovidos por organizações internacionais influentes, como o programa Growing Greener Cities da Food and Agriculture Organization (FAO) das Nações unidas (Cachado e Baía, 2012: 65).

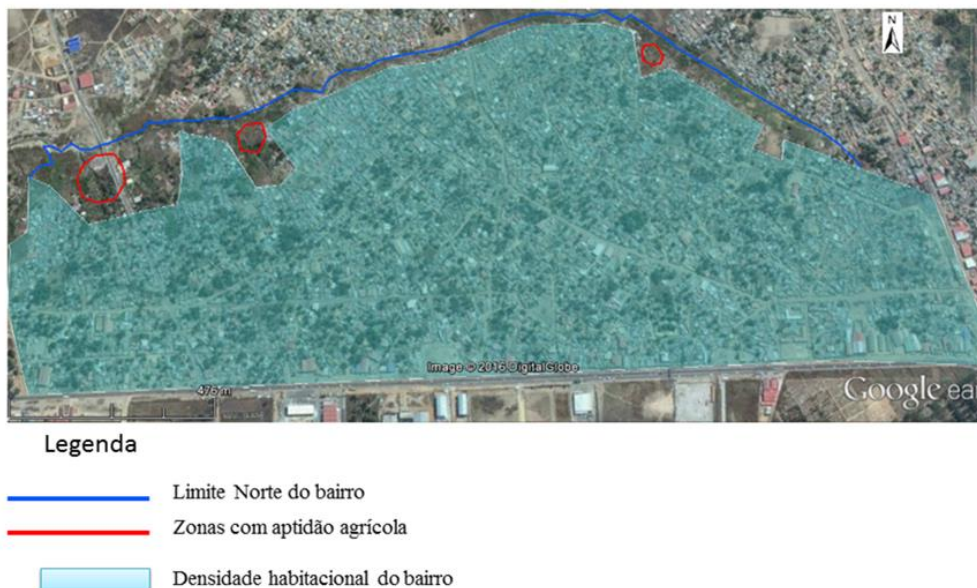
O bairro tem uma população maioritariamente jovem e economicamente comercial. A sua população é pobre, vivendo em habitações precária. O desemprego é muito alto, a fome e a desnutrição são visíveis nos rostos de muitos jovens, sobretudo nas crianças. A principal causa da desnutrição nalgumas crianças é a pobreza. A pobreza da maioria da população aumentou com a recente crise económica do País, por isso, o apelo a uma mudança de paradigma nos meios de subsistência da população, merece destaque.

A prática da horticultura urbana, tem-se vindo a perder gradualmente nas áreas informais da cidade. O que se pretende é devolver a prática dessa cultura à população. Portanto, com uma visão de sustentabilidade para o bairro, olha-se para a “horticultura urbana” como a solução para minimizar as necessidades de alimentos da população, face à crise económica que afeta o país.

Nas suas vertentes de lazer ou mesmo de suporte ao rendimento familiar, desempenha uma função importante na manutenção da paisagem e da qualidade de vida no âmbito do ordenamento do território (Cachado e Baía, 2012: 64).

Promovidas pela entidade municipal, ou de maneira espontânea, em locais com maior ou menor aptidão, as hortas urbanas estimulam práticas locais de desenvolvimento sustentável, mantendo espaços verdes com a função de produção. À área com disponibilidade no bairro encontra-se subaproveitada, o solo é escuro, com água e humidade suficiente para ser aproveitado. A pesquisa permitiu saber que a perda dos espaços abertos no bairro que poderiam ser utilizados para a produção de alimentos deixou o bairro completamente dependente da cidade para o seu abastecimento de frutas e hortaliças.

Figura 28. Espaço com valor agrícola do bairro



Fonte: Elaboração própria

Com este propósito, pretende-se incentivar as famílias a produzirem alimentos de base e alcançar a autossuficiência alimentar em produtos de primeira necessidade. Este incentivo não se limita a utilização do terreno junto da linha de água presente no bairro, mas em todo o lugar, quer seja nos quintais, fora dos quintais¹⁵, ou seja, em qualquer parcela de terreno disponível.

Com base no objetivo, as quais se conjugam boas práticas, a proposta baseia-se no levantamento funcional e o inquérito realizado, por formas a minimizar os problemas e as necessidades da população. A identificação de problemas recorrentes no espaço público, leva-nos a refletir e estudar as melhores soluções e medidas a adotar para o território em análise.

Com intuito de revalorizar este território, foi estruturado uma série de medidas que permitirá o alcance pleno dos objetivos:

- Incentivar as autoridades locais a lotear, ou talhonar toda a terra localizada ao longo da linha de água, e negociar as formas de cedência à população;

¹⁵ O tipo de urbanização dispersa, permite a existência de inúmeros espaços pequenos, que podem ser ocupados com a horticultura urbana.

- Remover objetos no canal de circulação que possam dificultar o normal escoamento das águas;
- Aumentar o canal de escoamento das águas de modo a prevenir inundações durante a época chuvosa;
- Incentivar os moradores a conter os pequenos espaços abertos na envolvente da casa, para não serem vítimas da construção de moradias e infraestruturas;
- Impedir a aproximação de moradias ao longo da linha de água, o que não só evitará situações catastróficas nas famílias (inundações), como também manterá a zona de cultivo livre;
- Envolver as autoridades tradicionais do bairro no processo, a população em geral, e sobretudo os mais jovens etc.

Visão para o futuro:

A responsabilização do bairro pelo espaço público aumenta quando existe comissão de moradores que assumem funções ligadas à prestação de serviços sociais, como por exemplo o apoio à infância, a ocupação de tempos livres dos jovens etc.

Assim, pretende-se promover a agricultura sustentável local e alimentação saudável, implementar espaços verdes inovadores que respondam às necessidades reais da população, reforçar o contacto dos munícipes com a natureza e potenciar a biodiversidade e a estrutura ecológica do bairro. Deste modo promove-se a sustentabilidade e a independência alimentar, a prática terapêutica de trabalhar a terra, o espírito de vizinhança, o espírito intergeracional, e os laços comunitários, formando comunidades mais resilientes.

Espaços abertos do bairro

Os espaços abertos do bairro devem ser encarados como oportunidades para o desenvolvimento de iniciativas que melhorem as condições de vida da população. Segundo o Soba do bairro, *“uma das principais dificuldades para a instalação de um equipamento coletivo, prende-se com a falta de espaços disponíveis e abertos no bairro”*. Mas, ao longo da nossa investigação identificaram-se alguns espaços abertos que oferecem condições para instalação de um equipamento no bairro. Um desses espaços localiza-se na zona D noutrora utilizado como campo de futebol, e hoje visto como um dos recursos dormentes do bairro (figura 29). Possui uma dimensão que permite a diversidade de usos, e encontra-se numa área com bons acessos que lhe

permitem boas ligações com o interior da cidade. Esta iniciativa merece especial atenção, visto que devido à proximidade geográfica entre o bairro Kalundo e outros bairros envolventes, o local poderá ser utilizado por um elevado número de pessoas.

Figura 29. Espaço para a instalação de um equipamento coletivo



Fonte: Elaboração própria

O Plano Diretor Municipal da cidade prevê para os equipamentos de base local, a instalação de pequenos equipamentos desportivos junto dos aglomerados urbanos. Isto por si só, justifica a instalação deste equipamento no bairro.

Para otimizar o espaço, sugere-se algumas soluções, como a implantação de uma quadra polidesportiva, com espaços arbóreos e cadeiras de lazer, para que as pessoas sintam que o bairro está a ser valorizado, o que levantaria a autoestima da população local. Este espaço, uma vez melhorado, era capaz de atrair pequenas funções a sua volta, e reforçaria os laços de convivência, de vizinhança e de confiança entre os vizinhos.

Infelizmente, as soluções preconizadas são apenas para a zona D, por ser a única zona do bairro que oferece condições necessárias para uma possível intervenção neste domínio.

Objetivo:

Assim, pretende-se revalorizar o bairro, e criar uma cultura desportiva e de lazer, para que todos os moradores do bairro sintam que existe uma quadra desportiva próximo de sua habitação. Logo, de uma forma indireta promove-se também a integração do bairro na cidade.

Soluções:

Esta proposta consiste num conjunto de soluções que permitem a valorização do espaço público, promovendo a melhoria da qualidade de vida da população:

- Melhoria do edificado;
- Ambiente urbano;
- Convivência entre as pessoas;
- Mobilidade urbana;
- Responsabilidade pessoal na gestão do património, ou seja, com isso promove-se também o espírito de governança;
- Envolvimento comunidade/escola principalmente as crianças através da prática desportiva de que muitos necessitam, etc.

5.2. Propostas para os equipamentos coletivos

Para os equipamentos coletivos propomos o seguinte:

- Equipamento de educação;
- Centro comunitário multifuncional, que pelo menos deve integrar desde o início da sua criação um centro de saúde e um balneário público.

Equipamento de educação

Podem ser definidos como conjunto de serviços e instalações virados para a educação e desenvolvimento dos indivíduos, desde os primeiros anos até a formação superior.

A situação no bairro não difere de outros lugares periféricos da cidade. O equipamento no bairro é muito limitado, estando representados na sua maioria por escolas primárias e do 1ºCiclo, com tipologia de construção simples e de baixo custo.

Com base na dimensão dos problemas analisados, queremos chamar a atenção em dois aspetos importantes:

1. Prioridade para a melhoria das escolas primárias e do 1ºCiclo existentes;
2. Ampliação da escola primária e do 1ºCiclo nº 161, localizada no centro do bairro, e o aumento de novas salas de aulas, por formas a responder a demanda atual, e as incertezas no futuro.

No primeiro caso a situação é preocupante. Esta melhoria deve passar pela reestruturação física do edificado, o apoio a merenda escolar, a substituição de carteiras,

até as condições de trabalho dos professores. Esses são apenas alguns dos problemas observados na maioria das escolas do bairro, que muito têm levado as crianças ao abandono escolar.

No segundo caso, 24% das crianças se deslocam para a escola fora do bairro (quadro 12) por falta de vagas disponíveis nas escolas. Esta percentagem poderá aumentar caso o número de escolas permaneça o mesmo nos próximos anos, tendo em conta a população maioritariamente jovem e o equilíbrio do género (quadro 5).

Um dos objetivos do Estado angolano sobre a Educação para Todos, é “expandir e melhorar, “em todos os aspetos”, cuidados e educação na primeira infância, especialmente para as crianças mais vulneráveis e desfavorecidas” (“Exame nacional 2015 da Educação para todos: Angola”).

Esta situação não se limita apenas às crianças na faixa etária dos 6-12 anos, correspondente ao ensino primário gratuito e obrigatório. A falta de equipamentos de ensino secundário faz com que os jovens saiam do bairro, e em função das idades, muito conseguem matrículas na cidade no período noturno. Porém, à noite não se circula no bairro, devido aos índices de delinquência elevados. Isto tem levado muitos jovens, principalmente as raparigas, ao abandono escolar.

Estas e outras situações, justificam que a população tenha o desejo de ver erguer uma escola no bairro, segundo a narrativa de alguns residentes inquiridos.

Centro comunitário

O centro comunitário é um equipamento multifuncional onde são prestados um conjunto de serviços a população, ou seja, é um equipamento de base local típico da área a servir. Devido ao uso polivalente do seu espaço, geralmente albergam outros serviços de carácter educativo, recreativo, assistencial etc.

Incluem por exemplo:

- Centro de saúde;
- Balneários públicos;
- Centro de dia para idosos;
- Bibliotecas, etc.

Tendo em conta os problemas urbanos que afetam o bairro atualmente, assim como a escassez de equipamentos coletivos, a falta de associativismo local que

promoveria a participação da população nas decisões do bairro, surge a ideia de criar serviços integrados de atendimento à população local, que fomentasse a relação entre as pessoas e as autoridades locais e municipais. Esta iniciativa foi motivada tendo em conta as características urbanas do bairro, e as necessidades da população. Esse tipo de equipamento é implantado em aglomerados que não suportam edifícios isolados para cada uma das políticas públicas devido a escassez de terreno para a sua implantação, e o bairro Kalundo é disso um bom exemplo.

Portanto, foi identificado um espaço no interior das áreas residenciais, especificamente na zona D do bairro. Está numa área que facilita boas ligações com o interior da cidade e o resto do bairro, ou seja, a poucos metros da estrada principal que liga o centro da cidade ao município satélite da Caála (figura 30).

Figura 30. Espaço de domínio público do bairro



Fonte: Elaboração própria

Assim, em função das necessidades da população, o centro de saúde permitiria que as pessoas deixassem de se deslocar a longas distancias para apanhar uma injeção por exemplo, principalmente no período noturno, devido aos problemas de segurança aí presente. Desta maneira, melhora-se a assistência médica local, e a melhoria das tipologias de construção características do bairro.

Outra necessidade da população segundo o Soba do bairro, “*é o saneamento básico, fundamentalmente as latrinas que são usadas como casas de banho, sem condições de cobertura e higiene, o que lhe preocupa bastante devido ao número de crianças existente no bairro*”. Em função disso, tendo em conta o contexto do país com o “surto da febre-amarela”, toda atenção nas infraestruturas higiene/sanitária no seio das populações merece destaque. Neste sentido, propomos a criação de um balneário público no centro, para atender situações em que as famílias mais próximas do centro não tenham condições de instalar um sanitário em sua casa que lhe permita tomar um duche em condições etc.

Modelo de gestão

Nos modelos políticos centralizados a gestão da coisa pública, tem sido exclusivamente da competência das respetivas administrações municipais e comunais. As orientações procedentes das administrações, imperam e se dissemina em todo o bairro, portanto, é inexistente a participação direta do cidadão, grupo ou associação na gestão dos equipamentos. No caso particular, pretende-se que a gestão deste equipamento tenha um carácter mais abrangente, coordenado e participativo.

Infraestruturas

No bairro as infraestruturas encontram-se mal distribuídas e em situação precária. No caso da água, as zonas A e B, são as mais beneficiadas com uma rede de distribuição de pequena escala que noutrora abastecia o chafariz localizado na zona A, mas que atualmente não está operacional necessitando de assistência técnica para voltar a funcionar (figura 22). Como alternativa, existem as manivelas que respondem às necessidades de água da população destas duas zonas.

A situação é mais grave nas zonas C e D. Apesar de concentrarem a maioria da população do bairro, não dispõem de qualquer fonte de abastecimento de água pública, para além das fontes tradicionais e naturais, como os poços tradicionais feito nos quintais das residências e captações da água das chuvas, ou ainda, de pontos de venda de água. Como alternativa, a população recorre ao mercado informal de água que diariamente através de cisternas, os caminhões passam pelo bairro, vendem a população e aos agentes revendedores. Esta situação tem-se mostrado cada vez mais preocupante devido à seca, apresentando-se como um dos principais problemas das zonas urbanas no país.

Portanto, para minimizar os problemas da falta de água, propõe-se:

- em primeiro lugar, o alargamento da rede de distribuição até a Zona D, tornando-se mais interessante com a proposta de integração do centro comunitário, cujo funcionamento pleno carece de água canalizada;

- em segundo lugar, a extensão da rede de manivelas nestas zonas, pois uma vez concretizada, minimizaria as necessidades de obtenção de água para as populações afetadas, e do ponto de vista económico reduziria os custos das famílias com a ida ao mercado informal.

Recolha de resíduos sólidos

Como dito anteriormente, a recolha de resíduos sólidos é um dos maiores problemas da cidade e do bairro em particular. A situação agravou-se com a recente crise económica do país. A responsabilidade pela gestão de resíduos sólidos no município do Huambo é de uma empresa privada de pequena escala. No entanto à medida que a população cresce e, novas áreas se vão tornando residenciais, aumenta a quantidade de resíduos e a área de recolha. Mas a empresa não mostra capacidade de resposta à contínua demanda da população. Vários exemplos ilustram essa incapacidade, nomeadamente:

1. Não existe programação na distribuição de contentores por quarteirões ou por edifícios. Normalmente é feita de forma aleatória, sem ter em conta o número de famílias e a sua dimensão, e as condições de vida da população residente. É muito comum ver, por exemplo, edifícios com 12 famílias numerosas, e quarteirões completamente habitados, com um contentor de 1000, 1100 a 1200 litros.
2. A recolha não se processa com regularidade.

Este problema e outros não citados, são transversais ao bairro Kalundo. Atualmente no interior do bairro não existem contentores de resíduos sólidos. Há 3 meses atrás os contentores foram removidos, sem qualquer esclarecimento ou explicação à população. O lixo está sendo acumulado no bairro, e segundo o Soba, “*a população não tem o hábito de queimar o lixo como fazem noutros bairros, alegando a falta de um lugar no bairro reservado para isso*”. Portanto tudo indica que cada família é responsável pela gestão do próprio lixo. No entanto, é evidente que a gestão de resíduos no bairro é insuficiente. O lixo vai-se acumulando na via pública, o que

constitui um perigo para o ambiente urbano e a saúde pública, tendo em conta o surto da febre-amarela que assola o país.

Portanto, para superar este problema que carece de urgente resolução é fundamental um grau de cooperação elevado entre as autoridades locais e a população, ou seja, o processo colaborativo deve funcionar em pleno como já funcionou nas décadas anteriores, em que a população dava a sua mão-de-obra no processo, o que constituía um referencial nessas áreas.

No entanto, diante deste quadro crítico, propõe-se uma programação mais rigorosa por parte da entidade responsável, e que a Administração Municipal e as autoridades do bairro, colaborem com a população e a empresa responsável no sentido de definir prioridades e indicar os principais pontos de recolha, tendo como referência a distribuição da população residente.

6. Conclusões

A cidade de Huambo conheceu nos últimos anos um crescimento demográfico e físico extremamente rápido. Este crescimento teve consequências graves nas áreas periféricas da cidade, cuja superfície atual do território ultrapassa o casco urbano. Uma dessas áreas é o bairro Kalundo, que representa aproximadamente 5% da população do município. O modo como surgiu o bairro, com um crescimento espontâneo e não planeado do solo, dando origem a um contínuo crescimento das atividades económicas informais que garantem a sobrevivência da maioria da população residente, a pobreza extrema da população, a falta de equipamentos coletivos, elevados índices de delinquência, justifica diversas ações de controlo social e reeducação por parte do Estado. As circunstâncias que sustentam a visão inalterável das áreas informais das cidades foram produzidas em torno de discursos que as caracterizavam como conflito social ou de saúde pública, justificando as tentativas do Estado para solucioná-los. No entanto, após a independência em Angola, os problemas das áreas informais e o crescimento dos seus habitantes não parou. Pelo contrário, a escassez do solo na cidade alimentou cada vez mais o alastramento desordenado dessas áreas (aí a terra é mais acessível e pode ser transmissível) especialmente no bairro Kalundo na cidade de Huambo. Esse crescimento espontâneo do bairro motivou o desenvolvimento de iniciativas públicas na melhoria das condições de vida da população.

Assim, as várias transformações impostas ao bairro na última década foram insuficientes para alterar os problemas dominantes que se “mantêm parados no tempo”: péssimas condições de habitabilidade, falta de saneamento básico, limpeza urbana, recolha e transporte do lixo, inexistência de transportes públicos, deficiente sistema de abastecimento de água, péssimo sistema de fornecimento de energia elétrica, défice de equipamentos coletivos (inexistência de equipamento de saúde, escassez de equipamentos escolares), bairro sem mobilidade adequada devido as águas paradas, lamas, buracos, bem como demais fatores que agravam ainda mais a precariedade social do bairro.

Esses problemas associados ao consumo de drogas, bebidas alcoólicas e a prostituição, aumentaram o poder dos marginais, tornando mais violentas as lutas entre grupos rivais e assaltos à mão armada. Esta diversidade de problemas não conjuga com o artigo 85.º da Constituição da República angolana segundo o qual, todos os cidadãos têm o direito a habitação e a qualidade de vida”. Esse direito caminha lentamente nessas

áreas. Os maiores beneficiários desses direitos têm sido os moradores das cidades planificadas que, apesar de representarem a minoria da população, possuem as mínimas condições básicas de sobrevivência. Para Pessegueiro (2014: 30), *“Esses planos devem ser aplicados não só em zonas centrais como também em zonas suburbanas residenciais”*.

A falta de planeamento urbano cria assimetrias na implementação de projetos sociais e na distribuição da renda, e a sua implementação leva ao melhor aproveitamento dos orçamentos municipais, investimento em infraestruturas e serviços e distribui o desenvolvimento económico dentro de uma determinada área geográfica para alcançar metas sociais (ONU-HABITAT, 2014: 11).

Neste momento as áreas informais da cidade do Huambo encontram-se numa situação particularmente influenciável, marcado por condicionalismos vários a nível da sua estrutura física. O seu futuro passará pela requalificação, segundo a Administração Municipal, e o Instituto Nacional do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, prevendo-se o realojamento da população como resposta. Espera-se que com os vários estudos desenvolvidos por estas duas instituições, se determine a solução para esta realidade. Graças ao contacto com estas duas instituições que podemos tornar claro as notícias que enquadram o bairro Kalundo no programa de requalificação urbana dos bairros históricos da cidade, ocupando o topo da lista dos bairros abrangidos.

Portanto, o inquérito aos moradores foi um momento crucial para o incentivo do direito a uma habitação condigna, ou à cidade. Entende-se por direito à cidade na perspetiva de Lefebvre (1968), como o direito a uma igualdade mais harmoniosa na acessibilidade e na disponibilidade aberta de habitação a preços acessíveis, a educação, ao espaço público, transporte, emprego, e mais importante ao processo democrático. Portanto, as propostas apresentadas a nível do espaço público e dos equipamentos coletivos para a valorização do bairro nos seus variados níveis sociais, surgem como alternativas a um processo de requalificação urbana previstos nos programas do Governo Provincial.

Mas importa salientar que a requalificação urbana dessas áreas é um processo complexo que exige meios técnicos e financeiros capazes, e o governo angolano atravessa uma situação de instabilidade económica e financeira. Logo, isto remete para um conjunto de incertezas quanto às dinâmicas de transformação dessas mesmas áreas, e as questões postas pelo realojamento das populações em condições mais precárias. Daí

que a valorização desse bem patrimonial da cidade pelas vias já citadas, deve constituir um assunto de reflexão para todos.

7. Referências bibliográficas

ALMEIDA, C. M. Suse (2015), “Âncoras de desenvolvimento: os equipamentos colectivos no desenho urbano: o caso de Viseu – do século XX até às expansões mais recentes”. Dissertação de Mestrado integrado em Arquitectura, Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologias.

ANDRADE, F. C. Luísa (2011), “Espaços públicos e percursos de continuidade na cidade do século XXI – fundamentos para uma cidade mais atractiva e vivida”. A cidade do Funchal. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Doutor em Urbanismo. Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

BAKER, Bruce (2010), Resumo de Segurança de África - Policiamento Não Estatal: Expandir o Contexto Para Enfrentar a Violência Urbana em África. Centro de Estudos Estratégicos de África.

CACHADO, A. Rita, BAÍÁ, João (2012), Políticas de Habitação e Construção Informal. Editora Mundos Sociais, Lisboa, CIES, ISCTE-IUL.

COMMINS, Stephen (2011), Resumo de Segurança de África: A Fragilidade Urbana e a Segurança em África. Uma Publicação do Centro de Estudos Estratégicos de África.

DAVIS, M (2004), Planeta de favelas: involução urbana e o proletariado informal. <http://www.newleftreview.net/NLR26001.shtml>.

FADIGAS, Leonel (2010), Urbanismo e Natureza: Os desafios, 1ª Edição, Lisboa, Edições Silabo.

FÁTIMA, M (2008), Dinâmicas de integração e participação no espaço público. 12ª Assembleia Geral - Governar o espaço público africano. ISCTE, CEA.

FONTE, Maria. M da (2010), Urbanismo e arquitectura em Angola. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

GARNIER-BEAUJEU, Jacqueline (2010), Geografia Urbana. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª edição.

GUIMARÃES, da Silva Rogério (2010), “As vulnerabilidades nos musseques Luandenses na década de 1960”. XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio, Memória e Património. Rio de Janeiro.

INNERARITY, Daniel (2010), O Novo Espaço Público: Que Significado Pode Ter Hoje Uma Cultura Pública Comum?. Editorial Teorema, SA 1150-248.

LEFEBVRE, Henri (1968), Le Droit à la Ville, Paris, Anthropos.

LOPES, M Carlos (2004), “Candongueiros, Kinguilas, Roboteiros, e Zungueiros uma digressão pela economia informal de Luanda”. (CEA/ISCTE). VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra 16, 17 e 18 de setembro de 2004.

LUCIANO, Benvindo (2012), Descentralização e Desconcentração na Administração Pública em Angola. Escolar Editora – Angola, Lobito.

MATEUS, O e Serdoura F (2010), A acessibilidade local como factor de localização de equipamentos colectivos de proximidade, Paper final.

MEDEIROS, Isabel. M (2006), “Tendências recentes da Urbanização na África ao Sul do Sahara: Notas de leitura”. Finisterra, Lisboa, pp. 191-203.

OLIVEIRA, Silva de (2012), Olhar a pobreza em Angola: causas, consequências e estratégias para a sua erradicação. Ciências Sociais, by Unisinus – doi: 10.4013/csu.2012.48.1.04.

PESSEGUEIRO, Mário (2014), Projectar Para Todos: acessibilidades nos espaços urbanos, ergonomia dos edifícios, equipamentos inclusivos. Vida económica – Editorial, SA Porto.

RAMOS, N, NETO, A. FERREIRA, Maria Júlia (2004), “Desafios e oportunidades da gestão das cidades – O caso de Angola”, GeoINova, nº 10, 103-219.

RAPOSO, Isabel (2010), “Explosão Urbana em África. Meio século de independências africanas: Aspectos populacionais e culturais”. Janus, Anuário de Relações Exteriores, 184-185.

ROBSON, P. Roque, S (2001), “Aqui na cidade nada sobra para ajudar: Buscando solidariedade e acção colectiva em bairros peri-urbanos de Angola”. Development Workshop Ocasional Paper no.3, Luanda.

ROCHA, Alves da (2014), “As perspectivas de Crescimento Económico de Angola até 2020. Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola”. Working Paper Nº 02, Novembro.

SEIXAS, João (2011), A cidade na encruzilhada – Repensar a cidade e a sua política. Porto, Edições Afrontamento.

SILVA, Celso (2014), Processo autárquico angolano: má planificação ou ausência de vontade política. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5335/rjd.v28i2.4846>

SILVA, Eugénio A. da, CARVALHO, Maria João de (2009), “Educação em Angola e (Des) igualdades de Género: Quando a Tradição Cultural é Factor de Exclusão”. Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia. Braga: Universidade do Minho, 2401-2416.

TETTEY, Christian (2005), “Urbanization in Africa in Relation to Socio-Economic Development: a Multifaceted Quantitative Analysis”. A Dissertation presented to the Graduated Faculty of The University of Akron in Partial Fulfillment of the Requirements of the degree Doctor of Philosophy.

Relatórios:

Constituição da República de Angola 2010.

DW, Development Workshop (2002), Estudo para uma Estrutura Legal e Institucional para Melhoria dos Direitos a Terra e Habitação em Áreas Peri-Urbanas de Angola.

DW (2005), Palavras da comunidade: histórias do planalto central – Angola, vozes de uma Angola reencontrada. Uma Publicação do Projecto Vozes da Paz da Development Workshop (DW) Angola.

DEVELOPMENT WORKSHOP (2002), Luanda Peri-Urban Household Profile, p 16, July 2002.

“Exame nacional 2015 da Educação para todos: Angola”. Relatório de Monitorização Sobre Educação para Todos. Disponível em: efa2015review@uneco.org

FAO (2013), Cidades mais verdes na África. Primeiro relatório sobre a horticultura urbana e peri-urbana. Roma, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

Human Rights Watch e Sos Habitat Eles partiram as casas, desocupações forçadas e insegurança da posse da terra para os pobres da cidade de Luanda, Vol. 19, No 7(a), Maio 2007 [Ac. 25.03.2011].

Ministério do Planeamento (2004), Estratégia de Combate à Pobreza (Reinserção Social, Reabilitação e Reconstrução e Estabilização Económica).

MUANGOLÉ (2013), Ganhos da Paz em Angola, Enaltecidos em Lisboa. Edição dos Serviços de Imprensa da Embaixada de Angola em Portugal. Disponível em: www.embaixadadeangola.org

NAIROBI (2014), United Nations Human Settlements Programme. Kibera, Integrated Water Sanitation and Waste Management Project.

ONU-HABITAT (2014), Planeamento Urbano para Autoridades Locais. 1ª Edição, Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, P.O. Box 30030 00100 Nairobi GPO KENIA.

Relatório do Desenvolvimento Humano (2014), Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência.

Relatório de Desenvolvimento Humano (2015), O trabalho como motor do desenvolvimento humano.

Relatório Social de Angola (2013), Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC/UCAN).

Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014.

UNICEF (2015), Child Mortality.

UN-HABITAT (2007), Perfil do sector urbano em Moçambique.

UN-HABITAT (2014), Project for Public Spaces: Resilient Cities Through Public Spaces and Placemaking in Urbanization.

UN-HABITAT (2010), The State of African Cities: Governance, Inequality and Urban Land Markets report.

UN-HABITAT (2014), the state of African cities: Re-imagining sustainable urban transitions.

United Nations (2014), Department of Economic and Social Affairs, Population Division.

United Nations (2015), HABITAT III ISSUE PAPERS 11 – PUBLIC SPACE.

Páginas electrónicas consultadas

www.embaixadadeangola.org

<http://cazenga.forum.angonet.org/>

www.ebah.com.br, 2013

<http://www.ipgul.org/pdfs/dynam/diplomas12.pdf>

<http://www.africa21online.com>

www.pps.org/blog/tag/un-habitat

http://www.hrw.org/sites/default/files/reports/angola0507ptwebwcover_0.pdf

Legislações citadas:

Decreto nº 2/06 de 23 de janeiro – Regulamento Geral dos Planos Territoriais, Urbanísticos e Rurais.

Decreto nº 17/10 de 29 de julho – Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos de Administração Local do Estado (Diário da República, I Série – N.º 142).

Decreto nº 3/04 de 25 de junho – Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo (LOTU) (Diário da República, Série N.º 51, de 25 de junho de 2005).

Decreto executivo nº 311/08 de 30 de outubro (Diário da República, I Série – N.º 205), Estatuto Orgânico da Administração Municipal do Huambo.

Decreto nº 29/11 de 1 de setembro – Lei de Alteração da Divisão Político-administrativa das Províncias de Luanda e Bengo.

Anexos

Anexo I. Planta da cidade do Huambo

Anexo II. Principais problemas do bairro

Anexo III. Intervenções consideradas urgente realizar no bairro pela administração

Anexo IV. Tipo de intervenções feitas pela administração pública nos últimos anos

Anexo V. Interesse e motivação da população para trabalhar com as autoridades

Anexo VI. Equipamentos mais necessários no bairro

Anexo VII. Áreas da cidade onde são utilizados os equipamentos necessários

Anexo VIII. Locais onde as crianças frequentam a escola

Anexo IX. Melhorias que a população gostaria de ver realizadas no bairro

Anexo X. Cruzamento da idade com as questões 1 e 9

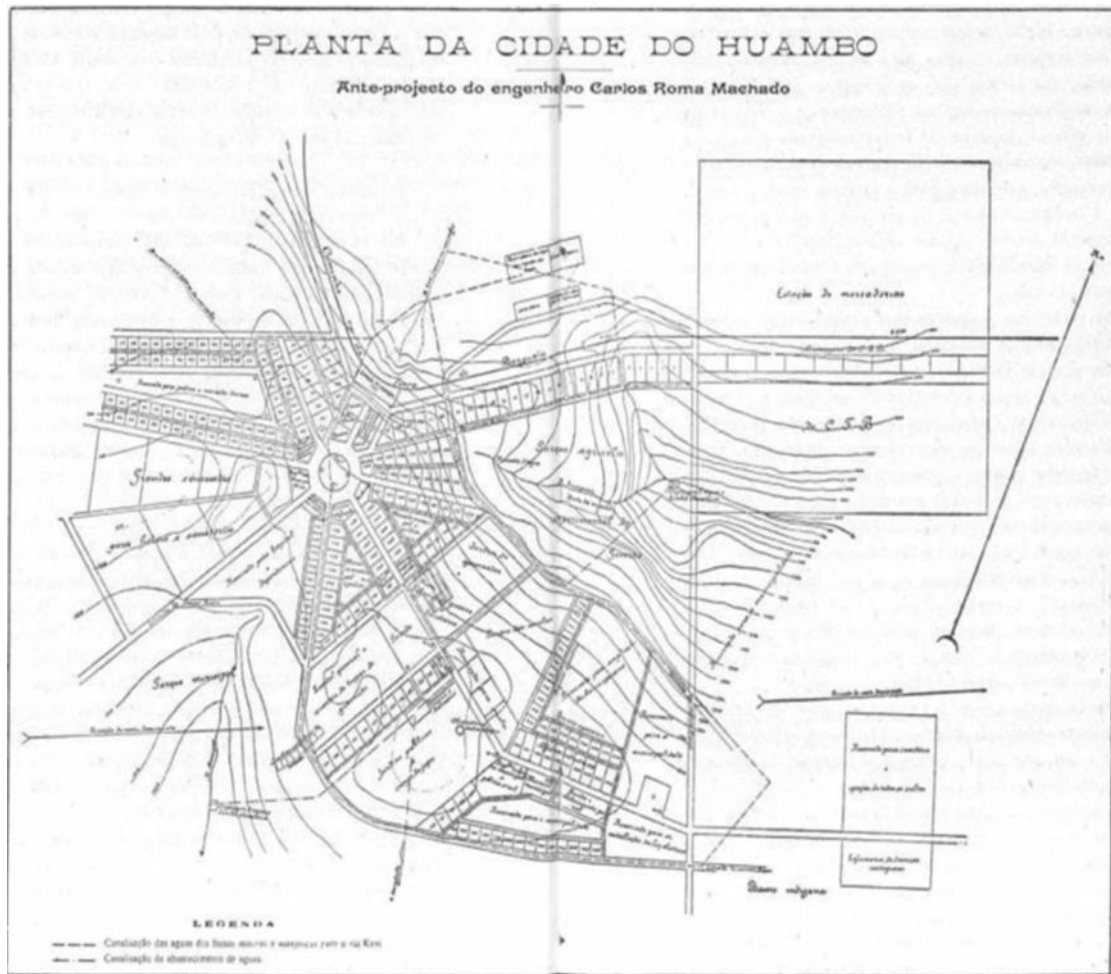
Anexo XI. Características dos inquiridos do bairro de Kalundo

Anexo XII. Modelo de inquérito aplicado a população do bairro de Kalundo

Anexo XIII. Guião de entrevista ao Soba do bairro Kalundo

Anexo XIV. Guião de entrevista aos técnicos da Administração Municipal

Anexo I. Planta da Cidade de Huambo



Fonte: PDM do Huambo (2011)

Anexo II. Principais problemas do bairro

Designação	Zonas do Bairro				Total
	Zona (A)	Zona (B)	Zona (C)	Zona (D)	
Problemas do bairro					
Energia	39	39	31	35	144
Água	19	19	22	26	86
Delinquência	39	39	39	37	154
Recolha de RSU	13	12	11	10	46
Contentores de RSU	2	0	1	1	4
Vias de Circulação	2	1	0	0	3

Total

437

Fonte: Inquérito realizado entre abril e maio de 2015

Anexo III. Intervenções consideradas urgente realizar no bairro pela administração

Designação	Zona (A)	Zona (B)	Zona (C)	Zona (D)	Total
Energia	19	14	21	26	80
Água	20	23	12	14	69
Estradas	40	42	39	39	160
Escolas	39	39	37	38	153

Total 462

Fonte: Inquérito realizado entre abril e maio de 2015

Anexo IV. Tipo de intervenções feitas pela administração pública nos últimos anos

Designação	Zona (A)	Zona (B)	Zona (C)	Zona (D)	Total
Segurança	41	34	33	32	140
Energia	30	26	20	30	106
Recolha de Lixo	7	5	4	9	25
Distribuição de água	12	10	10	14	46
Contentores de lixo	2	0	2	0	4
Vias de circulação	2	1	3	0	6
Escolas	5	1	2	0	8

Total

335

Fonte: Inquérito realizado entre abril e maio de 2015

Anexo V. Interesse e motivação da população para trabalhar com as autoridades

Designação	Zona (A)	Zona (B)	Zona (C)	Zona (D)	Total
Sim	23	18	25	23	89
Não	19	24	16	18	77

Total

166

Fonte: Inquérito realizado entre abril e maio de 2015

Anexo VI. Equipamentos mais necessários no bairro

Designação	Zona (A)	Zona (B)	Zona (C)	Zona (D)	Total
Centro de Saúde	21	12	12	19	64
Quadra Desportiva	8	20	19	11	58
Hospital	12	14	10	13	49
Escola	7	3	15	9	34
Campo de Futebol	6	9	12	16	43

Total

248

Fonte: Inquérito realizado entre abril e maio de 2015

Anexo VII. Áreas da cidade onde são utilizados os equipamentos necessários

Designação	Zona (A)	Zona (B)	Zona (C)	Zona (D)	Total
Bairro de Kakelewa	25	15	24	24	88
Centro da Cidade	5	10	11	7	33
Bairro do Casseque	16	23	8	11	58

Total

179

Fonte: inquérito realizado entre Abril e Maio de 2015

Anexo VIII. Locais onde as crianças frequentam a escola

Designação	Zona (A)	Zona (B)	Zona (C)	Zona (D)	Total
Dentro do bairro	33	29	35	29	126
Fora do bairro	9	13	6	12	40

Total 166

Fonte: Inquérito realizado entre abril e maio de 2015

Anexo IX. Melhorias que a população gostaria de ver realizadas no bairro

Designação	Zona (A)	Zona (B)	Zona (C)	Zona (D)	Total
Segurança	41	34	33	32	140
Energia	30	26	20	30	106
Recolha de Lixo	7	5	4	9	25
Distribuição de água	12	10	10	16	48
Total					319

Fonte: Inquérito realizado entre abril e maio de 2015

Anexo X. Cruzamento da idade com as questões 1 e 9

Designação	Idades				Total
	18-29	30-44	45-59	60 + anos	
Quais são os principais problemas do bairro?					
Energia	74	37	24	8	143
Água	38	18	20	5	81
Delinquência	85	40	22	6	153
Recolha de RSU	28	9	7	2	46
Contentores de RSU	2	0	2	0	4
Vias de circulação	3	0	0	0	3
Total					430
O que gostariam ver melhorado no bairro?					
Segurança	73	39	21	4	137
Energia	45	32	22	8	107
Distribuição de água	21	9	13	4	47
Recolha de RSU	14	6	5	1	26
Total					318

Fonte: Inquérito realizado entre abril e maio de 2015

Anexo XI. Característica dos inquiridos do bairro de Kalundo

Categorias	Designação	Zonas do bairro				total
		A	B	C	D	
Género do chefe de Família	Masculino	14	11	32	28	85
	Feminino	28	31	9	13	81
Idades Grupos etários do Chefe de família	18-29	13	31	32	15	91
	30-44	24	10	7	1	42
	45-59	20	0	0	5	25
	60 e + anos	3	5	0	0	8
Situação perante O trabalho	Trabalhador por conta própria	33	19	30	29	111
	Trabalhador por conta de outrem (entidade pública/privada)	9	11	6	9	35
	Desempregado	3	12	2	3	20
Dimensão média das Famílias	De 1 a 3 pessoas	0	0	0	0	0
	3 a 6 pessoas	11	25	18	10	64
	6 a 9 pessoas	24	12	18	25	79
	9 a 12 pessoas	6	4	2	2	14
	12 a 15 pessoas	0	1	3	5	9
Tempo de residência No bairro	De 1 a 5 anos	0	1	1	0	2
	5 a 10	1	5	3	2	11
	10 a 20	20	10	6	12	48
	20 a 30	11	22	20	6	59
	30 a 69	9	4	8	14	35
	Desconhecem	1	0	3	7	11
Situação perante a Habitação	Habitação própria	28	29	34	38	129
	Arrendamento	14	13	7	3	37
Situação perante o Terreno construído	Terreno do próprio	5	17	24	3	49
	Não do próprio	36	25	17	39	117

Fonte: Inquérito realizado entre abril e maio de 2015

Anexo XII. Modelo de inquérito aplicado a população do bairro de Kalundo

Inquérito à população do bairro de Kalundo – Huambo

Identificação da Amostra	
Nome	
Idade	
Género	
Profissão	
Nº de pessoas na família	
Há quanto tempo reside no bairro?	
Reside em habitação própria?	
O terreno é pessoal?	

1. Na sua opinião, quais são os principais problemas do Bairro?
2. Na sua opinião, que tipo de intervenções foram feitas, nos últimos anos, pela administração pública, para a melhoria das condições de vida da população do bairro, como:

Energia ____ ; Água ____ ; Estradas ____ / transportes ____ ; Escolas ____

Hospital ____ / Centro de saúde ____ ; Esquadra policial ____

3. Que intervenções considera urgente realizar no Bairro, pela administração, como:

Habitação ____ ; Espaços verdes/públicos ____ / ____ ; Rede de água ____ ; Rede de esgotos ____ ; Recolha de lixo ____ ; Contentores de lixo ____ ; Iluminação pública/domiciliar ____ / ____ ; Vias de circulação ____ ; Segurança ____

4. Existe interesse e motivação da população para trabalhar com as autoridades com o objetivo de melhorar as condições de vida da população?

Sim Não

5. Quais os equipamentos que mais falta fazem ao bairro?
6. Em que área da cidade utilizam os equipamentos?
7. Onde é que as crianças vão a escola?

Dentro do Bairro ; Fora do Bairro

8. O que gostaria ver melhorado no bairro?

Anexo XIII. Guião de entrevista ao Soba do bairro Kalundo

Entrevista ao Soba do bairro Kalundo - Huambo

Identificação da Amostra	
Nome	
Idade	

1. Como, e quando surgiu o bairro?
2. Quais são as orientações do Soba no que respeita a ocupação ilegal de terra?
3. Quais são os problemas que mais enfrenta na governação do Bairro?
4. Que avaliação faz das intervenções da administração municipal no Bairro?
5. Que problemas afetam mais o Bairro em termos de infraestruturas?
6. Porque é que a energia e a água abrangem apenas uma parte do bairro e outra não?
7. O quê se tem feito para combater a delinquência no bairro?
8. O Soba considera o número de escolas no Bairro suficiente para responder a demanda da população? Sim Não - Se não, o quê que falta para construir mais escolas?
9. O Soba já apresentou uma proposta na administração para a construção de mais escolas, Centro de saúde e uma esquadra policial, tendo em conta os problemas que a falta destes meios causam na população?
10. Neste momento, o que mais lhe preocupa no Bairro?

Anexo XIV. Guião de entrevista aos técnicos da Administração Municipal

Entrevista aos técnicos da administração municipal – Huambo

Identificação da Amostra	
Área de Formação	
Local de Trabalho	

1. Que políticas municipais existem para o Bairro do Kalundo?
2. Que tipo de estratégias tem implementado o município nos últimos anos, para regular o índice de crescimento urbano acelerado e desordenado no Bairro?
3. Como lidam com a complexidade de problemas sociais existentes no Bairro e que influenciam negativamente a dinâmica da cidade?
4. Neste momento, existem projetos para o Bairro do Kalundo? Que tipo de projetos existem?
5. Como estão a intervir no Bairro?
6. Na implementação de projetos, o envolvimento da população é considerado? Como?
7. Como é que intervêm nas áreas informais?
8. Quais são as orientações para o Bairro?
9. Existe um plano? Se não existe, o quê que fazem?
10. Faz-se a demarcação dos lotes?
11. Como fazem a gestão das terras?